OPAS unesco unicef para cada criança PNUD

COVID-19
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliando a crise de olho na recuperação

2021

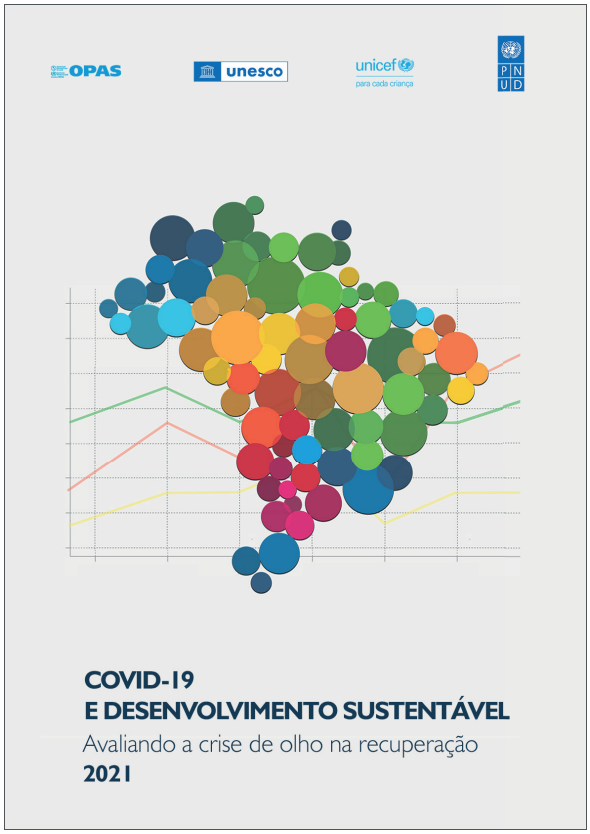
COVID-19
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Avaliando a crise de olho na recuperação

Brasília, 2021

Copyright @ 2021
Todos os direitos reservados.

Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Este relatório usou dados secundários de fontes oficiais. A responsabilidade pela interpretação e uso do material é do leitor.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

COVID-19 e desenvolvimento sustentável [livro eletrônico] : avaliando a crise de olho na recuperação. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) : Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) : Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) : Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), 2021.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-88201-63-7

1. Ciências sociais 2. COVID-19 - Pandemia 3. Economia 4. Desenvolvimento sustentável 5. Desigualdades sociais.

21-73641 CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento sustentável : Economia 338.9

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliando a crise de olho na recuperação

COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Avaliando a crise de olho na recuperação

Equipe

Coordenação geral

Betina Ferraz Barbosa
Coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do PNUD

Contribuições (Pesquisa e estatística)

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS):
Sandro Terabe, Mónica Padilla e Luciana de Deus Chagas.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO):
Maria Rebeca Otero Gomes, Roberta Martins Guaragna, Rosana Sperandio Pereira, Aline Vieira e Fabio Soares Eon.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):
Liliana Chopitea, Boris Diechtiareff, Willian Wives, Santiago Varella e Julia Albino.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):
Fabio Assunção, Tianhui Zhong, Lara Borges e Gabriel Vettorazzo.

Colaborações especiais

Carlos Arboleda, Maristela Baioni, Cristiano Prado, Ieva Lazareviciute e Guilherme Takano, do PNUD Brasil.
Carolina Rivera, do PNUD /HDRO New York.
Daniel Höfling, da FACAMP.

Projeto gráfico e revisão ortográfica

Tatiana Portela

Apresentação

Uma radiografia do Brasil no enfrentamento da COVID-19

A pandemia da COVID-19 aprofundou as desigualdades e impactou de maneira decisiva todos os aspectos da vida de populações no mundo inteiro, expondo nossas fragilidades para o alcance do desenvolvimento humano e sustentável estabelecido pela Agenda 2030 das Nações Unidas. Embora todos os países sejam afetados, sociedades mais desiguais são as que mais sofrem com as consequências da pandemia.

No Brasil, embora tenham sido registrados importantes progressos de desenvolvimento nas últimas décadas, a pandemia atinge sobretudo a população em situação de maior fragilidade quanto ao desenvolvimento humano, tornando ainda mais evidentes as diferenças de acesso a importantes recursos, como a rede de proteção social, serviços públicos de saúde, acesso ao emprego e à renda e moradia adequada.

Diante desse cenário, uma recuperação eficaz dependerá de esforços conjuntos para fortalecer os sistemas de saúde, reforçar a proteção social, criar oportunidades econômicas, ampliar a colaboração multilateral e promover a coesão social. Além disso, o processo de recuperação pós-COVID-19 representa uma oportunidade histórica para se reimaginar as sociedades a partir de uma lente de direitos humanos e implementar as mudanças necessárias para se alcançar um futuro melhor para todas e todos.

Com o objetivo de contribuir com os esforços de recuperação no Brasil, um grupo de trabalho interagências reuniu especialistas do PNUD, do UNICEF, da UNESCO e da OPAS para a elaboração do presente relatório, intitulado **COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Avaliando a crise de olho na recuperação**. Além de possibilitar a compreensão dos diferentes aspectos do desenvolvimento que interagem com o surto da COVID-19 no país como um todo e em cada um de seus 26 estados e no Distrito Federal, o relatório busca estabelecer parâmetros para o devido acompanhamento do processo de recuperação ao longo dos próximos anos.

Por meio da seleção de 94 indicadores, divididos em dois painéis – um que trata do grau de preparação do Brasil e dos estados para enfrentar os desafios da COVID-19, e outro que mostra o perfil de vulnerabilidades em várias dimensões do desenvolvimento humano e sustentável –, o relatório apresenta um apanhado de dados que registra as desigualdades existentes e evidencia que um conjunto de novas desigualdades deverá emergir com força a partir da pandemia.

Dessa forma, fornece um marco que poderá orientar as ações de recuperação em todo o território brasileiro, considerando as especificidades de cada estado, para o alcance da igualdade, da resiliência e da sustentabilidade. Esta publicação poderá, ainda, ser utilizada como ferramenta para a construção de parcerias e para o alinhamento dos esforços de resposta aos efeitos da crise da COVID-19 no Brasil.

A pandemia evidenciou, portanto, a necessidade de planos ambiciosos que reinventem e reconstruam os sistemas sociais, econômicos, ambientais e sanitários, sem deixar ninguém para trás. A presente publicação é um importante instrumento que poderá apoiar os governos, as universidades, a sociedade civil e o setor privado no aprendizado sobre o momento atual e na definição de novos caminhos para o futuro do Brasil. É por meio do conhecimento, do diálogo, do trabalho conjunto e da cooperação que seremos capazes de enfrentar os grandes desafios impostos pela crise da COVID-19 e, assim, construir um país cada vez mais forte e inclusivo.

Socorro Gross

Representante da OPAS no Brasil

Katyna Argueta

Representante do PNUD no Brasil

Marlova Jovchelovitch Noleto

Diretora e representante
da UNESCO no Brasil

Florence Bauer

Representante do UNICEF no Brasil

Sumário

Apresentação **iii**

Introdução **9**

1. Diretivas do Sistema das Nações Unidas **14**

1.1. Responsabilidade compartilhada, solidariedade global **15**

1.2. Plano de Resposta Imediata **18**

2. Desenvolvimento Humano no século 21 e COVID-19 **27**

2.1. Desenvolvimento humano: avaliação da crise e alcance da recuperação **28**

2.2. Preparo e vulnerabilidades no enfrentamento à COVID-19 **48**

3. Painéis COVID-19 Brasil e estados **52**

3.1. Painel 1. Preparo para enfrentar a pandemia **57**

3.2. Painel 2. Vulnerabilidade à pandemia **67**

4. Pilares da recuperação socioeconômica **75**

5. Referências **86**

6. Anexos **89**

Anexo 1. Metadados **89**

Introdução

Em março de 2020, as Nações Unidas lançavam seu primeiro relatório de orientação aos países sobre a COVID-19[1], no qual já apareciam fortes indícios do que se esperava quanto aos primeiros impactos da pandemia e da estreita correlação daqueles impactos com as desigualdades – entre os países e internamente a eles. No documento, argumentava-se que o novo coronavírus atacaria as sociedades em sua essência, ceifando vidas e o sustento das pessoas. Os efeitos potenciais de longo prazo sobre a economia global têm se revelado violentos.

O relatório alertava para a gravidade da propagação da doença e a instabilidade social e econômica que a COVID-19 traria. Defendia uma chamada global para a ação, com o objetivo de estabelecer uma resposta sanitária imediata e enfrentar as dimensões socioeconômicas da crise. Sinalizava que os países precisavam delinear, com atuação coordenada, agendas de recuperação.

De pronto, as Nações Unidas, em consonância com suas redes globais, regionais, sub-regionais e nacionais, entre elas o PNUD, UNICEF, UNESCO e OPAS, se comprometeram a apoiar os governos e a trabalhar com seus parceiros para salvar vidas, restaurar meios de subsistência e revitalizar a economia global, mitigar os efeitos da pandemia na vida de crianças e adolescentes e apoiar os governos na educação a distância e na ciência aberta, além de compartilhar conhecimentos e cultura como meio fundamental para unir e estreitar os laços de nossa humanidade compartilhada. Em jogo estava a sobrevivência do pacto em torno da Agenda 2030, que acelera o cumprimento das metas dos ODS de forma solidária, com esperança, vontade política e cooperação.

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus e as ações voltadas ao combate do surto epidemiológico potencializam discussões sobre o aprofundamento das vulnerabilidades sociais e distintos graus de preparo para enfrentá-las, em diferentes contextos do desenvolvimento e escalas territoriais. No cerne deste debate não está apenas o acesso desigual aos serviços de saúde, mas também prováveis retrocessos das conquistas no desenvolvimento humano alcançadas nas últimas décadas, que terão impactos díspares sobre os conjuntos sociais e estratos populacionais no Brasil.

Neste cenário, é relevante destacar que a expansão das liberdades das pessoas é premissa e objetivo maior da abordagem do desenvolvimento humano e o principal meio para alcançar o desenvolvimento sustentável. Se as desigualdades no desenvolvimento humano persistirem e crescerem em cenários de choque como o da COVID-19, as aspirações da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável não serão realizadas. No cenário mundial anterior à pandemia, o PNUD apontava para o estreitamento de lacunas nas principais dimensões do desenvolvimento humano, enquanto novas disparidades emergiam com voracidade.

Sem dúvida, as escolhas políticas determinam os resultados das desigualdades – assim como a evolução e o impacto das mudanças climáticas ou os rumos da tecnologia, que moldarão as disparidades nas próximas décadas. É incontestável que as desigualdades no desenvolvimento humano prejudicam as sociedades e enfraquecem a coesão social e a confiança da população nos governos, nas instituições e entre si, enfraquecendo as economias e impedindo os indivíduos de atingir seu pleno potencial no trabalho e na vida. As desigualdades entre as pessoas impedem que as decisões políticas reflitam as aspirações de toda a sociedade. A essas assimetrias, soma-se, no presente, um fator adicional de instabilidade às sociedades: a COVID-19. Também as as-

[1] Shared Responsibility, Global Solidarity: Responding to the socio-economic impacts of COVID-19. March 2020. UM. https://www.un-ilibrary.org/content/papers/27082245/1

simetrias dificultam a ação de combate aos impactos da pandemia ao descortinar os diferentes graus de preparo e de vulnerabilidade social, econômica, política e institucional das sociedades desiguais e injustas.

A crise da COVID-19, mais do que uma emergência de saúde global; é uma crise sistêmica de desenvolvimento humano. Todos os países serão afetados negativamente por diversos aspectos da vida econômica e dimensões sociais do desenvolvimento. Também são esperados impactos sobre o meio ambiente, dimensão especialmente importante para o Brasil.

Os países serão afetados, mas não da mesma forma; e, para o Brasil (seus 26 estados e o Distrito Federal), a desigualdade desempenha nesse contexto um papel importante.

Pesquisas recentes demonstram que a pandemia da COVID-19 afeta diversamente a população brasileira. Desigualdades no tocante ao desenvolvimento humano, acesso ao sistema de saúde, renda, recorte de raça, nível de instrução, moradia adequada etc. resultarão em diferentes taxas de contágio, óbitos e possibilidades de recuperação e promovem insegurança quanto ao futuro.

Dados para o Brasil, ao longo do ano de 2020 e no início de 2021, registram:

1) em maio de 2020, levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que há no país mais de 5,1 milhões de domicílios em condições precárias[2]. Eles fazem parte de mais de 13,1 mil aglomerados subnormais[3], que são formas de ocupação irregular de terrenos, sendo que mais de 90% das mortes por COVID-19 registradas no Brasil ocorreram nos 12 estados com maior proporção de domicílios em aglomerados subnormais.

2) em junho de 2020, pesquisas da ONG Pública – agência de jornalismo investigativo fundada por repórteres mulheres, mostraram que a maior parte dos menores de idade vítimas da doença vive em periferias, favelas ou bairros pobres[4] nas capitais brasileiras. Em São Paulo, 93% dos casos de mortes de crianças e adolescentes foram de moradores de bairros periféricos ou de baixa renda[5];

3) em julho de 2020, o Sistema Sivep-Gripe, do OpenDataSUS, mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), apresentou resultados de estudo revelando que por razões socioeconômicas e sociodemográficas, a doença matou mais pessoas pobres e pardas no Brasil[6];

4) pesquisa da UFRJ analisou dados da PNAD COVID-19 e do banco de internações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG/DataSUS) e concluiu que há desigualdades relativas à testagem, letalidade e óbito de acordo com a renda, cor de pele, escolaridade da população e Índice de Desen-

[2] Domicílios em condição precária: a classificação considera características como precariedade dos domicílios, do acesso a serviços urbanos e a padrões urbanísticos, além da densidade de ocupação, da situação fundiária.

[3] Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

[4] IBGE. https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728-quase-dois-tercos-das-favelas-estao-a-menos-de-dois-quilometros-de-hospitais.html

[5] ONG Pública. https://apublica.org/2020/06/desigualdade-social-e-fator-de-risco-para-mortes-de-criancas-e-adolescentes-por-covid-19-no-pais/

[6] Ministério da Saúde, Datasus. http://plataforma.saude.gov.br/coronavirus/dados-abertos/

volvimento Humano (IDH) dos municípios brasileiros. Em fevereiro de 2021, pesquisa do Núcleo de Saúde Pública da UFRJ, através dos dados da PNAD COVID-19 (IBGE), revelou que 28,6 milhões de pessoas no Brasil fizeram testes de infecção por coronavírus, das quais 6,3 milhões testaram positivo. Dentre aqueles com renda entre meio salário mínimo e um salário mínimo, 10% fizeram o teste; entre um e dois salários mínimos, 14%; entre aqueles que ganham quatro ou mais salários mínimos, 29% foram testados. Dentre os pacientes internados com casos confirmados, considerando sua cor/raça, a letalidade foi de 56% entre os brancos e de 79% entre os não brancos. Já em relação aos mortos por nível de escolaridade, os números mostraram: 71% de óbitos entre os sem escolaridade; 59% entre os que cursaram até o fundamental 1; 48% entre os que cursaram até o fundamental 2. Nos níveis médio e superior a letalidade alcança 35% dentre aqueles que têm nível médio, 22% para os que têm nível superior[7].

Em abril de 2020, o Human Development Report Office (HDRO) do PNUD apresentou uma série de indicadores de desenvolvimento humano considerando as regiões do planeta e 189 países[8]. O objetivo era mostrar o nível de preparo dos países e o grau de vulnerabilidade de suas populações – decisivos para responder e lidar com os impactos da crise da COVID-19.

Após o lançamento dos painéis HDRO/PNUD, o PNUD Brasil – por meio da Unidade de Desenvolvimento Humano – formou, em julho de 2020, um grupo de trabalho de especialistas interagências da ONU para criar painéis de dados da COVID-19 para o Brasil, seus 26 estados e o Distrito Federal.

O objetivo era desenhar uma linha de base de indicadores para, no momento seguinte, apreender os impactos da COVID-19 no Brasil e acompanhar a recuperação ao longo dos anos vindouros. A preocupação estava em não retroceder nas conquistas recentes no desenvolvimento, assim como manter a Agenda 2030 e os ODS como planos-chave à recuperação.

O grupo de trabalho de especialistas interagências do PNUD, UNICEF, UNESCO e OPAS selecionou 94 indicadores para o documento **COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Avaliando a crise de olho na recuperação,** organizados em:

Painel 1, que mostra o grau de preparação do Brasil e dos estados para enfrentar os desafios da COVID-19; e

Painel 2, que mostra o perfil de vulnerabilidades em várias dimensões do desenvolvimento humano.

A escolha da cesta de dados do presente estudo reflete os aspectos multidimensionais do desenvolvimento e da desigualdade brasileira. Apesar do progresso substancial em saúde, educação e padrões de vida registrado nas últimas décadas, muitas pessoas permanecem não atendidas; e, paralelamente,

[7]https://www1.folha.uol.com.br/colunas/latinoamerica21/2021/02/no-brasil-a-morte-pela-covid-e-social-e-politicamente-determinada.shtml

[8] UNDP 2020. Global Preparedness and Vulnerability Dashboards, Human Development Report Office. 29 April 2020. http://hdr.undp.org/en/content/global-preparedness-and-vulnerability-dashboards

uma nova geração de desigualdades se abre, alargando a lacuna entre aqueles que têm e aqueles que não têm.

É de entendimento dos especialistas que as análises devem ir além dos números representados por médias – que compilam informações em apenas um número ou em um dos aspectos do leque das desigualdades. A observação da complexidade e da multidimensionalidade das desigualdades e como elas incidem nos diferentes grupos populacionais, em diferentes locais e ao longo do tempo, são determinantes.

Para os aspectos do desenvolvimento humano, o que importa é o gradiente completo das desigualdades. Sabe-se que as divergências nas capacidades estão evoluindo de maneiras diferentes. Há evidências de disparidades em uma ampla gama de capacidades avançadas, como: proporção da população adulta com ensino superior crescente nos países de muito alto desenvolvimento humano – crescendo seis vezes mais rápido quando comparada às populações dos países com baixo desenvolvimento humano; assinaturas de banda larga fixa crescendo 15 vezes mais rápido nos países de desenvolvimento humano muito alto quando comparada aos países com baixo desenvolvimento humano; e, por fim, o acesso às tecnologias digitais como fator disruptivo em tempo de pandemia, por habilitarem informações, acesso aos serviços de controle sanitário e saúde básica e de alta complexidade, circulação de mercadorias, manutenção dos níveis de emprego, ensino escolar remoto, entre outros.

Nesse sentido, primou-se por construir painéis de dados capazes de contribuir com a compreensão do presente, em diálogo com o futuro, quanto ao desenvolvimento humano e sustentável. Os painéis aqui apresentados originam-se da obtenção e da organização de dados oriundos de diferentes sistemas de dados e pesquisas, notadamente: PNUD, UNICEF, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Ministério da Educação, IBGE e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros.

O lançamento do documento **COVID-19 E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Avaliando a crise de olho na recuperação** e a divulgação dos seus dados têm por objetivo colaborar fortemente para a ação de diálogo e de recuperação dos impactos da COVID-19 no país considerando os diferentes níveis federativos.

Dez metas guiaram a construção do estudo:

1. estruturar uma linha de base de indicadores para o monitoramento dos impactos da COVID-19 no Brasil e nos estados;

2. selecionar indicadores que possam ser atualizados anualmente e sejam oficialmente reconhecidos;

3. selecionar indicadores de fácil compreensão e conhecidos dos formuladores das políticas públicas no Brasil;

4. trabalhar com um conjunto de indicadores em múltiplas dimensões do desenvolvimento humano e sustentável, tais como: educação, saúde, trabalho e emprego, conectividade, entre outros;

5. ajudar a orientar a recuperação, mantendo a Agenda 2030 como norte e os ODS como parâmetros;

6. em especial, apontar indicadores que dialoguem com as questões e desafios da infância e de gênero;

7. observar os padrões de desigualdade nos estados, considerando os diferentes graus de preparo e vulnerabilidade;

8. destacar os diferentes padrões de desenvolvimento como decisivos para a capacidade de recuperação;

9. promover diálogos à recuperação com base nos Painéis COVID-19; e

10. disponibilizar uma versão digital dos painéis e suas informações.

1. Diretivas do Sistema das Nações Unidas

1.1. Responsabilidade compartilhada, solidariedade global

A chamada global para a ação tem como objetivo estabelecer uma resposta sanitária imediata e enfrentar as dimensões socioeconômicas da crise da COVID-19. Para uma atuação coordenada, as agendas de recuperação foram estruturadas em passos:

PASSO 1. Preparar uma forte resposta sanitária cooperativa com apoio multilateral.

PASSO 2. Salvar vidas, proteger os meios de subsistência e a economia real. Mais do que nunca, será necessária uma resposta em larga escala, coordenada e de abrangência multilateral correspondente.

PASSO 3. Aprender com a crise e construir o futuro em harmonia com os ODS, bem como com o Acordo de Paris sobre Mudanças do Clima.

1.1.1. Eliminação da transmissão para frear a pandemia e salvar vidas

Para eliminar a transmissão do vírus e frear a pandemia da COVID-19, é necessária uma ação coordenada, decisiva e urgente entre os líderes de nações, empresários, agentes do setor financeiro, cientistas e a comunidade em geral.

A ONU compromete-se a trabalhar em todos os países com as seguintes recomendações:

1) agir firme e antecipadamente para prevenir uma maior disseminação e transmissão do vírus. A fabricação e distribuição dos suprimentos médicos essenciais deverão ser coordenadas e promovidas internacionalmente;

2) fortalecer com urgência a resiliência dos sistemas de saúde; e

3) apoiar de imediato os países em desenvolvimento com sistemas de saúde fracos, assim como as populações com maior risco, como crianças e adolescentes, incluindo refugiados, migrantes internos e externos, pessoas em situação de pobreza e todos aqueles aos quais faltam proteção social e/ou serviços sociais básicos.

Devem ser providenciadas com urgência a disponibilidade, produção, distribuição e compartilhamento de:

1. kits laboratoriais de testagem, reagentes e materiais de suporte;

2. suprimentos médicos essenciais e suporte às cadeias de suprimentos relevantes;

3. novos diagnósticos, drogas e vacinas; e

4. dados, informações, relatórios situacionais e lições aprendidas.

Esse apoio aos países deve prever ainda o financiamento humanitário; a coordenação eficiente de planos de financiamento não humanitários; e o apoio célere e decisivo à resposta da OMS à COVID-19, com a reiteração do pedido de cessar-fogo global feito pela Secretaria-Geral da ONU.

4) Garantir a todos o acesso imediato aos resultados de pesquisas, vacinas e medicamentos. Os países precisam trabalhar juntos para desenvolver uma abordagem científica e cooperativa no sentido de alocar recursos de acordo com as necessidades da saúde pública.

5) Incentivar as empresas e corporações a encarar os desafios. As Nações Unidas encorajam as empresas e corporações a:

a) garantir a segurança de saúde e financeira dos trabalhadores;

b) prover suporte técnico e financeiro aos governos por meio de contribuições ao Fundo de Resposta Solidária à COVID-19; e

c) reposicionar suas instalações e seus planos de negócios de acordo com a nova realidade.

6) Estimular o engajamento das organizações filantrópicas na resposta à crise. Um apelo deve ser lançado às organizações filantrópicas de todo o mundo a se unirem aos 225 financiadores que contribuíram para ações de emergência da COVID-19. Entre esses, o Fundo de Resposta Solidária à COVID-19, capitaneado pela OMS juntamente com a Fundação das Nações Unidas e a Fundação Suíça de Filantropia.

1.1.2. Impactos econômicos e multidimensionais

A economia mundial, enfraquecida pela crise do mercado financeiro global de 2008/2009 e abalada pela crise da dívida de 2012, com efeitos sobre a mudança do clima (choques externos advindos de desastres naturais, secas, enchentes etc.), vem sentindo fortemente os efeitos da COVID-19. As necessárias medidas para conter a propagação da doença, como quarentenas, restrições de viagem e fechamento de cidades, resultam em uma significativa redução na demanda e oferta de produtos e serviços. Alguns efeitos devastadores nas pessoas e nos setores formal e informal da economia merecem atenção:

a) interrupção das cadeias de suprimento;

b) paralisação de setores produtivos;

c) volatilidade nos preços das *commodities*;

d) impactos sobre o mercado financeiro; e

e) tensionamento da capacidade fiscal dos governos para estabilizar a economia e enfrentar a crise humana e sanitária.

Implicações da crise na Agenda 2030 e no Acordo de Paris

É provável que a crise da COVID-19 e a prolongada desaceleração econômica mundial tenham efeitos negativos nos esforços de desenvolvimento sustentável. Os mais vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, adolescentes, idosos e trabalhadores informais, serão os mais atingidos. O meio ambiente, por outro lado, sofrerá um impacto positivo no curto prazo, já que a drástica redução da atividade econômica reduziu as emissões de CO2 e a poluição em muitas áreas.

Grande parte do capital político e dos recursos de financiamento será absorvida pela resposta à COVID-19 e, consequentemente, desviada dos compromissos nacionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É vital, portanto, que na resposta à crise os países mantenham em foco os ODS e os compromissos climáticos, preservando os ganhos passados e recuperando-os, fazendo investimentos que, no futuro, impulsionem um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e resiliente.

O que se observa é que o mundo certamente estaria melhor preparado para enfrentar a atual pandemia se já houvesse alcançado os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os ODS, com suas metas de acesso universal aos serviços de saúde, maior qualidade dos cuidados com a saúde e economias mais inclusivas e sustentáveis.

1.1.3. Parcerias para acelerar a resposta global à COVID-19

Parcerias são essenciais para a superação da crise e a coordenação de respostas e devem ser construídas – com forte participação dos

governos locais, setor privado e sociedade civil – no fomento à pesquisa e à inovação em escala global.

Os governos locais

Os governos locais estão na linha de frente da pandemia. O diálogo e a coordenação eficientes entre essas instâncias e as autoridades nacionais são essenciais para a implementação de medidas eficazes. Nessa escala, as mulheres e a juventude são peças-chave para as ações de recuperação.

Pesquisa e inovação global

A inovação é essencial para a superação da crise. Isso requer uma ação rápida de pesquisadores e cientistas do mundo inteiro. Uma ampla rede, agregando esforços dos governos, da academia e do setor privado deve se formar para ampliar a cooperação em torno da OMS, compartilhando informações e utilizando novas ferramentas de inteligência artificial.

Neste sentido, é importante o apoio de financiadores e organizações filantrópicas à pesquisa científica (nacionais e internacionais) em rede a fim de gerar um ambiente global confiável para uma ação cooperativa de âmbito internacional.

Sociedade civil e organizações comunitárias

No nível local da luta contra a pandemia, é esperado um papel vital da sociedade civil e das organizações populares, assistindo os mais vulneráveis, gerando oportunidades econômicas e meios de subsistência e mantendo a coesão social durante o período de distanciamento social. Em muitas partes do mundo, tais atores são a primeira – e até a única – referência para as pessoas e famílias em relação às ações que estão sendo tomadas contra a COVID-19.

1.1.4. Superaremos esta crise humanitária e voltaremos melhores

A superação da pandemia da COVID-19 coloca os países diante de uma escolha: voltar ao mundo conhecido antes ou lidar de forma decisiva com os problemas que tornaram muitos deles e parte das suas populações vulneráveis a crises como a atual. Tudo a ser feito agora e depois da pandemia deve ter um olhar para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, que torne a humanidade mais resiliente às grandes crises sanitárias e climáticas.

A Agenda 2030, os ODS e o Acordo de Paris apresentam um roteiro para o futuro. Os países precisam avançar firmemente na implantação dos compromissos comuns, especialmente no investimento em pessoas, sistemas de saúde e proteção social, e aproveitar a oportunidade para criar um ambiente econômico mais verde e inclusivo.

Ao responder à crise hoje, é necessário aprender as lições do passado para que os países estejam mais bem preparados para os dias que virão. Está claro que o mundo precisa de uma mudança incisiva na abordagem e na arquitetura da preparação para pandemias.

A OMS estima que US$ 100 bilhões serão necessários, nos próximos cinco anos, para a prevenção e preparação à próxima pandemia em 67 países de baixa e média renda e na construção de um Sistema de Emergência Global de Saúde – por meio de sistemas de informação e dados, força de trabalho e suprimentos.

Da mesma forma, os países devem aumentar os gastos com atenção primária à saúde em pelo menos 1% de seus Produtos Internos Brutos.

A resposta também deve reafirmar nossa determinação de combater a pobreza e a desigualdade em todas as suas formas e manifestações; recuperar a confiança das pessoas em seus governos; garantir acesso à educação aos milhões de crianças que permaneceram fora da escola nesse período do ano; criar sistemas que garantam uma renda básica para continuar protegendo os rendimentos das pessoas afetadas pela crise atual; gerar oportunidades e resultados iguais para mulheres e homens; e garantir acesso sustentável à água e ao saneamento básico. Deve incluir ainda a construção de uma resposta global para as emergências climáticas e de biodiversidade.

1.2. Plano de Resposta Imediata

1.2.1. Considerações básicas sobre o Plano de Resposta Imediata

A pandemia da COVID-19 é mais que uma crise de saúde. Ela atinge fortemente as sociedades e as economias dos países. Enquanto varia de país a país, o impacto da pandemia faz crescer a pobreza e as desigualdades em escala global, tornando ainda mais urgente a luta pela consecução dos ODS. Sem uma resposta socioeconômica urgente, o impacto sobre o planeta será agravado, ameaçando vidas e os meios de subsistência por muitos anos. Respostas imediatas de desenvolvimento nesta crise devem ser buscadas com um olhar no futuro. As ações tomadas e o apoio recebido pelos países são determinantes para as trajetórias de desenvolvimento no longo prazo.

É importante destacar que o Plano de Resposta Imediata construído nos países fornece a estratégia e o modelo de resposta socioeconômica à crise da COVID-19 com foco na situação de cada um deles. Este está sendo implementado pelas equipes nacionais da ONU, num cronograma de 12 a 18 meses, como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico em complemento às respostas humanitária e de saúde. Propõe-se a atender:

- à proteção das pessoas e do planeta;

- à manutenção das conquistas obtidas em todos os ODS;

- à garantia da igualdade;

- à promoção da transparência, responsabilidade e colaboração;

- ao aumento da solidariedade;

- à priorização da voz, dos direitos e da participação das pessoas;

- à preservação dos direitos humanos e da dignidade; e

- à construção de uma relação harmoniosa e mutuamente benéfica entre seres humanos, animais e meio ambiente para alcançar economias e sociedades mais resilientes.

1.2.2. As pessoas que devemos alcançar

É importante destacar que a resposta a ser organizada deve remeter à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e sua promessa central de não deixar ninguém para trás. Garantir que todos estejam protegidos e incluídos no enfrentamento à crise é o foco central. Por isso, é fundamental um mapeamento rápido, mas abrangente, daqueles que correm o risco de ser excluídos.

Nossa proposta	Perguntas norteadoras da ONU
Enfrentamento imediato à crise	Quem foi alvo da formulação das medidas sanitárias e socioeconômicas no país? Quais os grupos demográficos e onde eles residem? Quais as lacunas a serem identificadas?
Focalização no impacto social e na resposta econômica	Quais barreiras mantêm as pessoas à margem do emprego, dos serviços, do acesso à infraestrutura e de outros padrões socioeconômicos?
Recuperação com avanços	Como integrar os que estão excluídos, marginalizados e vulneráveis? Como torná-los mais resistentes a choques e a crises? Como as respostas podem ajudar a remover e combater os fatores estruturais de exclusão, desigualdades e discriminação?

Fonte: A UN framework for the immediate socio-economic response to COVID-19. 2020.

Crianças e adolescentes, que no início da pandemia não foram considerados como grupos de risco direto, de fato são as vítimas ocultas da COVID-19. O UNICEF estima que 5,5 milhões de crianças e adolescentes tiveram seu direito à educação negado em 2020 no Brasil[9]. Além disso, famílias com crianças e adolescentes apresentaram maior queda na renda e maior insegurança alimentar em função da pandemia[10]. Os impactos para crianças e adolescentes podem perdurar por toda a vida. Por isso, é necessário atuar rapidamente para evitar retrocessos na educação, nutrição e pobreza infantil, entre outros.

Uma atenção especial deve ser dada à igualdade de gênero e à inclusão de mulheres em todos os contextos, de acordo com os ODS, para que não nos arrisquemos a retroceder nos direitos já conquistados e a comprometer a consecução dos ODS como um todo.

É essencial que os Planos de Resposta Imediata em cada país respondam a toda a sociedade, abarcando:

• As populações em risco, incluindo as mais marginalizadas, discriminadas e excluídas, que também sofrem níveis mais baixos de atenção do poder público e não têm voz e representação no diálogo político;

• os que têm ocupações relativamente precárias, incluindo os profissionais de saúde da linha de frente, cuidadores, trabalhadores domésticos, pessoas que trabalham na produção de alimentos e cadeias de suprimentos e trabalhadores informais;

• os que vivem em habitações de configuração vulnerável, com falta de espaço, recursos e serviços; e

[9] UNICEF. https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/114-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ainda-estao-fora-da-sala-de-aula-na-america-latina-e-no-caribe

[10] UNICEF. https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes--se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia

• os refugiados, os apátridas, os migrantes internos e externos e as pessoas que vivem em acampamentos, favelas ou à margem da sociedade – muitas vezes sem acesso à saúde, à educação ou à participação na economia formal.

Um aspecto não menos importante é a confiança das pessoas nas autoridades para a compreensão e aceitação das mensagens sobre prevenção. Por isso deve-se buscar o diálogo, a atuação de ouvidorias e mecanismos de prestação de contas, além do respeito aos direitos humanos.

Dois aspectos devem ser considerados:

- O contexto específico do país:

Países Menos Desenvolvidos (PMA), Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDCs), Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e contextos afetados por conflitos; e

- outros fatores contextuais, como as condições socioeconômicas, institucionais e geográficas existentes, como:

• os grupos epidemiologicamente vulneráveis;
• os grupos sociais mais pobres e grupos sociais marginalizados; e
• os domicílios e as empresas em quarentena e/ou até mesmo obrigadas a fechar.

1.2.3. A oferta das Nações Unidas para uma resposta imediata de desenvolvimento

O Sistema de Desenvolvimento da ONU (UNDS) está investindo todos os seus ativos relevantes no suporte a uma resposta imediata de desenvolvimento. Esses ativos incluem:

Presença ampla e profunda: agências e escritórios da ONU em todo o mundo, apoiados por uma rede global e regional disponibilizam o suporte que deve chegar aos níveis subnacional e comunitário.

Base de conhecimento: o Sistema de Desenvolvimento da ONU fornece conhecimento sobre como lidar com o aspecto socioeconômico multidimensional da crise.

Atuação ampla e integrada: a ONU é a única organização global cuja atuação atravessa temas como desenvolvimento, questões humanitárias, direitos humanos, segurança e paz, entre outros.

Portfólio de desenvolvimento com estrutura expandida: o portfólio de programas da ONU totaliza US$ 17,8 bilhões em todos os ODS, que podem ser ajustados, reaproveitados e acelerados para alívio e apoio a crises.

Ampla e flexível gama de modalidades de apoio: a ONU pode fornecer um suporte bem adaptado para atender às necessidades específicas de acordo com os níveis de capacidade dos diferentes países.

Capacidade de fornecer apoio coordenado e integrado: por meio de um sólido sistema de comissões regionais, o apoio da ONU é integrado, conectando análises e respostas em todos os setores, e estabelecendo uma sequência lógica de medidas imediatas e recuperação de longo prazo. Inclui, além das equipes nacionais da ONU, comissões regionais e plataformas regionais de colaboração (RCPs).

Modalidades de financiamento para desembolsos rápidos: o Sistema de Desenvolvimento da ONU pode fazer uso de várias modalidades de financiamento para canalizar rapidamente fundos para intervenções programáticas.

Parcerias fortes para maior alcance e impacto: além de seus próprios recursos e *ex-*

pertise, a ONU pode usar seu alcance para ajudar a mobilizar a vasta rede de parcerias necessárias a uma resposta global da sociedade. A ONU mantém conexões extensivas com organizações da sociedade civil, grupos de ativistas sociais, grupos de mulheres e grupos voluntários, além de outras organizações internacionais/regionais, setor privado e Instituições Financeiras Internacionais (IFI) na avaliação e resposta macroeconômica. Esses atores são capazes de amplificar a resposta.

Abordagem normativa e imparcial: todas as respostas e impactos serão implementados com senso de humildade, proteção dos direitos humanos e dignidade de todos, sem discriminação.

Infraestrutura operacional adequada ao objetivo: o Sistema de Desenvolvimento da ONU possui uma infraestrutura operacional robusta em todo o mundo que pode ser mobilizada e expandida rapidamente para apoiar este plano.

1.2.4. Prestação de apoio socioeconômico em condições de emergência

Para minimizar os impactos do surto pandêmico sobre as populações mais vulneráveis, o UNDS apresentou rapidamente uma proposta que abarcou cinco pilares temáticos para lidar com a emergência e entregar respostas à crise:

1. proteção do sistema de saúde durante a crise da COVID-19;

2. ajuda imediata às pessoas por meio de re-des sociais e serviços básicos;

3. defesa dos empregos e de pequenas e médias empresas e dos trabalhadores vulneráveis no setor informal por meio da recuperação econômica;

4. orientação ao estímulo fiscal e financeiro, com o intuito de impulsionar o quadro macroeconômico a funcionar para os mais vulneráveis e de fomentar a sustentabilidade do desenvolvimento através de respostas regionais e multilaterais;

5. promoção da coesão social e construção de ambiente de confiança por meio do diálogo social e engajamento político, mediante sistemas de respostas que habilitem a resiliência das comunidades.

Os cinco pilares apresentados foram conectados por uma forte visão de sustentabilidade ambiental e perspectiva de gênero. Sobre cada pilar, o UNDS estimulou entregas e atividades nos países incluindo a coordenação de engajamento internacional; a organização e análise de dados, englobando perspectivas multidimensionais e previsões sensíveis ao gênero; a consultoria e a assistência técnica, com entrega de soluções específicas, ao considerar cada contexto; facilitação de parcerias e diálogos; e pactos financeiros estratégicos, entre outros.

FIGURA 1. Os pilares de resposta do UNDS

Fonte: ONU, 2020.

Em paralelo, a capacidade total do Sistema ONU[11] foi mobilizada, incluindo espaços de ação socioeconômica de mais de 40 entidades do UNDS. A resposta socioeconômica liderada tecnicamente pelo PNUD é um dos três componentes críticos dos esforços da organização para salvar vidas, proteger pessoas e reconstruir melhor, juntamente com a resposta de saúde, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a resposta humanitária, detalhada no Plano Global de Resposta Humanitária à COVID-19, liderada pelo Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

Em março de 2020, o PNUD apresentou sua resposta integrada à COVID-19: Preparar, Responder, Recuperar[12], com foco em três prioridades imediatas: suporte aos sistemas de saúde, gerenciamento multissetorial de crises e avaliação e resposta ao impacto socioeconômico.

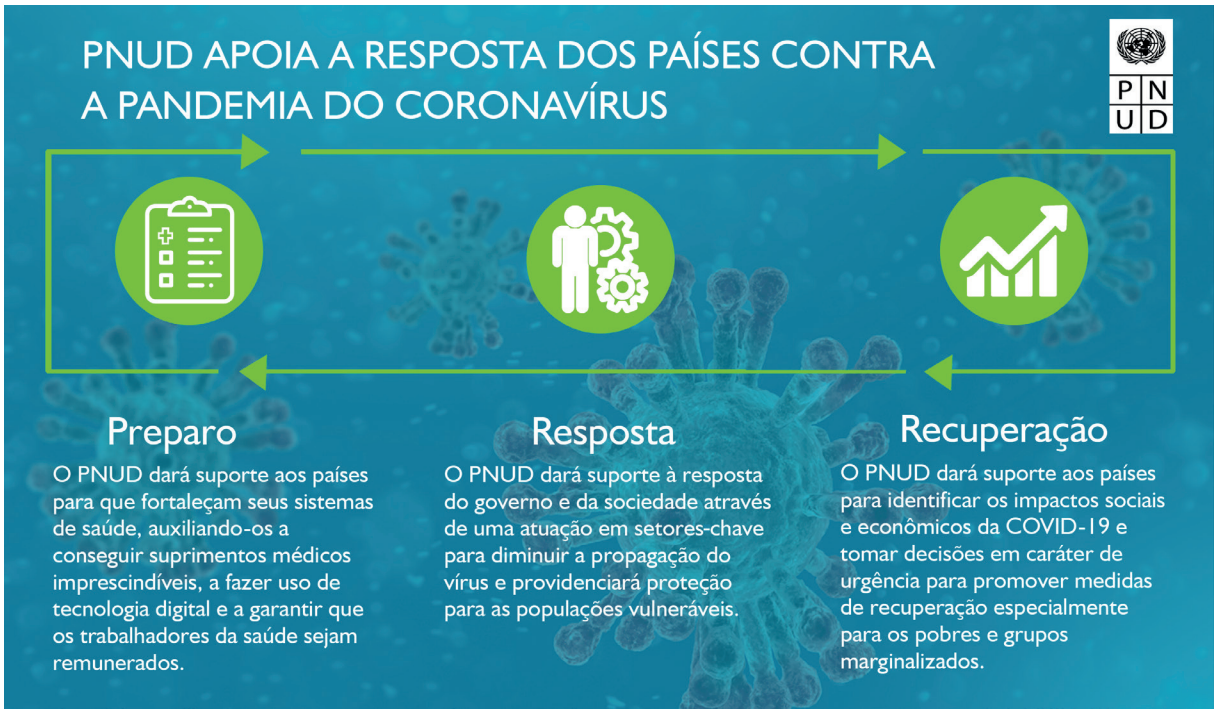
1.2.4.1. Saúde em primeiro lugar: proteger os serviços de saúde e os sistemas que os apoiam durante a crise

A estratégia do UNDS, alinhada ao ODS3 (Vidas Saudáveis e Bem-Estar para Todos), compreende duas fases:

a) Manutenção dos serviços essenciais de saúde que salvam vidas – a estratégia prevê apoio analítico e político, além de orientação técnica rápida, implementação de programa e suporte técnico, e ajuda na identificação e acesso às populações vulneráveis, com o engajamento da própria comunidade.

b) Recuperação, preparação e fortalecimento dos sistemas de saúde, com foco na atenção primária e na Cobertura Universal de Saúde (UHC), e preparação para futuros surtos de COVID-19.

FIGURA 2. Abordagem integrada



Fonte: ONU, 2020.

[11] https://www.un.org/en/coronavirus/un-secretary-general

[12] https://www.undp.org/publications/covid-19-undps-integrated-response

Aos governos, propõem-se três ações mitigadoras prioritárias:

1) mobilizar apoio para manter serviços e sistemas essenciais de saúde;

2) reduzir barreiras financeiras para serviços essenciais e intensificar o acesso a tecnologias emergentes relacionadas a diagnósticos, vacinas e tratamentos; e

3) concentrar as atenções nos mais vulneráveis.

1.2.4.2. Proteção às pessoas: proteção social e serviços básicos

A resposta do UNDS no campo da proteção social e de serviços básicos apoia os governos na adaptação, expansão e ampliação dos serviços com:

a) aumento da resiliência dos sistemas de proteção social voltados para os mais pobres;

b) ajuda aos serviços essenciais de alimentação e nutrição com foco nos jovens, mulheres e, particularmente, nos mais vulneráveis, inclusive os portadores de HIV/AIDS;

c) garantia de abastecimento de água e saneamento básico;

d) garantia de educação contínua e segura para todas as crianças e adolescentes, preferencialmente nas escolas; apoio a um retorno rápido e seguro dos estudantes às escolas, assim que a situação epidemiológica permitir;

e) continuidade dos serviços sociais e acesso a abrigos (especialmente para crianças e mulheres); e

f) apoio a vítimas de violência de gênero.

O momento atual é decisivo para a implantação de uma base de proteção social e é também uma oportunidade de alcançar todos os grupos sociais com os serviços básicos, o que deve ser empreendido pelos governos enquanto perdurar a crise. Para a ampliação das políticas públicas e programas, os seguintes princípios devem ser observados:

a) as especificidades de cada país;

b) a proteção social com base nos direitos humanos;

c) os princípios humanitários;

d) o foco nos mais necessitados;

e) o conhecimento dos riscos e a abertura à inovação;

f) a orientação a análises com benefícios adequados;

g) os investimentos nos sistemas de proteção social já existentes e na criação de novos;

h) a orientação para a sustentabilidade; e

i) o fortalecimento de parcerias.

1.2.4.3. Resposta econômica e recuperação: proteger empregos, pequenas e médias empresas e trabalhadores informais

A crise da COVID-19 mergulhou a economia mundial numa recessão com níveis históricos de desemprego e privações que ameaçam principalmente os mais vulneráveis. A recuperação econômica passa pela proteção dos empregos e dos trabalhadores, e as de-cisões políticas devem considerar todos os setores, possíveis efeitos adversos e ecossis-temas precários, evitando disrupção e perda definitiva dos empregos.

A resposta do UNDS no campo da recuperação econômica tem como foco a proteção e o incremento de setores produtivos, a proteção dos empregos e a promoção de trabalho digno. Essa resposta inclui:

a) assessoria para ações políticas específicas de cada país e apoio aos programas;

b) ampliação de programas intensivos de criação de empregos;

c) apoio a jovens e parceiros sociais no empreendedorismo e na inovação social em resposta à COVID-19;

d) apoio a estratégias de estímulo a pacotes fiscais verdes;

e) análises socioeconômicas rápidas e que considerem gênero, diagnóstico do mercado de trabalho e do ambiente de negócios;

f) assessoria em soluções para o desenvolvimento que levem em conta a natureza, inclusive para as pequenas e médias empresas, por meio de fundos verticais: Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), Fundo Verde para o Clima (GCF) e Fundo de Adaptação;

g) suporte a vínculos comerciais através do programa Business Linkages (UNCTAD), implantado em 37 países, que pode ser rapidamente adaptado para novas emergências;

h) investimentos para melhoria da produtividade e das condições de trabalho nas micro e pequenas empresas por meio do programa SCORE (Sustaining Competitive and Responsible Enterprises);

i) apoio técnico a mulheres micro e pequenas empresárias através da distribuição incondicional de recursos de carteiras digitais;

j) suporte e construção de sistemas de pagamentos digitais;

k) assistência para o enfrentamento dos desafios comerciais e facilitação dos fluxos comerciais; e

l) incentivo ao comércio eletrônico e soluções digitais para permitir o acesso seguro, especialmente dos grupos mais vulneráveis, aos serviços necessários em tempos de crise.

Experiências prévias apontam que a proteção do emprego e renda dos trabalhadores deve estar no centro dos esforços de recuperação numa emergência. Neste contexto, três pilares precisam guiar a ação política:

- políticas fiscais e monetárias ativas para estimular a economia e o emprego;

- apoio financeiro imediato às PMEs, aos trabalhadores autônomos e empregos informais em uma escala muito maior, por meio de empréstimos, subsídios, programas de manutenção de empregos, esquemas de retenção de empregos, férias remuneradas, ferramentas de TIC e planos de continuidade de negócios; e

- proteção aos trabalhadores vulneráveis por meio de programas de garantia de renda emergencial, provisão de serviços de saúde, seguro social para grupos vulneráveis, acesso a serviços de assistência aos trabalhadores que precisam se manter ativos durante o *lockdown*; apoio a jovens trabalhadores; prevenção à discriminação, exclusão e violência no local de trabalho; e vinculação desses grupos-alvo a esquemas de proteção social, quando disponíveis.

Uma parte essencial da resposta da saúde é a preservação do acesso de populações rurais e urbanas aos alimentos. O UNDS, em várias parcerias, tem desenvolvido um conjunto de normas, ferramentas e mecanismos para monitorar, compilar dados, realizar avaliações e análises rápidas para acompanhar o funcionamento da cadeia de valor dos alimentos[13].

[13] Esses mecanismos incluem a Classificação Integrada de Segurança Alimentar (IPC), Sistema de Informações de Segurança Alimentar (FSIN), Sistema Global de Informações sobre Doenças de Animais/Sistema de Gerenciamento de Informações Agrícolas (EMPRES), Sistema Global de Informações e Aviso Prévio (GIEWS), Análise de Vulnerabilidades e Unidade de Monitoramento (VAM), Cluster de Segurança Alimentar (FSC), Rede Global contra Crises Alimentares (GRFC) e Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS).

1.2.4.4. Resposta macroeconômica e colaboração multilateral

Como consequência das medidas de isolamento implementadas para deter o avanço da COVID-19, os estragos nas economias – muitas vezes já em crise – exigem medidas sem precedentes. É preciso um esforço fiscal e financeiro anticíclico massivo e global.

Para avaliar apropriadamente a extensão e a escala do aumento necessário das despesas é essencial um claro entendimento dos vários canais de impacto econômico: os efeitos adversos das medidas de distanciamento social na economia; como algumas medidas de respostas financeiras e comerciais estão afetando particularmente as economias em desenvolvimento e emergentes; e a desaceleração significativa no crescimento do PIB.

Medidas fiscais de larga escala, apoiadas por uma flexibilização monetária direcionada, serão necessárias para conter a disseminação da doença, aliviar o choque nos empregos, reduzir o número de demissões e garantir condições de vida especialmente aos mais vulneráveis. Para isso será preciso avançar com os sistemas universais de assistência médica e proteção social; neutralizar a redução da demanda agregada da economia e proteger os atores produtivos mais vulneráveis; e apoiar a estabilidade do sistema financeiro para evitar uma crise de crédito.

As principais implicações das medidas políticas propostas precisarão ser avaliadas para evitar danos colaterais à estabilidade econômica e social e ao meio ambiente. Primeiro deverão ser consideradas adequadamente as questões das dívidas dos países, especialmente dos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, é crucial uma coordenação entre os bancos centrais. E, por fim, a resposta política precisa criar uma ponte para a recuperação, garantindo a sustentabilidade social e ambiental no âmbito da Agenda 2030 e dos ODS para fortalecer a resiliência ambiental e evitar outros choques desse tipo no futuro.

1.2.4.5. Coesão social e resiliência da comunidade

Áreas específicas do UNDS estão preparadas para apoiar os governos nacionais, os governos locais e as comunidades nos desafios impostos pela COVID-19, garantindo o fortalecimento da coesão social e da resiliência e, ao mesmo tempo, assegurando a implementação dos ODS e o fortalecimento de sociedades inclusivas, justas e pacíficas.

A urgência em responder à crise precisa consolidar processos contínuos de diálogo social e engajamento democrático em muitos países e garantir que os ganhos obtidos sobre a igualdade de gênero nas últimas décadas não sejam revertidos. É importante basear a resposta socioeconômica à COVID-19 no diálogo social bem adaptado e no engajamento político fundamentado nos direitos humanos, como a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva, a liberdade de expressão e de imprensa, a igualdade de gênero e a inclusão de mulheres e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, entre outros.

As comunidades devem estar no centro de todos os esforços para fortalecer a coesão social. O impacto da COVID-19 na vida das comunidades urbanas e das populações vulneráveis e marginalizadas, especialmente em áreas urbanas e nas aglomerações subnormais densamente povoadas, será significativo. Um bilhão de pessoas vivem em aglomerações subnormais, onde as condições de vida estão afetando dramaticamente a saúde dos pobres que vivem em centros urbanos; o isolamento é um esforço difícil e os meios de subsistência dependem da renda do dia a dia do trabalho no setor informal.

Algumas comunidades também podem enfrentar crises adicionais, como um grande aumento da COVID-19, dadas as condições preexistentes de vulnerabilidade, como conflitos e desastres naturais. O risco de convulsão social, na medida em que as tensões da crise da COVID-19 são sentidas nessas comunidades vulneráveis, é imenso.

Logo, faz-se necessário apoiar os países e as sociedades em seus esforços para promover a coesão social durante e após a pandemia. Em muitos países do mundo, a ONU tem capacidade de alcançar parceiros e atores, incluindo lideranças femininas, diferentes setores da sociedade e correntes ideológicas a fim de facilitar o diálogo social e o consenso político.

A capacidade de mitigar o impacto socioeconômico da COVID-19 dependerá em grande parte dos governos locais e das soluções e respostas lideradas pela comunidade, incluindo mulheres e jovens. O engajamento dos planos de recuperação com o desenvolvimento local abrange a prestação de serviços de base comunitária, o planejamento participativo e a supervisão local dos serviços, bem como a melhoria da resiliência das cidades e comunidades para suportar choques, seja por crises econômicas ou desastres climáticos.

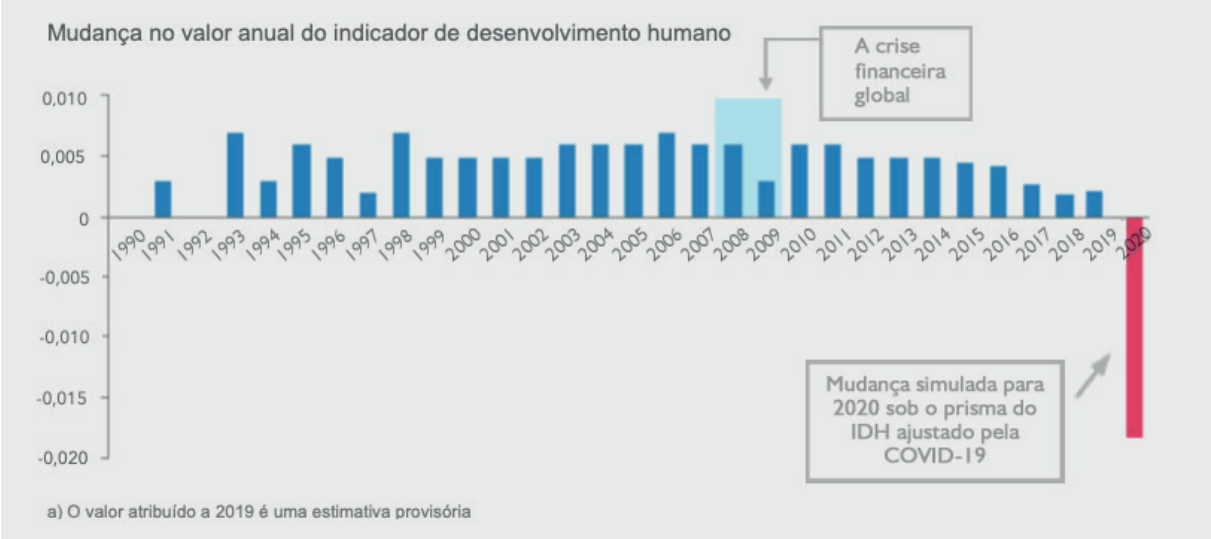
2. Desenvolvimento humano no século 21 e COVID-19

2.1. Desenvolvimento humano: avaliação da crise e alcance da recuperação

A pandemia da COVID-19 desencadeou uma crise que atinge duramente todas as dimensões do desenvolvimento humano: renda (maior retração da atividade econômica registrada desde a Grande Depressão), saúde (número de mortes acima de 4,5 milhões até setembro de 2021) e educação (estudantes fora da escola e sem acesso à internet para continuar a educação e muitos que provavelmente já não voltarão a estudar, ampliando desigualdades já existentes). Sem contar os efeitos indiretos menos visíveis, como o trabalho infantil e o aumento da violência doméstica, provavelmente ainda subnotificados. O fechamento das escolas, por sua vez, inviabiliza importantes mecanismos de alerta em relação a possíveis violações contra crianças e adolescentes, como violências de diferentes formas, além de produzir riscos relacionados à segurança alimentar e nutricional, uma vez que muitas crianças dependem dos programas de alimentação escolar para terem garantida uma alimentação saudável e adequada.

Em algumas dimensões do desenvolvimento humano as condições de hoje são equivalentes aos níveis de privação vistos em meados da década de 1980. A pandemia se sobrepôs às tensões não resolvidas entre os indivíduos e os padrões tecnológicos, entre os indivíduos e o meio ambiente, e entre os que têm acesso a oportunidades e os que não têm. Essas tensões já estavam moldando uma nova geração de desigualdades pertinentes às capacidades avançadas para o desenvolvimento no século 21, conforme documentado no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019* (RDH 2019). Sabe-se que a resposta à crise pode delinear a forma como essas tensões serão tratadas e como as desigualdades no desenvolvimento humano serão reduzidas.

FIGURA 3. O desenvolvimento humano enfrenta um desafio sem precedentes desde que o conceito foi introduzido, em 1990



Fonte: Simulações do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseadas nos dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatísticas das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e da Organização Mundial da Saúde.

O quadro avaliativo que propõe estimar a crise, moldar as respostas e traçar rotas para as políticas públicas deve enfatizar o potencial das pessoas de serem e fazerem aquilo a que aspiram na vida. Sem dúvida, uma perspectiva além da mensuração dos recursos materiais ou da atividade econômica alcançada.

Considerando os impactos da crise, o HDRO estruturou simulações baseadas em um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado, com a dimensão educacional modificada (que reflete os efeitos do fechamento de escolas e medidas de mitigação) e a dimensão da renda (incorporando projeções atuais da renda nacional bruta *per capita* para 2020). Com quase nove em cada dez alunos fora da escola, em escala global, e recessão profunda na maioria das economias (que incluem estimativas de queda de 4% na renda nacional bruta *per capita* em todo o mundo), o declínio do IDH seria equivalente a anular todo o progresso no desenvolvimento humano dos últimos 6 anos[14], uma perda sem precedentes desde que o conceito de desenvolvimento humano foi apresentado, em 1990.

As simulações também mostram a importância de se promover a equidade nas capacidades. Sem acesso à internet, o declínio no desenvolvimento humano seria 2,5 vezes maior, se comparado ao cenário com acesso à tecnologia. A chave para enfrentar os choques está em capacitar as pessoas para lidar com a crise, incluindo um cenário com o fechamento físico de escolas e locais de trabalho. É importante lembrar que um estudo da World Wide Web Foundation, de 2018[15], estimou que seriam necessários US$ 100 bilhões para diminuir a lacuna no acesso à internet em países de renda baixa e média – ou cerca de 1% dos programas fiscais extraordinários anunciados em todo o mundo desde o início da pandemia até abril de 2020.

Três princípios devem ser observados para moldar a resposta à crise:

• **Olhar a resposta pela lente da equidade.** Países, comunidades e grupos (como crianças e adolescentes) em desvantagem nas capacidades avançadas serão particularmente afetados, e deixá-los para trás trará ainda mais impactos a longo prazo no desenvolvimento humano.

• **Concentrar-se nas capacidades avançadas das pessoas.** Isso ajudaria a conciliar aparentes compensações (*tradeoffs*) entre saúde pública e atividade econômica, e a criar resiliência para choques futuros.

• **Estruturar uma abordagem multidimensional** capaz de guiar a resposta considerando saúde, aspectos sociais e economia, assim como os diferentes grupos da população afetados pela crise de maneira diferente – como crianças e adolescentes –, e questões de raça, etnia, idade e gênero, entre outras, apoiando decisões sobre a alocação de recursos fiscais que estimulem ou reduzam a produção e o consumo intensivos de carbono.

[14] UNDP 2020. Covid-19 and Human Development: Assessing the Crisis, Envisioning the Recovery. 2020 Human Development Perspectives. New York. http://hdr.undp.org/en/content/covid-19-human-development-assessing-crisis-envisioning-recovery

[15] World Wide Web Foundation/Alliance for Affordable Internet (2018). Closing the Investment Gap: How Multilateral Development Banks can Contribute to Digital Inclusion. http://a4ai.org/wpcontent/uploads/2018/04/MDB-Investments-in-the-ICT-Sector.pdf

2.1.1. COVID-19: uma crise sistêmica sem precedentes

As Nações Unidas chamaram a pandemia da COVID-19 de "o maior teste que enfrentamos desde a nossa fundação", deixando claro que, mais do que uma emergência de saúde, trata-se de uma crise sistêmica sem precedentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI) antecipou que esta é "a pior crise econômica desde a Grande Depressão". Em janeiro de 2020, o FMI esperava para aquele ano um crescimento positivo da renda *per capita* em mais de 160 dos Estados-membros. Já em meados de abril, as projeções revelavam que mais de 170 países passariam pela experiência de um crescimento negativo da renda *per capita* no ano.

A dimensão social da crise tem se agravado em muitas partes do mundo, afetando a vida das pessoas de múltiplas maneiras, incluindo a queda nas ofertas de emprego e o abalo nos meios de subsistência.

As populações de origem indígena e/ou afrodescendentes são especialmente vulneráveis, sobretudo as famílias com crianças, mais propensas a viver em piores condições socioeconômicas e com acesso limitado à proteção social em comparação com o restante da população, além de enfrentarem altos níveis de discriminação no mercado de trabalho.

A crise afeta as mulheres de maneira severa, pois elas têm maior probabilidade de trabalhar em ocupações informais do que os homens. Ademais, o confinamento impôs pressões adicionais sobre as mulheres como cuidadoras primárias, além de ter aumentado a incidência de feminicídio e outras formas de violência sexual e de gênero.

Crianças e adolescentes também necessitam de uma atenção especial, pois – como enfatizado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas – mesmo que não estejam no centro da atenção nesta crise, correm sérios riscos de estarem entre as maiores vítimas, especialmente no longo prazo[16].

A maioria dos países fez enormes progressos no enfrentamento à pandemia graças à aprendizagem contínua, à troca de experiências e à articulação em múltiplas escalas. No entanto, a capacidade de resposta é distribuída de forma desigual entre os países. Em 2019, o RDH já destacava a importância de uma nova geração de capacidades para o desenvolvimento (as avançadas) como vetor-chave à resiliência a choques de alto impacto[17] ainda desconhecidos.

Os países apresentaram um amplo conjunto de medidas para lidar com a COVID-19 em várias frentes. Políticas que mudam o comportamento das pessoas foram e são fundamentais para conter a propagação do vírus e têm sido pensadas conforme as particularidades de cada país. As ações imediatas terão efeitos duradouros na vida das pessoas e na capacidade das instituições nacionais e multilaterais de impulsionar o desenvolvimento humano.

[16] Secretary General Policy Brief: the impact of COVID-19 on children.

[17] Quando do lançamento do RDH 2019, a crise da COVID-19 ainda era desconhecida, mas o PNUD já anunciava no relatório daquele ano a necessidade de mapear e fortalecer as capacidades básicas e avançadas.

1. A crise é sistêmica e corrói os ganhos acumulados ao longo de décadas no desenvolvimento humano. As respostas devem considerar que as atividades econômicas podem ser restringidas por razões de saúde pública.

2. Os efeitos indiretos da crise podem ser tão severos, ou até maiores, que os efeitos diretos à saúde. Crises têm efeitos de longo prazo – principalmente para populações mais vulneráveis, como crianças, adolescentes e mulheres – difíceis de monitorar e antecipar, mas que tendem a ser distribuídos de forma desigual. A COVID-19 dificilmente será uma exceção.

3. Os investimentos na redução das desigualdades no desenvolvimento humano – tanto nas capacidades básicas quanto nas avançadas – são essenciais para garantir a recuperação e a preparação para uma próxima crise.

4. A crise atinge um mundo que lida com tensões não resolvidas: entre as pessoas e a tecnologia, entre as pessoas e o planeta, e entre os que têm oportunidades e os que não têm – questões que estão moldando uma nova geração de desigualdades. A resposta a esta crise é uma oportunidade para conceber e planejar novos horizontes.

COVID-19: uma crise de múltiplas dimensões

Não é a primeira vez que a humanidade enfrenta uma pandemia. Há pouco mais de uma década, centenas de milhares de pessoas morreram durante a pandemia de H1N1 e surtos recentes de novas doenças zoonóticas (SARS, MERS tiveram grandes impactos em muitas partes do mundo, assim como outras já conhecidas, como o ebola e a AIDS.

O que tem diferenciado a pandemia da COVID-19 das demais é sua evolução de um choque de saúde para uma crise econômica e social. O distanciamento social e a pausa na economia mundial paralisaram a maioria das atividades. No início da crise sanitária, primeiro trimestre de 2020, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) projetou em termos globais que, no trimestre seguinte, a redução da jornada de trabalho seria equivalente a 195 milhões de trabalhadores em tempo integral. Ao contrário de outras crises, o emprego tem sido atingido por dois canais principais: a redução das atividades e os efeitos sobre a riqueza decorrentes da recessão mundial. Tal cenário apresenta desafios enormes, não somente para quem teve seu emprego interrompido, mas também para os jovens que estão iniciando a vida profissional, tentando se inserir no mercado de trabalho pela primeira vez.

Na prática, países com desenvolvimento humano muito elevado sofreram primeiro o choque de saúde, organizando suas respostas por meio de sistemas sanitários fortes e políticas monetárias e fiscais de apoio. Economias em desenvolvimento, com algumas exceções, como China e Cingapura, foram afetadas pela COVID-19 com atraso. Mas a crise de saúde ainda evolui e os países em desenvolvimento têm sido fortemente afetados e serão ainda mais. Como fator agravante, esses países estão entrando na crise em meio a um cenário mundial de insegurança. Frente à crescente incerteza, inclusive na segurança sanitária, alimentar e do trabalho, têm menos condições estruturais para lidar com os choques.

As crises econômicas ameaçam o desempenho da saúde e do sistema de saúde. A pressão financeira sobre os serviços de saúde dificulta o acesso, num cenário de demanda crescente. Os efeitos negativos à saúde afetam desproporcionalmente grupos já vulneráveis a choques, como pessoas desempregadas. Problemas de saúde mental também aumentam. Mesmo em países com alto número de leitos hospitalares, os serviços de saúde serão sobrecarregados durante o pico de uma pandemia. É essencial mencionar a importância de garantir a continuidade dos serviços de menor complexidade como, por exemplo, a imunização e o atendimento a gestantes. Neste cenário, uma política de redução da transmissão do vírus diminui a pressão sobre o sistema de saúde e os profissionais de saúde, ganhando tempo para aumentar e descentralizar a capacidade de resposta. Considerando os desafios da violência de gênero, é importante disponibilizar recursos para relatar, controlar e gerenciar casos; garantir serviços de saúde e abrigos para vítimas de violência doméstica, além de garantir a continuidade dos serviços judiciários.

A propagação da crise para grupos vulneráveis

Os impactos negativos da COVID-19 têm sido mais duros em alguns países e para determinados grupos populacionais dentro dos países. No mundo em desenvolvimento, os principais meios de propagação desses impactos ocorreram pelos seguintes canais:

• **Canais financeiros:** as saídas de capital de curto prazo têm sido massivas, ainda maiores do que na crise financeira global de 2008.

• **Canais de comércio:** os preços das *commodities*, particularmente importantes para os países em desenvolvimento, caíram em 2020[18].

• **Migração e remessas:** graças às restrições de movimento nas fronteiras, muitos países têm enfrentado perdas de empregos e quedas de renda.

É cedo para uma avaliação abrangente das consequências da COVID-19 no desenvolvimento humano, mas é possível estimar seus efeitos prováveis no IDH.

Esta pandemia é um desafio para todos os países. Contudo, em países com alta desigualdade de renda, gênero, raça, etnia ou habitação, os efeitos podem amplificar essas diferenças, pelo menos no curto prazo. Dentro dos países, grupos populacionais específicos são afetados de maneira desproporcional: idosos, mulheres, crianças, adolescentes, jovens trabalhadores, famílias migrantes, trabalhadores desprotegidos, pessoas que vivem em aglomerados subnormais ou na rua (inclusive as que vivem em instituições de assistência social) e pessoas com deficiência ou que vivem em condições precárias de saúde, entre outros. Os grupos populacionais tradicionalmente desfavorecidos em relação a renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, localização geográfica e outras características relevantes nos respectivos contextos nacionais requerem atenção especial e políticas públicas específicas.

As comorbidades exacerbam o impacto negativo do vírus quando relacionadas à vulnerabilidade social: questões de saúde tendem a ser mais prevalentes entre indivíduos de baixa renda, assim como entre

[18] Impulsionadas principalmente pelo minério de ferro, as principais *commodities* produzidas no país devem alavancar as receitas brasileiras com exportações em 2021, amenizando a crise econômica remanescente da pandemia. A expectativa no mercado é de que os preços em 2021 continuem em patamares elevados no primeiro semestre, mas as incertezas também são altas. Importante destacar que surtos climáticos e a demanda da China (por estoques regulatórios de alimentos) fizeram com que o preço da soja subisse 35,6% em 2020.

indivíduos de grupos populacionais desprotegidos. Ademais, enquanto a pandemia da COVID-19 continua a enfraquecer os sistemas de saúde e a interromper os serviços de rotina, as maiores vítimas podem ser as crianças. No primeiro semestre de 2020, estudos estimavam que até 6 mil crianças poderiam morrer diariamente por causas evitáveis[19] até o final daquele ano.

Considerando o crescimento econômico projetado pelo FMI para 2020 como principal referência, o número de pessoas na extrema pobreza deveria aumentar entre 40 e 60 milhões em todo o mundo. E as consequências econômicas da COVID-19 poderiam aumentar a pobreza domiciliar, afetando até 86 milhões de crianças a mais até o final de 2020. Este aumento corresponde a um crescimento de 15%, de acordo com análise do UNICEF junto com a Save the Children[20]. Além disso, o número de pessoas desnutridas no mundo poderia aumentar entre 14 e 80 milhões.

A pandemia está expondo as desvantagens já enfrentadas por grupos de baixa renda e ampliando as fissuras das desigualdades. O distanciamento social, por exemplo, tem implicações dramaticamente desiguais: indivíduos com rendimentos mais altos têm mais chance de trabalhar em casa e manter seu padrão de renda e uma vida saudável. Pessoas em grupos de baixa renda, considerando gênero e raça, são mais propensas a exercer ocupações em serviços essenciais, que exigem que elas se desloquem a seus locais de trabalho e se exponham mais aos riscos de contágio, além de viverem em contextos habitacionais densos, que dificultam o distanciamento social. Simultaneamente, muitas das desigualdades no acesso à saúde, assim como à água, ao saneamento e às condições de higiene, têm antecedentes sociais e evidenciam outras formas de desigualdade, incluindo raça e gênero. Esta leitura ampla, que correlaciona um conjunto de desigualdades, é fundamental para determinar os esforços que precisam ser coordenados a fim de se alcançarem resultados afirmativos.

Outras pistas sobre os desafios a serem enfrentados, com o surto da pandemia, ganham força com o lançamento do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2020 – A Próxima Fronteira: Desenvolvimento Humano e o Antropoceno*. O novo relatório RDH 2020 destaca que a pandemia da COVID-19 ratificou que os efeitos dos choques, em larga escala, emergem dos sistemas ecológicos sob pressão das atividades sociais econômicas. Esses choques estão afetando os principais componentes do desenvolvimento humano com magnitude, sincronicidade e alcance global sem precedentes. Simulações do impacto em tempo real da pandemia sugerem que, durante 2020, todas as capacidades contabilizadas no Índice de Desenvolvimento Humano foram severamente afetadas. Também sugerem que, mesmo antes da pandemia, o risco sistêmico estava em ascensão, muitas vezes ofuscado pelo progresso médio do desenvolvimento econômico e da redução da pobreza.

Evidências dão conta de que o desenvolvimento econômico foi sistematicamente afetado pelas mudanças climáticas. Na maioria dos países, o PIB *per capita* é menor hoje do que quando comparado a cenários sem estresses climáticos — particularmente nos países e regiões de menor renda, onde se estima que já seja de 17% a 31% menor. No geral, estima-se que a desigualdade de renda entre países seja 25% maior por causa das mudanças climáticas[21].

---

[19] https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(20)30229-1/fulltext

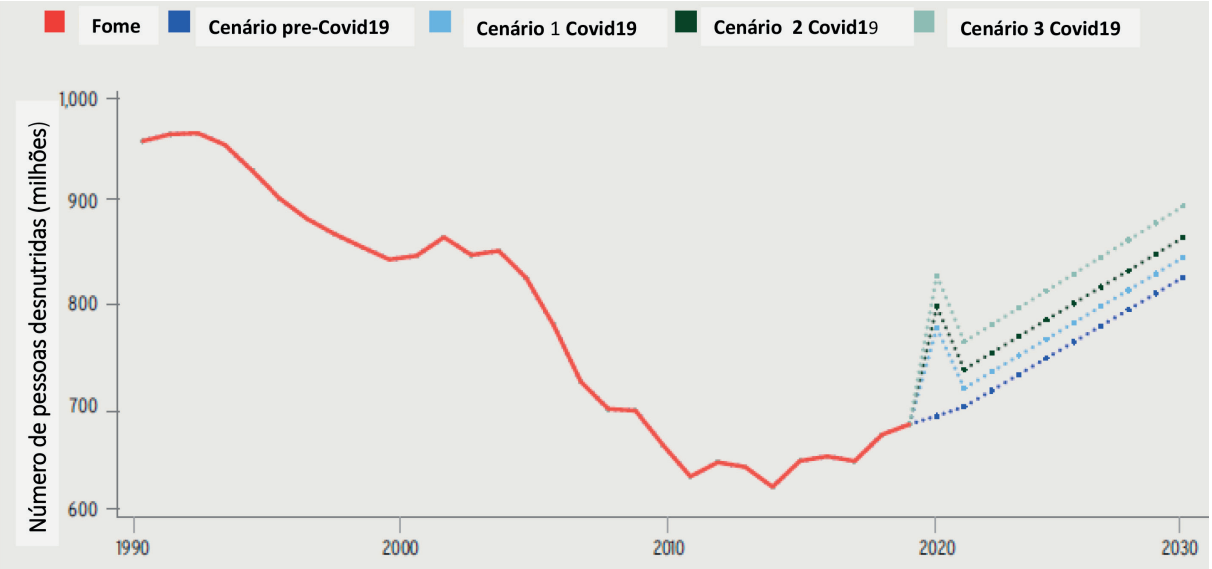
[20] https://www.unicef.org/documents/children-monetary-poor-households-and-covid-19

[21] UNDP (United Nations Development Programme). 2019c. Human Development Report 2020: The next frontier Human development and the Anthropocene. New York.

Após duas décadas de progresso, o número de pessoas afetadas pela fome (pessoas desnutridas) vem aumentando desde 2014, quando foi registrado o número mais baixo: 628 milhões. Em 2019, o número foi de 688 milhões, um aumento de 60 milhões em apenas cinco anos. As estimativas para 2020 (incluindo o efeito da pandemia COVID-19) variavam de 780 milhões a 829 milhões **(Figura 4)**. Até 2030, 900 milhões de pessoas podem estar desnutridas. Essa tendência afeta grande parte da população global: em 2019, 2 bilhões de pessoas enfrentavam moderadamente ou severamente situação de insegurança alimentar, 367 milhões a mais do que em 2014.

O ponto de inflexão na trajetória de progresso na segurança alimentar deve-se a múltiplos fatores: condições econômicas estagnadas ou deterioradas, posições fracas nas cadeias globais de valor e grandes desigualdades na distribuição de renda, ativos e choques antropogênicos, que parecem ser o mais novo motor.

FIGURA 4. A fome está crescendo



Fonte: Adaptação FAO e outros (2020), com dados de 1991-2001 da FAO (2020b) e UNDESA (2015). Human Development Report 2020.

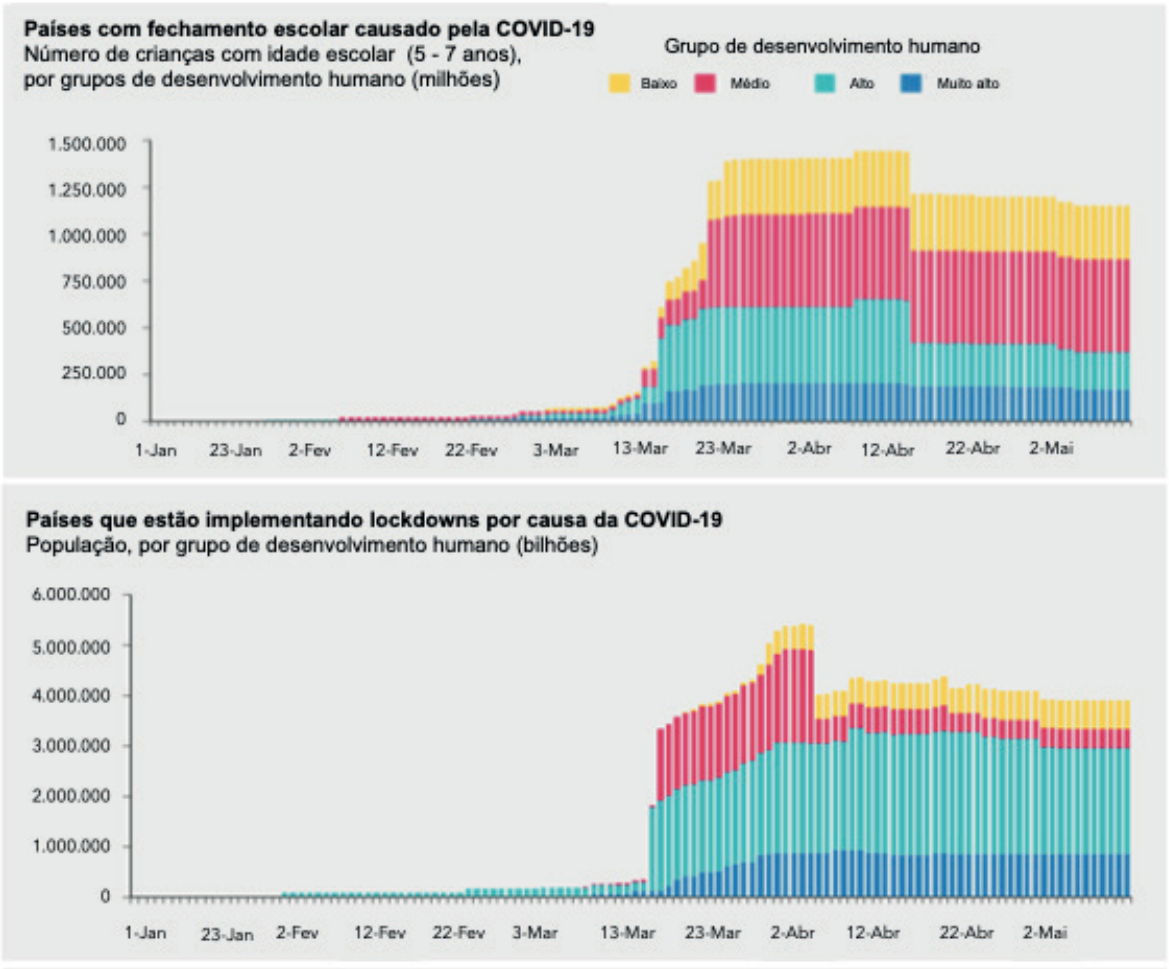
A difusão da ação para enfrentar a COVID-19

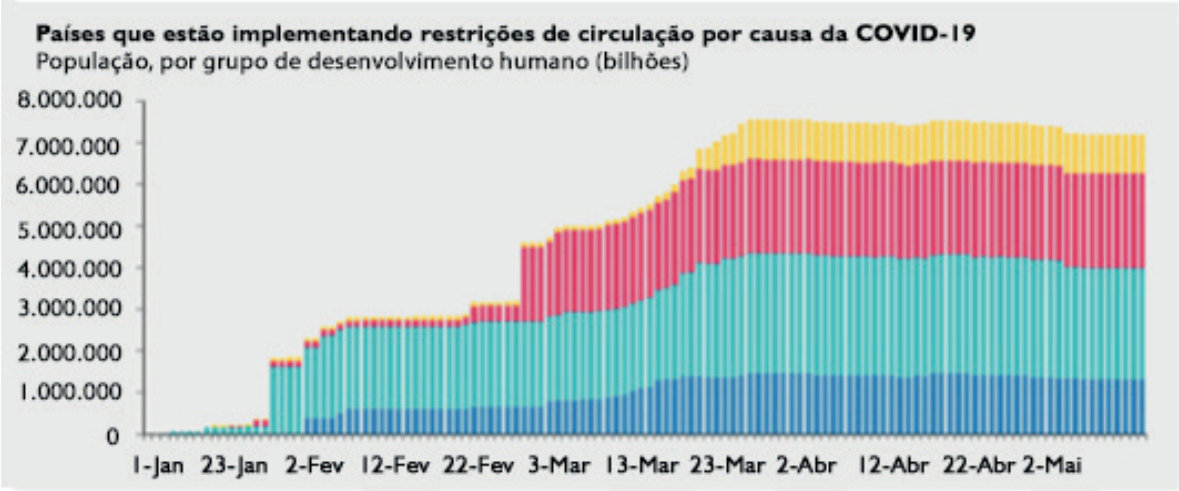
Intervenções não farmacêuticas

Na ausência de vacina ou tratamento medicamentoso ao longo de 2020, a maioria das medidas para retardar a propagação da COVID-19 foi de intervenções não farmacêuticas. A estratégia de redução do contágio não visa apenas a proteger ao máximo as populações vulneráveis, mas também a evitar uma pressão excessiva sobre os sistemas de saúde. Mesmo países com número elevado de leitos hospitalares por 1.000 indivíduos podem sobrecarregar seus serviços de saúde durante o pico de uma pandemia. Então, a redução na transmissão do vírus diminui a pressão sobre o sistema de saúde e sobre os profissionais de saúde e proporciona um tempo maior para que eles aumentem suas capacidades.

Medidas que incluem tanto restrições internas (viagens domésticas, postos de controle, toques de recolher e monitoramento) quanto externas (fechamento de fronteiras, suspensões de voos internacionais e restrições de vistos ou requisitos adicionais na chegada) têm sido as mais difundidas e afetaram mais de 7 bilhões de pessoas em 183 países até meados de abril de 2020 **(Figura 5)**. Tais medidas têm afetado o turismo e outros serviços, bem como as cadeias globais de abastecimento.

FIGURA 5. Restrições internas e externas relacionadas à COVID-19 afetaram mais de 7 bilhões de pessoas em 183 países até meados de abril de 2020

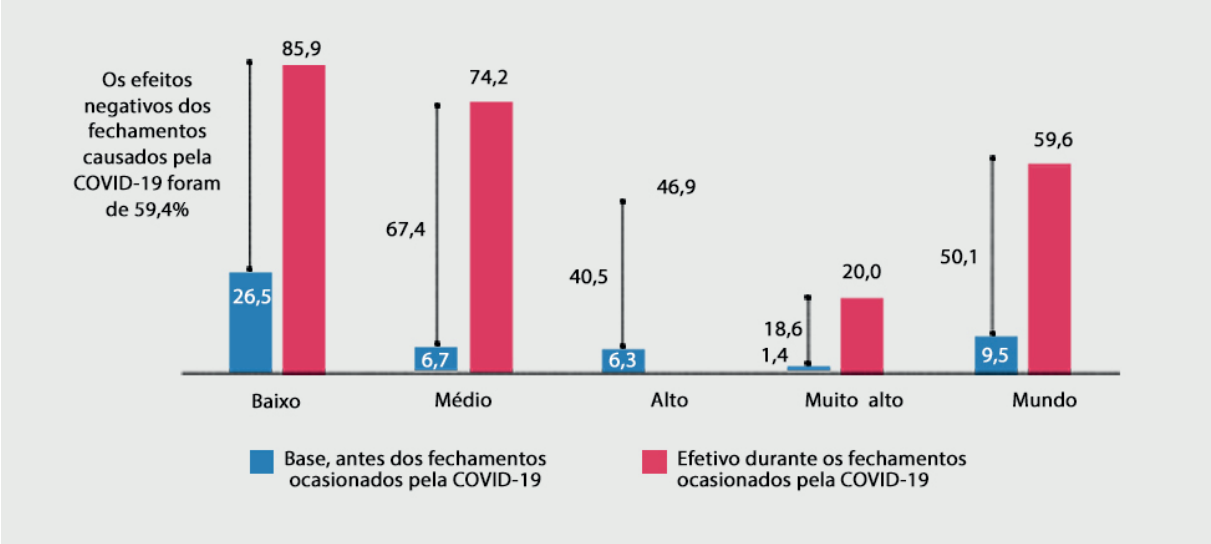




Nota: Os dados são de 17 de abril de 2020.
Fonte: ACAPS e OMS, 2020

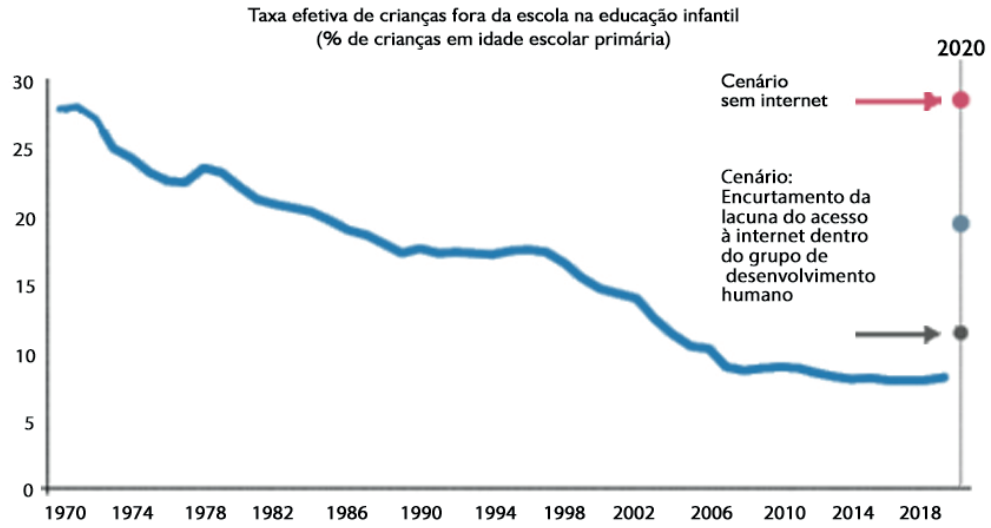
Já o fechamento das escolas afetou mais de 1,4 bilhão de crianças de 5 a 7 anos (86% das crianças de todo o mundo), segundo dados de abril de 2020 (**Figuras 6 e** 7):

FIGURA 6. Taxa efetiva de crianças fora da escola na educação primária cresce substancialmente para todos os grupos de desenvolvimento humano (curto prazo)



Nota: Os dados consideram 86% dos estudantes em idade escolar primária ao redor do mundo.
Fonte: Baseado em dados da União Internacional de Telecomunicações, da UNESCO e da OMS.

FIGURA 7. A desigualdade no acesso à internet terá um grande efeito na taxa de crianças fora da escola na educação primária (longo prazo)



Nota: Os cenários assumem que o fechamento escolar nos países que já implementaram esta medida perderão apenas um quarto do ano letivo.

Fonte: Cálculos do Gabinete de Relatório de Desenvolvimento Humano baseados em dados da União Internacional de Telecomunicações, do Instituto de Estatísticas das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e da Organização Mundial da Saúde.

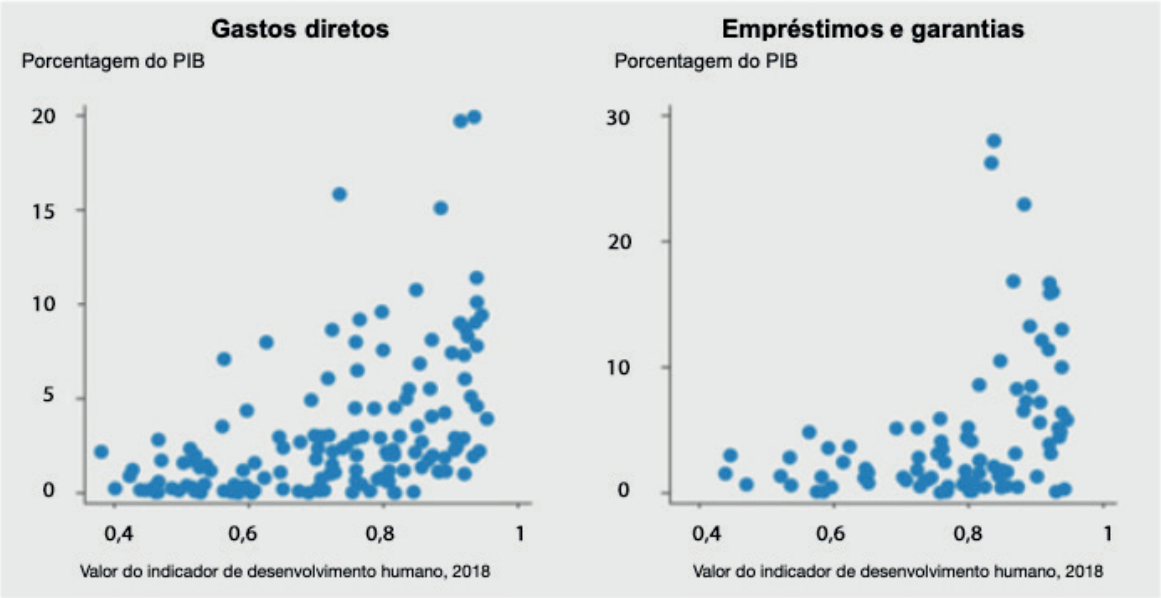
Medidas econômicas

Em resposta aos impactos econômicos motivados pela pandemia, desde o início de maio de 2020 a maioria dos países vinha implementando medidas monetárias e fiscais de emergência e muitos também haviam implementado medidas de regulamentação do comércio e de seus balanços de pagamento. Na frente fiscal, mais de US$ 8 trilhões foram destinados ao combate à crise em todo o mundo. Além de novos recursos destinados a impulsionar as respostas do sistema de saúde, as políticas econômicas têm sido adaptadas para apoiar as famílias, as empresas e o setor financeiro.

Em meados de abril de 2020, 96% dos países com níveis de desenvolvimento humano muito alto haviam anunciado um pacote de políticas, em comparação com 85% dos países de desenvolvimento humano alto; 78% dos países de desenvolvimento humano médio; e 73% dos países de desenvolvimento humano baixo.

As medidas fiscais que estão sendo adotadas diferem de um país para outro e dependem do seu nível de desenvolvimento humano (**Figura 8**). O pacote fiscal médio, baseado em programas diretos, representa 4,9% do PIB em países de desenvolvimento humano muito alto, mas 1% do PIB em países de desenvolvimento humano baixo e médio. O padrão é semelhante para empréstimos e garantias. O imenso custo financeiro dessas medidas durante um período de recessão e depressão das receitas fiscais resultará em déficits fiscais e dívidas públicas maiores.

FIGURA 8. Correlação das medidas fiscais relacionadas à COVID-19 por países e grupo de desenvolvimento humano



Fonte: Baseado nos dados do sistema de acompanhamento do Fundo Monetário Internacional (até abril de 2020) e nos cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano para contabilizar valores do IDH.

2.1.2. Resposta à COVID-19 na perspectiva do desenvolvimento humano

A resposta política à COVID-19 deve equilibrar as prioridades de saúde pública e as atividades econômicas e sociais, além de acomodar medidas de curto prazo para mitigar a propagação do vírus e seus efeitos. Uma abordagem de desenvolvimento humano coloca a proteção e o aprimoramento das capacidades humanas como âncora central, numa perspectiva sistêmica e de longo prazo. As respostas econômica e de saúde, portanto, devem ser moldadas para proteger e expandir capacidades durante e após a crise.

Nessa perspectiva, não há um *tradeoff* específico entre as dimensões de saúde e econômica. Países e comunidades capazes de enfrentar a crise sanitária com intervenções não farmacêuticas devem sair-se melhor no longo prazo; mas, a curto prazo, intervenções não farmacêuticas reduzem o nível das atividades econômicas e restringem o funcionamento dos setores da sociedade, como no caso da educação. Se mecanismos sistêmicos estiverem em vigor e uma lente de equidade for aplicada, as perdas no desenvolvimento humano podem ser reduzidas e transformadas em oportunidades, no longo prazo. Se, por outro lado, intervenções não farmacêuticas não forem implementadas de maneira adequada, o bem-estar pode sofrer prejuízos duradouros.

As capacidades das pessoas

As capacidades das pessoas desempenham papel fundamental na resposta à crise da COVID-19. Para cada tipo de intervenção existem facilitadores que a tornam menos dispendiosa e mais exitosa. No campo do trabalho considerado não essencial, por exemplo, a intervenção seria por meio de reuniões virtuais, teleconferências e teletrabalho, e os facilitadores seriam o acesso à internet, o ambiente protegido e a continuidade do fluxo de renda.

Os facilitadores das estratégias de recuperação podem reduzir as perdas de desenvolvimento humano associadas à COVID-19 em múltiplas dimensões: acesso a bens e serviços, educação, atividades geradoras de renda e oportunidades de recreação.

A maioria das estratégias de recuperação deve estar relacionada às capacidades avançadas – as novas necessidades do século 21 –, que são distribuídas de maneira desigual pela população; e que, conforme o RDH 2019, apresentam lacunas que aumentam a cada ano. Ganhos nas capacidades avançadas podem reduzir o impacto causado pela COVID-19. Mas as comunidades com baixo desenvolvimento humano provavelmente terão menos acesso às intervenções não farmacêuticas.

A ênfase nas capacidades avançadas não significa que o trabalho sobre as capacidades básicas esteja terminado. Pelo contrário, milhões de pessoas ainda não têm acesso a fontes básicas de água limpa, saneamento, habitação, rede de transporte segura etc. e cerca de 3 bilhões não têm facilidade de lavar as mãos com água e sabão em suas casas.

Impacto para crianças e adolescentes

A pandemia afeta todas as pessoas, incluindo as crianças e adolescentes. A COVID-19 ampliou as lacunas de desigualdade, e seus impactos sociais, econômicos e de saúde reverberarão nos próximos anos, ameaçando os direitos das crianças e dos adolescentes.

Uma crise de sobrevivência infantil se aproxima, com as crianças em maior risco de fome e doenças com os sistemas de saúde e alimentação sob a pressão da COVID-19. Uma resposta fragmentada e injusta tanto para o tratamento quanto para a vacinação contra a COVID-19 arrisca apenas prolongar a pandemia.

Recomendações de intervenção não farmacêutica

Área	Facilitador	Intervenção
Casa	Isolar pessoas doentes Manter em quarentena membros da casa de uma pessoa doente	Acesso a computadores e à internet, particularmente banda larga Serviços digitais acessíveis (*delivery* de bens, alimentos e entretenimento) Espaço seguro (sem violência) Trabalho com cuidados equilibrados Fluxo contínuo de renda, retirada de ativos existentes, transferências governamentais ou a capacidade de trabalhar remotamente para ocupações "não essenciais"
Escolas	Fechar escolas e creches Reduzir o contato social das crianças fora da escola	
Trabalho	Promover videoconferências em substituição às reuniões presenciais Modificar o horário de trabalho e manter as equipes trabalhando em casa	
Comunidade	Cancelar ou adiar eventos públicos com grandes aglomerações Aumentar a distância física entre as pessoas	

Fonte: Relatório do Gabinete de Desenvolvimento Humano baseado na OPAS (2020).

Uma questão adicional é que grande parte da violência contra crianças e adolescentes acontece dentro de casa e o isolamento pode colocá-los ainda mais em risco. Além disso, com os adultos retornando a seus postos de trabalho, em especial nas comunidades mais vulneráveis, surge o desafio de quem se responsabilizará pelos cuidados com as crianças. Sem escolas e creches, há o risco de crianças terem de ser deixadas sozinhas, ou aos cuidados de irmãos ou vizinhos, o que significa deixá-las ainda mais expostas a diferentes formas de negligência e violência, entre elas o trabalho infantil.

Outro tema preocupante é o da saúde mental. O tempo prolongado de isolamento longe da escola e dos amigos tem impactado profundamente a vida de crianças e adolescentes. Especial consideração merecem as crianças na primeira infância e crianças com deficiência, para quem o prejuízo no desenvolvimento pode ser ainda maior.

Acesso às tecnologias

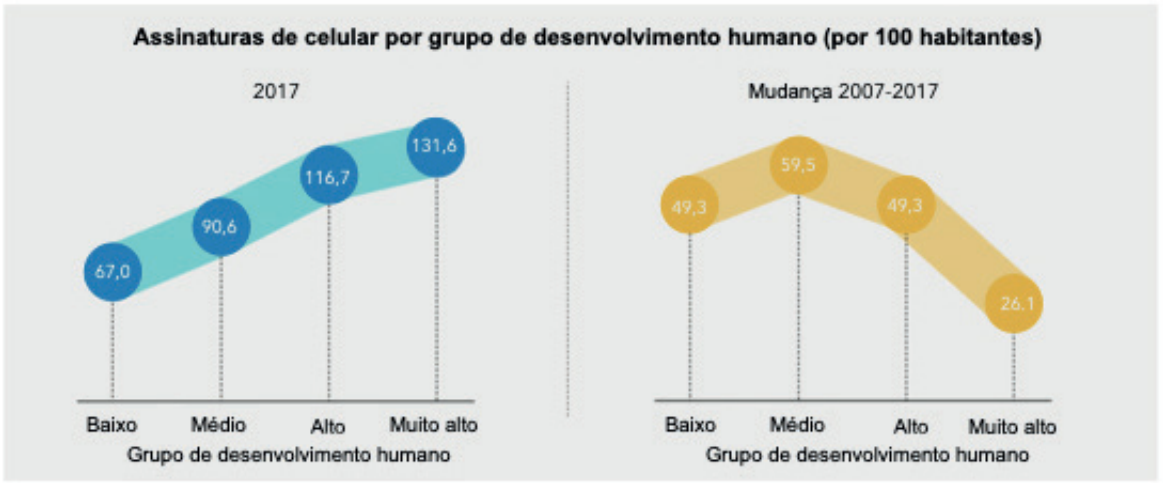
O acesso desigual às tecnologias afeta a capacidade das comunidades de enfrentar a COVID-19. A desigualdade no acesso a equipamentos e à internet nos domicílios leva a um resultado desigual quanto ao ensino remoto. Pelo menos 147 países tiveram as escolas fechadas, o que representa mais de 1,4 bilhão de crianças e jovens afetados, ou cerca de 86% da população estudantil mundial.

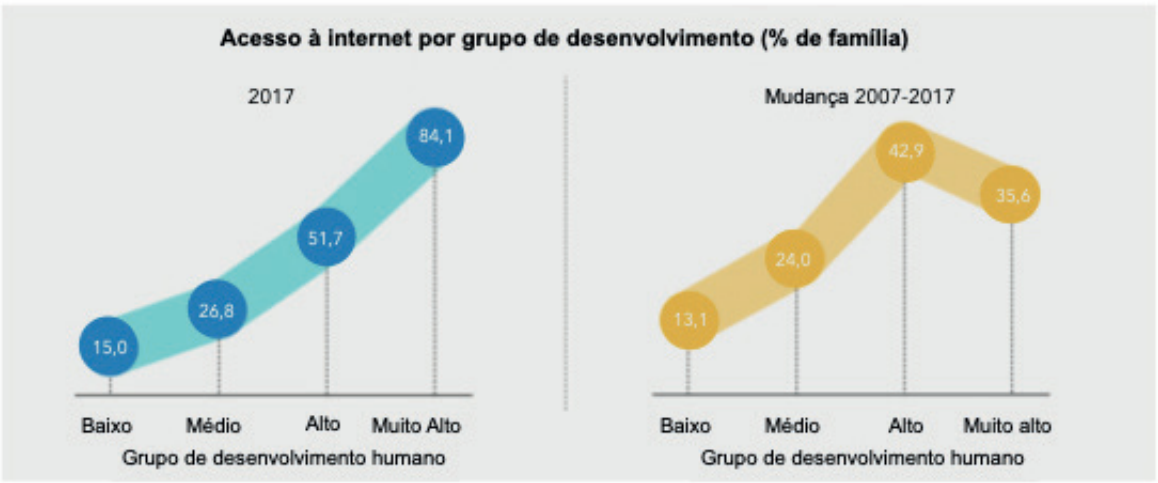
As consequências de longo prazo no potencial de aprendizado das crianças em idade escolar serão enormes. Como indicou o RDH 2019, o papel da educação pública é determinante na medida em que pode quebrar a transmissão intergeracional de desigualdades. Ao interromper a escolaridade, a pandemia está tirando essa oportunidade de centenas de milhões de crianças e tornando mais difícil a quebra das desigualdades.

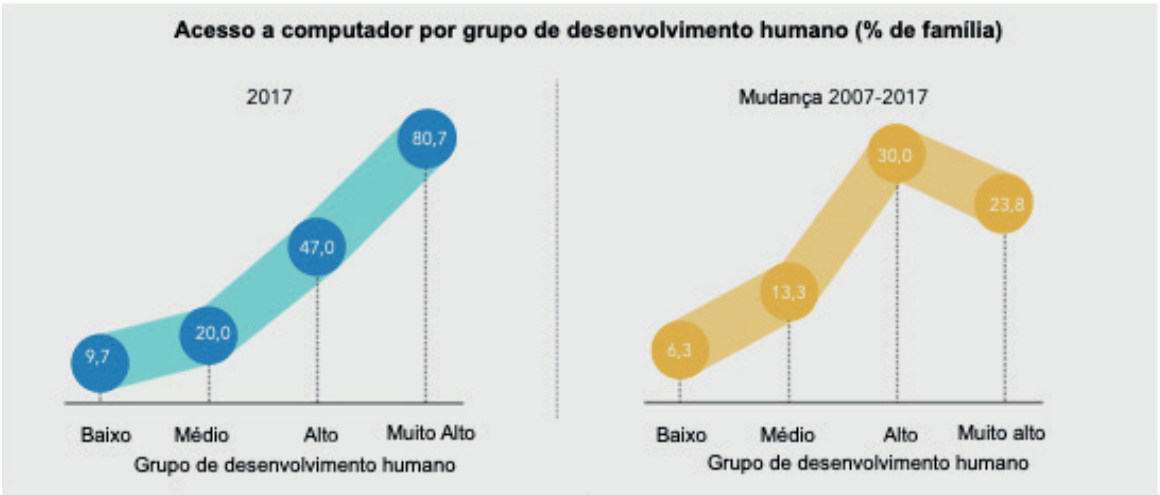
Em muitos países, os sistemas educacionais e as universidades adaptaram seus cursos para metodologias *online*. Mas o acesso à tecnologia é desigual entre os países. Enquanto há convergência em tecnologias básicas, como as assinaturas de telefones celulares, a exclusão digital entre países e dentro deles é ampliada em outras tecnologias, como no acesso a computadores, internet e banda larga – todos exemplos de capacidades avançadas (**Figura 9**).

A importância da internet durante a pandemia vai além da educação. No contexto da crise da COVID-19, diferentes aspectos críticos do desenvolvimento humano passaram a depender de recursos e aplicativos *online*: a capacidade de trabalhar, comprar, manter-se saudável, denunciar a violência doméstica, interagir socialmente e desfrutar do contato familiar e social. A geração de novas soluções para superar os efeitos da crise provavelmente intensificará a dependência de tecnologias daqui para frente.

FIGURA 9. As desigualdades no acesso à tecnologia nos grupos de desenvolvimento humano são amplas e crescentes







Fonte: PNUD (2019) e dados da União Internacional de Telecomunicações.

Crianças fora da escola durante a pandemia da COVID-19

Em todo o mundo, milhões de crianças e adolescentes estão longe das salas de aula desde março de 2020. Sem deixar de lado as medidas essenciais para conter a propagação do novo coronavírus, é preciso ter clareza sobre os impactos do fechamento de escolas por um longo período na aprendizagem, na nutrição – uma vez que muitos dependem da merenda escolar – e na segurança de crianças e adolescentes, em especial os mais vulneráveis.

Com o fechamento das escolas, estima-se que 368,5 milhões de crianças em 143 países, que normalmente dependem de refeições escolares para uma fonte confiável de nutrição diária, agora precisam procurar outros meios para garantir suas refeições[22].

Manter as escolas fechadas por muito tempo pode agravar ainda mais as desigualdades de aprendizagem, impactando em especial crianças em situação de vulnerabilidade – entre elas as moradoras de comunidades e periferias, as indígenas e quilombolas e aquelas com deficiência. Crianças e adolescentes que já estavam em atraso escolar correm ainda mais risco de desistir da escola e não retornar quando as aulas presenciais voltarem.

Com escolas fechadas afetando mais de 1,4 bilhão de estudantes[23], as metodologias baseadas em tecnologia estão sendo usadas para continuar o processo de ensino/aprendizagem. Esse desenvolvimento positivo da recente revolução tecnológica apoia a resiliência aos impactos na educação, uma dimensão fundamental do desenvolvimento humano.

O fechamento das escolas também implica a interrupção do acesso a outros serviços básicos importantes, como merenda escolar, programas recreativos, atividades extracurriculares e apoio pedagógico, além da infraestrutura de saúde, água, saneamento e higiene que as escolas proporcionam.

A taxa de estudantes fora da escola na educação primária[24] devido à pandemia da COVID-19 é maior nos países de baixo desenvolvimento humano (86%, um aumento de 59 pontos percentuais), seguido pelos países de desenvolvimento humano médio (74%, um aumento de 67 pontos percentuais, que é a maior reversão) e países de alto desenvolvimento humano (47%, um aumento de 41 pontos percentuais). Apenas nos países de desenvolvimento humano muito alto a maioria das crianças e dos adolescentes da educação primária e secundária tem potencial para continuar uma aprendizagem estruturada. Além do risco de crianças e adolescentes permanecerem temporariamente fora do ensino, ou receberem um ensino não qualificado, a situação também pode provocar um aumento nas taxas de abandono escolar, o que, por sua vez, pode gerar aumento de trabalho infantil e gravidez na adolescência.

De maneira geral, esta é a maior reversão do indicador na história, o que abre novas lacu-

[22] Secretary General Policy Brief: the impact of COVID-19 on children.

[23] United Nations Children's Fund, "Covid-19: Are children able to continue learning during school closures? A global analysis of the potential reach of remote learning policies using data from 100 countries." UNICEF, New York, 2020.

[24] NT: Para verificar a equivalência dos níveis educacionais no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS), consultar o "Glossário de terminologia curricular" do UNESCO-IBE, que apresenta a Classificação Internacional Normalizada da Educação (International Standard Classification of Education – ISCED), disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223059_por>.

nas no desenvolvimento humano. Estar fora da escola – mesmo que por um período limitado – deve gerar impactos de longo prazo na aprendizagem, no potencial de ganho e no bem-estar. No início da pandemia, ao presumir-se que o fechamento das escolas fosse durar apenas um quarto do ano letivo (uma suposição conservadora, baseada na experiência de vários países da Europa e da América do Norte), a previsão era de que a taxa anual efetiva de estudantes da educação primária e secundária fora da escola em 2020 chegasse a 20%.

Este enorme revés levaria a taxa de estudantes fora da escola ao nível de 1985. Estimativas do Malala Fund[25] projetaram, em 2020, que o fechamento das escolas e o *lockdown* deixariam 20 milhões de meninas do ensino médio fora da escola. O papel da tecnologia neste contexto passou a ser fundamental. Ainda com dados do princípio da pandemia, cenários apontaram que, sem acesso à internet, a taxa efetiva chegaria a 29%, uma reversão de cinco décadas. Em um segundo cenário, avaliou-se também o papel da desigualdade em novos aspectos do desenvolvimento humano. Se os países tivessem a taxa de acesso à internet com os melhores desempenhos em seus grupos de desenvolvimento humano, a taxa de estudantes fora da escola seria de 12%.

Mas, já no segundo semestre de 2020, os cenários foram substituídos pelas informações reais dos primeiros seis meses, com a pandemia fechando escolas por todo o mundo e deixando bilhões de crianças afastadas das salas de aula. Na América Latina e no Caribe, mais de 154 milhões de crianças, cerca de 95% das matriculadas, estavam temporariamente fora da escola devido à COVID-19, segundo informações do UNICEF a partir de dados da UNESCO de abril de 2020[26]. No Brasil, não foi diferente. Dados do mês de junho, divulgados pelo Banco Mundial, mostram que mais de 47,9 milhões de crianças e adolescentes brasileiros estavam sem aulas presenciais em abril de 2020.

Ao mesmo tempo, não se pode colocar crianças, famílias e profissionais em risco. Por isso, é urgente preparar as escolas para a reabertura segura. É importante priorizar investimentos e esforços nessa área, além de ser fundamental garantir condições seguras de funcionamento das escolas e analisar a situação da pandemia para definir o momento seguro de reabrir.

Impacto sobre as questões de gênero[27]

Outro efeito da pandemia da COVID-19 é o agravamento das dificuldades em relação à igualdade de gênero. O impacto sobre mulheres e meninas abrange a insegurança econômica (elas ganham menos, economizam menos e têm maior insegurança no trabalho), saúde reprodutiva, trabalho doméstico não remunerado, poder de barganha nos domicílios e violência baseada em gênero.

Em todo o mundo, as mulheres têm, em média, 3,2 vezes mais trabalho como cuidadoras e trabalho doméstico não remune-

[25] Malala Fund. 2020. "Girls education and COVID-19". April 6, 2020. https://malala.org/newsroom/archive/malala-fundreleases-report-girls-education-covid-19.

[26] In: https://uncme.org.br/novo/wp-content/uploads/2020/08/Educacao-em-tempos-de-pandemia.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

[27] UNDP (United Nations Development Programme) 2020a. Gender Inequality and the Covid-19 Crisis: A Human Development Perspective. UNDP Human Development Working Paper.

rado do que os homens[28]. O fechamento de creches e escolas teve um efeito potencial sobre elas, uma vez que são elas que fornecem a maior parte do cuidado em casa para filhos e idosos. As desigualdades de gênero podem ser exacerbadas, em termos de capacidades avançadas, por medidas tomadas durante a pandemia nas famílias que não possuem os equipamentos facilitadores das estratégias de recuperação. Sob tais condições, as mulheres desenvolvem produtividade no trabalho mais baixa e têm ainda mais limitada sua participação no mercado de trabalho. Como já mencionado, o risco de abandono escolar entre as meninas provoca um risco ainda maior de aumento na taxa de gravidez na adolescência.

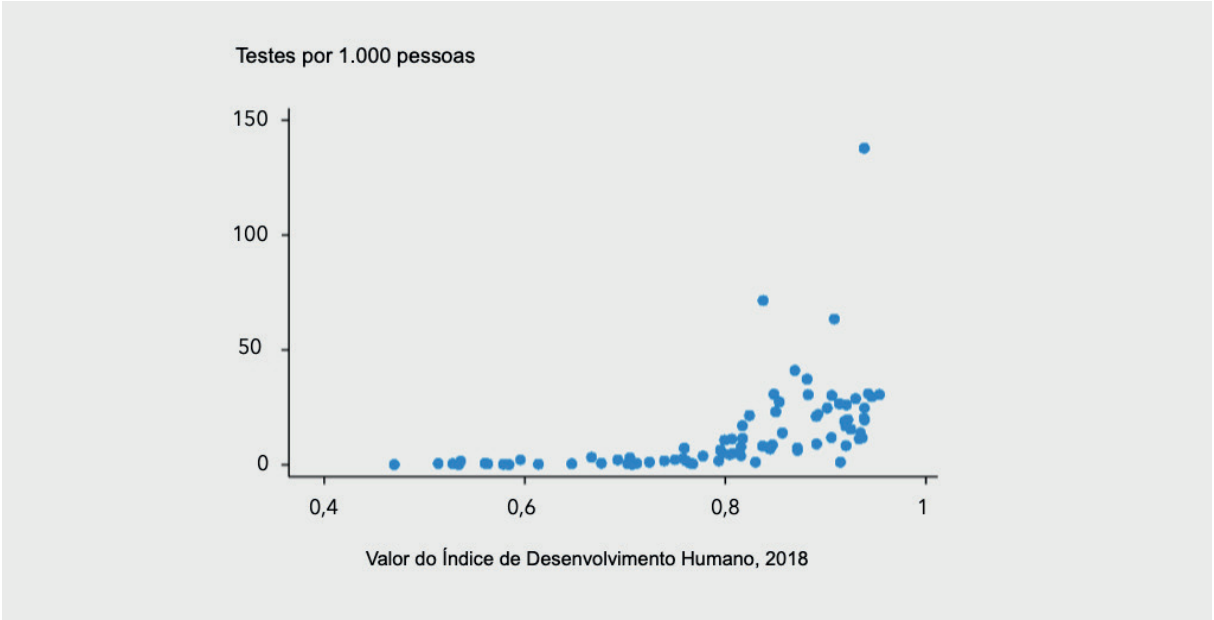
Desigualdade nos sistemas públicos de saúde e inovação

A desigualdade no desenvolvimento humano afeta a capacidade dos países de, por um lado, responder à COVID-19 e aos seus impactos diretos na saúde, e por outro, garantir a continuidade de serviços essenciais de saúde, como a vacinação de crianças, o acompanhamento pré-natal e o atendimento pós-parto. Países com baixo desenvolvimento humano dispõem de menos recursos para apoiar seus sistemas de saúde se comparados aos países desenvolvidos. Neles, os gastos com saúde são de 4,5% do PIB, em comparação com 12,1% nos países com desenvolvimento humano muito alto (com PIB *per capita* 15 vezes maior).

A disponibilidade de recursos determina, em vários níveis, a capacidade de reagir a uma crise. Primeiro, pela capacidade de monitorá-la. Poucos países têm realizado a testagem ampla da COVID-19, o que é essencial para a tomada de decisões nos níveis individuais, comunitários e nacionais. A logística tem se mostrado difícil mesmo nos países desenvolvidos.

Embora não estejam disponíveis em um grande número de países, os dados sugerem uma capacidade muito limitada de testagem e implementação de medidas de contenção e rastreamento da COVID-19 (**Figura 10**).

FIGURA 10. Poucos países – mesmo aqueles com maior desenvolvimento humano – estão usando testes generalizados



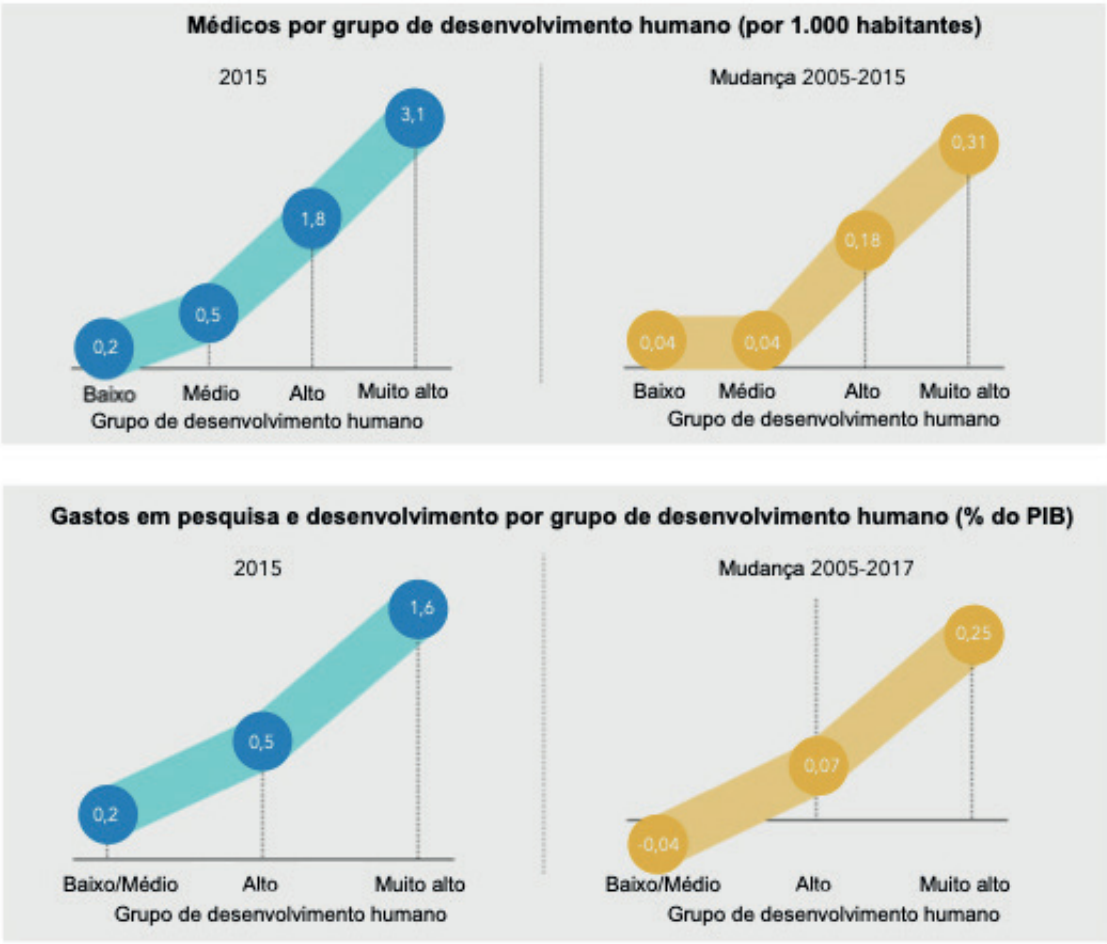
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseados nas informações do ourworldindata.org (acessado em 28 de abril de 2020).

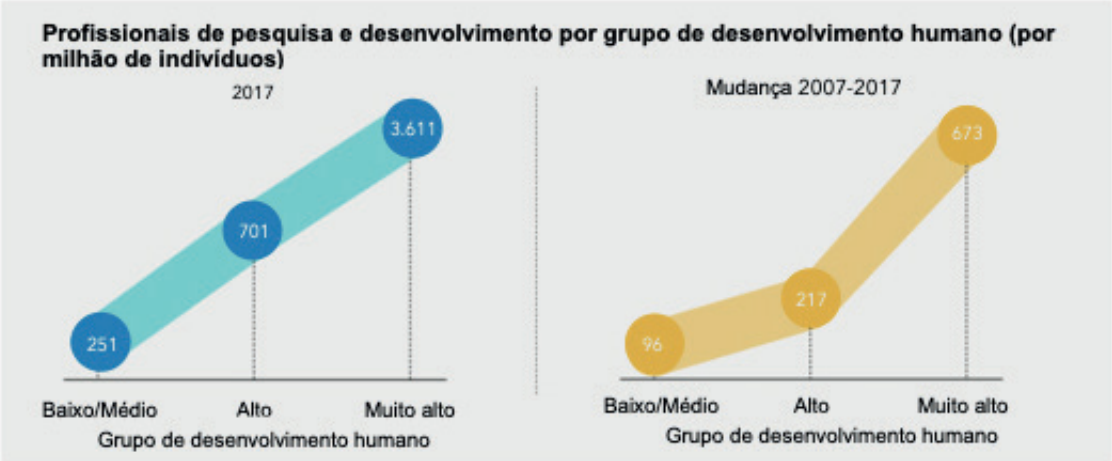
[28] ILO. 2018. "Care work and care jobs for the future of decent work". Geneva: ILO. https://www.voced.edu.au/content/ngv:80132.

Em segundo lugar está a capacidade de tratar aqueles que precisam de atenção médica. Países com baixo desenvolvimento humano contam com apenas 0,2 médico por 1 mil habitantes, em comparação com 3,1 médicos em países de desenvolvimento humano muito elevado. Esta lacuna tem crescido ao longo da última década e reflete a ampliação das desigualdades em capacidades avançadas. Da mesma forma, a disponibilidade de leitos hospitalares tornou-se uma das maiores restrições para os sistemas sanitários. Isso está relacionado não só às lacunas de desenvolvimento entre os países, mas também às desigualdades dentro dos países, particularmente no contexto de precários serviços universais de saúde, tanto básicos como de alta complexidade.

E, em terceiro lugar, a capacidade dos países de desenvolver novos produtos e serviços para que possam se adaptar às novas circunstâncias no sistema de saúde. O investimento em pesquisa e desenvolvimento (em termos de recursos financeiros e humanos), assim como a capacidade de inovar, está altamente correlacionado com o nível de desenvolvimento humano **(Figura 11)**. As lacunas, que já eram grandes, se ampliaram na última década e, sobretudo, as relacionadas aos serviços de alta complexidade.

FIGURA 11. Desigualdades em conhecimento e inovação são intensas e crescentes em todos os grupos de desenvolvimento humano





Nota: Os dados são médias ponderadas entre quintis em cada grupo de desenvolvimento humano. No banco de dados, as fontes dos fundos de contingência são poupança, família e amigos, dinheiro do trabalho, empréstimos bancários, venda de ativos e outros.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados da base de dados Global Findex do Banco Mundial.

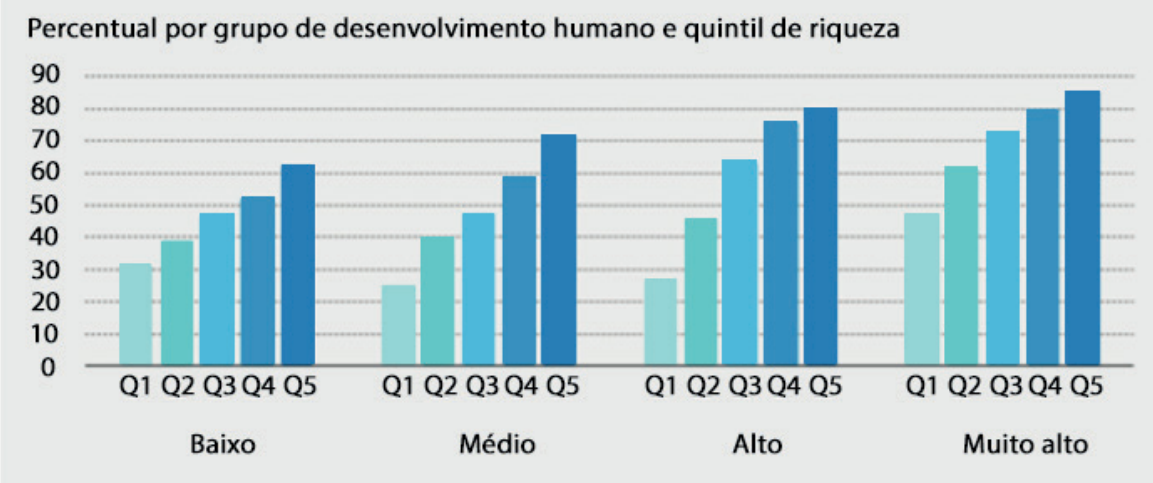
Capacidades das pessoas e resposta econômica

O choque econômico causado pela pandemia já atinge países, comunidades e pessoas. Tanto o custo das medidas relacionadas à saúde quanto a propagação da crise pelos canais econômicos normais afetam o consumo, o investimento e as decisões de produção.

A crise da COVID-19 apresenta vários desafios especiais para os formuladores de políticas, tanto devido às fragilidades preexistentes da economia mundial quanto em decorrência de suas características especiais. Disponibilizar recursos para a economia pode não ser suficiente. Durante um *lockdown*, a prioridade não é estimular a demanda, como em uma recessão padrão com um déficit de demanda agregada. O objetivo principal é projetar políticas que lidem de forma articulada com a atual crise, promovendo o desenvolvimento humano inclusivo nos próximos anos e para as gerações futuras. Neste sentido, é importante lembrar os múltiplos impactos que o contexto atual traz para a vida de crianças e adolescentes, no curto e no longo prazos, para evitar que se tornem vítimas invisíveis da crise.

A perda de renda dos que estavam em empregos precários aumentará a pobreza e a privação como um todo, trazendo também impactos sobre o desenvolvimento humano. Em todos os níveis de desenvolvimento humano, os grupos de baixa renda são muito mais vulneráveis, especialmente famílias com crianças, em parte porque não têm capacidade de levantar fundos de emergência **(Figura 12)**. É necessário que a resposta econômica alcance esses elos fracos do tecido social e econômico, bem como aqueles que já foram deixados para trás, apoiando suas capacidades básicas e garantindo sua subsistência.

FIGURA 12. Pessoas em grupos de baixa renda são mais vulneráveis durante a crise da COVID-19 por estarem à margem do sistema de proteção social, sem acesso a fundos de contingência



Nota: Os dados estão em média ponderada sobre os quintis de cada grupo de desenvolvimento humano. Nessa base de dados, as fontes dos fundos de economias pessoais, família e amigos, dinheiro proveniente de trabalhos, empréstimos bancários, vendas de ativos e outros.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseados em informações da base de dados do Findex do Banco Mundial.

As capacidades avançadas são determinantes para o desempenho dos setores econômicos, sendo cruciais para as cadeias que agregam valor. Mas seus efeitos e externalidades não se limitam aos setores econômicos. Famílias com acesso a tecnologias modernas estão mais bem preparadas para manter as interações econômicas, incluindo a educação, a continuidade das atividades de trabalho (teletrabalho) e o acesso à telemedicina e aos bens de consumo encomendados *online*.

Por outro lado, as famílias sem acesso às tecnologias e à internet têm menos opções, inclusive de solicitar e acessar apoio governamental. Assim, melhorar o acesso aos dispositivos e à internet é outra política a ser adotada para abordar as desigualdades, desenvolvendo as capacidades das pessoas no enfrentamento às restrições da COVID-19 sem perder os principais aspectos sociais e as interações, incluindo aquelas que podem gerar renda. No lado da oferta da economia, a sobrevivência de muitas empresas depende de sua capacidade de adotar diferentes formas de comércio eletrônico (*e-commerce*).

Como documentado no RDH 2019, políticas de apoio à igualdade podem promover a equidade, tanto nas capacidades básicas quanto nas avançadas, ao mesmo tempo em que promovem o crescimento inclusivo. O portfólio inclui políticas de pré-mercado, que ajudam a reduzir as disparidades entre as famílias antes de sua entrada no mercado; políticas no mercado, que moldam salários, taxas de participação trabalhista e lucros; bem como as políticas de pós-mercado, relacionadas aos impostos sobre o rendimento e a riqueza, às transferências públicas e à proteção social.

As políticas de pré-mercado devem apoiar as capacidades individuais, como acesso à internet, aprimoramento do conhecimento e proteção da saúde, assim como políticas públicas voltadas às crianças, com especial foco na primeira infância, durante a qual as intervenções que visam à redução das desi-

gualdades podem apoiar o desenvolvimento nos níveis da saúde, da nutrição e do aspecto cognitivo. No mercado, as políticas devem dar apoio à capacidade dos trabalhadores e das empresas de paralisar as atividades temporariamente, sem destruir sua capacidade produtiva ou operar com segurança. Já as políticas de pós-mercado apoiam a proteção social mediante mecanismos apropriados.

Atualmente, as sociedades estão se unindo para encontrar os recursos e a criatividade para aprovar políticas para o desenvolvimento econômico que reflitam os seus próprios valores. Algumas encontrarão espaço para expandir suas economias, pressionando a formação de capacidades tecnológicas, capacidades de saúde e conhecimento para responder à crise atual. Uma onda de inovação já está sendo dimensionada para apoiar a resposta em várias frentes. Este também é um momento para refletir de forma coletiva sobre as escolhas que podem e precisam ser feitas, sobre onde um país quer estar nas próximas décadas e como incluir as gerações futuras.

2.2. Preparo e vulnerabilidades no enfrentamento à COVID-19

Sendo a crise da COVID-19 uma crise sistêmica do desenvolvimento humano, que reflete a forma como interagimos com o ecossistema do qual fazemos parte e que já tem afetado de maneira sem precedentes as dimensões sociais e econômicas das nossas vidas, toda a sociedade e diferentes grupos e indivíduos são vulneráveis aos eventos adversos. Quando esses eventos acontecem de maneira traumática, como a atual pandemia da COVID-19, a capacidade de resposta torna-se significativamente mais baixa e distribuída de forma desigual. Políticas para reduzir vulnerabilidades, construir capacidades para enfrentar a crise e, ao mesmo tempo, garantir continuidade de serviços essenciais, tanto no curto quanto no longo prazo, são fundamentais neste momento.

Apesar de todos serem potencialmente afetados de uma maneira ou de outra pela pandemia, alguns indivíduos e grupos são mais vulneráveis, sofrem mais e, certamente, terão um caminho mais longo em direção à recuperação. Entre as populações mais vulneráveis estão trabalhadores informais, mulheres, crianças, jovens, idosos, afrodescendentes, povos indígenas, pessoas com deficiência, populações LGBTI+, migrantes, refugiados e minorias, bem como a população de rua e as pessoas que vivem em instituições de assistência social, inclusive adolescentes que cumprem penas socioeducativas.

No relatório *COVID-19 e o Desenvolvimento Humano: explorando a preparação global e suas vulnerabilidades (HDRO)*, elaborado em abril de 2020, foram investigados os diferentes níveis de preparação dos países para responder à pandemia à luz de indicadores de desenvolvimento humano, sistemas de saúde e acesso à internet; e o nível de vulnerabilidade humana à pandemia nos países a partir de indicadores de população abaixo da linha de pobreza e de fragilidade econômica.

O nível de desenvolvimento humano e suas desigualdades, junto com a capacidade dos sistemas de saúde, podem retratar quão preparados – ou não – estão os países para responder de maneira efetiva e eficiente à crise sanitária. Um país com alto índice de desenvolvimento humano tem, em média, 55 leitos, mais de 30 médicos e 81 enfermeiros por 10 mil habitantes. Nos países menos desenvolvidos, essas médias são de apenas 7 leitos, 2,5 médicos e seis enfermeiros por 10 mil habitantes.

O isolamento social e o fechamento dos negócios e das escolas impostos pela pandemia acentuaram uma outra face das desigualdades: a exclusão digital. O *lockdown* obrigou

muitas pessoas a depender do acesso à internet para trabalhar, estudar e interagir com as outras. O fato é que centenas de milhões de indivíduos no mundo não têm acesso à internet. Além disso, é importante lembrar que, mesmo onde há acesso à internet e equipamento necessário para dar continuidade ao ensino remoto, pode-se esperar que a qualidade e a acessibilidade (principalmente na educação básica) variem bastante entre um país e outro e dentro de um mesmo país, assim como entre o ensino particular e o público.

Entre outras conclusões, o relatório indica que, apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, cerca de uma em cada quatro pessoas ainda vive na pobreza multidimensional ou é vulnerável a ela, e mais de 40% da população mundial não possui proteção social.

Se, por um lado, a globalização trouxe novas oportunidades e ganhos de eficiência, como a cooperação das forças internacionais no combate ao coronavírus, por outro viu-se que a interrupção em um único ponto da cadeia produtiva pode desencadear sérios problemas em outros lugares. Os efeitos de eventos como esses podem ser prejudiciais para países e pessoas que, por exemplo, dependam fortemente do turismo, como os países insulares, e também aqueles países que dependem de entradas e remessas econômicas, ou ainda nações que estejam recebendo oficialmente assistência para o desenvolvimento.

Os painéis 1 e 2, a seguir, estruturam dados escolhidos pelo HDRO que dialogam, em diferentes dimensões, com a capacidade dos países para enfrentar a pandemia, segundo o grau de preparo e de vulnerabilidade de cada um.

Nesses painéis, observam-se agregações que correspondem a perfis de países por grau de desenvolvimento humano e por recortes regionais. De forma marcante, os diferentes perfis de desigualdade se destacam e sinalizam para as condições desproporcionais para o enfrentamento dos impactos sanitários, econômicos e sociais da COVID-19 no planeta.

PAINEL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO I - Preparo para enfrentar a COVID-19

Nível de preparo: Alto Médio Baixo	Desenvolvimento Humano			Sistema de Saúde				Conectividade	
Grupos de Desenvolvimento Humano	**Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (valor), 2018**	**IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD) (valor), 2018**	**Desigualdade no IDH (porcentagem), 2018**	**Médicos (por 10.000 pessoas), 2010-17**	**Enfermeiras e parteiras por 10.000 pessoas), 2010-18**	**Leitos de hospital (por 10.000 pessoas), 2010-18**	**Despesas atuais com saúde (% do PIB), 2016**	**Assinaturas de celular (por 100 pessoas), 2017-18**	**Assinaturas de banda larga fixa (p/ 100 pessoas), 2017-18**
Desenvolvimento Humano muito elevado	0,892	0,796	10,8	30,4	81	55	12,0	127,8	30,5
Desenvolvimento Humano elevado	0,750	0,615	17,9	16,5	30	32	5,7	113,6	18,8
Desenvolvimento Humano médio	0,634	0,507	20,0	7,3	17	9	3,9	91,9	2,4
Desenvolvimento Humano baixo	0,507	0,349	31,1	2,1	8	6	4,5	67,5	0,4
Regiões	**Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (valor), 2018**	**IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD) (valor), 2018**	**Desigualdade no IDH (porcentagem), 2018**	**Médicos (por 10.000 pessoas), 2010-17**	**Enfermeiras e parteiras (por 10.000 pessoas), 2010-18**	**Leitos de hospital (por 10.000 pessoas), 2010-18**	**Despesas atuais com saúde (% do PIB), 2016**	**Assinaturas de celular (por 100 pessoas), 2017-18**	**Assinaturas de banda larga fixa (por 100 pessoas), 2017-18**
Países em desenvolvimento	0,686	0,547	20,3	11,5	23	21	5,3	99,2	10,2
Estados Árabes	0,703	0,531	24,5	11.1	21	15	4,9	100,3	7,4
Leste Asiático e Pacífico	0,741	0,618	16,6	14,8	22	35	4,8	117,6	21,3
Europa e Ásia Central	0,779	0,689	11,5	24,9	61	51	5,2	107,3	14,6
América Latina e Caribe	0,759	0,589	22,4	21,6	47	20	8,0	103,6	12,8
Sul Asiático	0,642	0,520	19,0	7,8	17	8	4,1	87,7	2,2
África Subsaariana	0,541	0,376	30,5	2,1	10	8	5,3	76,9	0,4
Países menos desenvolvidos	0,528	0,377	28,6	2,5	6	7	4,2	70,9	1,4
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	0,723	0,549	24,0	22,2	28	25	5,9	80,5	6,4
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	0,895	0,790	11,7	28,9	80	50	12,6	119,3	31,6
Mundo	0,731	0,596	18,6	14,9	34	28	9,8	104	14

PAINEL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2 - Vulnerabilidade à pandemia

Nível de vulnerabilidade: Alto Médio Baixo	População vivendo abaixo da linha de pobreza de renda				Vulnerabilidades econômicas imediatas				
Grupos de Desenvolvimento Humano	**População em pobreza multidimensional (%), 2009-18**	**População vulnerável à pobreza multidimensional (%), 2009-18**	**PPC de US$ 1,90 por dia (%), 2010-18**	**Linha de pobreza nacional (%), 2010-18**	**Trabalhadores pobres com PPC de US$ 3,20 por dia (% do total de empregos)**	**Proteção social e programas de trabalho (% da população sem nenhuma das medidas), 2007-2016**	**Entrada de remessas (% do PIB), 2018**	**Recebimentos oficiais da rede de ajuda ao desenvolvimento**	**Receita do turismo receptivo internacional (% do PIB), 2016-18**
Desenvolvimento Humano muito elevado	-	-	0,6	-	-	31,3	0,3	-	2,3
Desenvolvimento Humano elevado	4,5	12,5	2,1	10,4	8,5	38,8	1,0	0,1	1,5
Desenvolvimento Humano médio	29,4	18,4	17,7	23,0	40	31,9	4,1	0,8	1,4
Desenvolvimento Humano baixo	62,3	16,2	45,1	44,0	68,4	86,1	4,6	4,7	1,7
Regiões	**População em pobreza multidimensional (%), 2009-18**	**População vulnerável à pobreza multidimensional (%), 2009-18**	**PPC de US$ 1,90 por dia (%), 2010-18**	**Linha de pobreza nacional (%), 2010-18**	**Trabalhadores pobres com PPC de US$ 3,20 por dia (% do total de empregos)**	**Proteção social e programas de trabalho (% da população sem nenhuma das medidas), 2007-2016**	**Entrada de remessas (% do PIB), 2018**	**Recebimentos oficiais da rede de ajuda ao desenvolvimento**	**Receita do turismo receptivo internacional (% do PIB), 2016-18**
Países em desenvolvimento	23,1	15,3	12,6	19,3	25,9	43	1,5	0,3	1,8
Estados Árabes	15,7	9,4	4,7	23,0	14,9	52,8	2,7	1,7	3,6
Leste Asiático e Pacífico	5,6	14,9	1,5	5,1	10,1	41,7	0,6	0,0	1,4
Europa e Ásia Central	1,1	3,6	-	11,5	9,2	42,6	2,8	0,7	4,2
América Latina e Caribe	7,3	7,5	3,8	-	6,8	40,6	1,6	0,1	1,6
Sul Asiático	31,0	18,8	17,4	22,9	43	25,1	3,4	0,4	1
África Subsaariana	57,5	17,2	43,5	43,0	63,1	79,4	2,9	2,8	2
Países menos desenvolvidos	59,0	17,8	36,7	38,1	59,7	84,5	4,6	4,9	2,4
Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento	22,6	12,9	-	-	17,7	75,3	6,9	1,5	8,3
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	-	-	0,7	-	-	36	0,3	-	2,1
Mundo	-	-	10,5	19,1	25	42,3	0,7	0,3	1,9

3. Painéis COVID-19 Brasil e estados

A crise provocada pela pandemia da COVID-19 se reflete de forma sem precedentes nas dimensões econômica, ambiental e social. Políticas para reduzir vulnerabilidades e construir capacidades para enfrentar crises, tanto a curto como a longo prazo, são vitais para permitir que os indivíduos e as sociedades possam se recuperar desses choques.

Os Painéis COVID-19 Brasil e estados refletem um conjunto de dados que dialogam com múltiplos aspectos do desenvolvimento humano e são um ponto de partida – uma linha-base – que, somado às diretivas das Nações Unidas e do Sistema ONU, requer atenção. Os dois painéis retratados apresentam a moldura das 27 unidades federativas quanto ao grau de preparo e vulnerabilidade à crise que se instalou no país. Os dados organizados pelo PNUD, UNICEF e UNESCO e OPAS, refletem os aspectos multidimensionais da emergência e dão conta do diálogo amplo que envolve os desafios a serem enfrentados.

Toda a sociedade, os diferentes grupos e os indivíduos são vulneráveis a eventos adversos. No entanto, quando se trata de choques como a pandemia da COVID-19, a capacidade de resposta pode variar significativamente entre os diferentes conjuntos e ser desigualmente distribuída.

Notadamente, apesar dos ganhos substanciais em saúde, educação e no padrão de vida da população registrados nas últimas décadas, ainda há um conjunto de necessidades básicas diferentemente atendidas no Brasil e nos seus estados; e, paralelamente, uma nova geração de desigualdades se abre, alargando a lacuna entre aqueles que têm e aqueles que não têm. Essa perspectiva também pode ser facilmente observada quando analisados e comparados os indicadores nos Painéis COVID-19 Brasil e estados: Painel 1. Preparo para enfrentar a pandemia e Painel 2. Vulnerabilidade à pandemia.

Os dados organizados nos painéis apresentam um conjunto de indicadores para o Brasil, seus 26 estados e o Distrito Federal, sempre para o ano mais recente disponível antes do surto da COVID-19 no país, em 2020. Pretende-se mostrar o nível de preparação e aspectos da vulnerabilidade que são determinantes para responder e lidar com os impactos da crise atual.

O nível de desenvolvimento humano e as desigualdades, juntamente com a capacidade do sistema de saúde, podem retratar a preparação dos estados para responder de forma eficaz e eficiente à crise. Por exemplo: um estado com desenvolvimento humano alto tem, em média, mais leitos hospitalares, mais médicos e mais enfermeiros por 10.000 pessoas em comparação a estados com médio desenvolvimento humano.

Os fechamentos impostos pelos governos em todos os estados significam que muitas pessoas estão tendo que confiar no acesso à internet para trabalhar, ter acesso à educação, realizar transações e negócios e interagir com os outros. O alcance das novas tecnologias tornou-se mais significativo do que nunca.

Embora todos sejam potencialmente afetados de uma forma ou de outra por essa pandemia, alguns indivíduos e grupos são mais vulneráveis e sofrem mais danos. Neste caso, os caminhos para a recuperação são mais longos e incertos.

Assim, os painéis também apresentam indicadores para os diferentes grupos de estados e seu grau de desenvolvimento humano.

Estes refletem diversas nuances da vulnerabilidade humana, incluindo os aspectos da pobreza, da proteção social, do acesso a programas sociais e da exposição imediata à vulnerabilidade do emprego, entre outros. Ao expor os dados nos painéis COVID-19, o grupo de trabalho interagências revela as disparidades entre os estados e, portanto, a capacidade desigual de enfrentamento e recuperação.

Codificados por cor, em nuances gradativas, os painéis apresentam o nível de preparo dos estados para a resposta à crise da COVID-19 e suas vulnerabilidades e devem monitorar a recuperação nos anos vindouros.

Os painéis permitem agrupar os estados pela medida de desenvolvimento humano combinada a um rico leque de indicadores selecionados. Diferentes e valiosas combinações e análises podem ser construídas de acordo com a seleção e o agrupamento das diferentes dimensões do desenvolvimento e seus diferentes dados expostos por coluna nas tabelas.

A codificação de cinco cores gradativas, estruturada dimensão a dimensão, para todos os indicadores, permite visualizar agrupamentos de estados. Esse recurso permite distinguir sua posição imediatamente quando comparado ao dado nacional ou ao perfil dos demais estados – sempre e apenas para o conjunto particular de cada indicador.

Os dados apresentados nos painéis são de fontes oficiais comumente aceitas e usadas no país para a formulação de políticas públicas. Um aspecto importante diz respeito à possibilidade de atualização anual dos painéis. O recorte temporal dos painéis buscou trazer todas as informações para o ano de 2019, obedecendo à disponibilidade dessas e com o objetivo de traçar um cenário pré-COVID-19. Na ausência da informação para o ano de 2019, o ano de referência mais próximo foi escolhido e está assinalado nos painéis, assim como no Anexo 1. Metadados. Para o futuro, os painéis serão atualizados, permitindo compor os cenários, para Brasil e os estados, de pré-COVID-19 e pós-COVID-19.

Os painéis foram montados de acordo com as expertises singulares do grupo de trabalho interagências. Oferecem uma visão particular do entendimento de cada agência quanto à sua importância para o desenvolvimento, permitem a composição de um mosaico multidimensional apropriado à investigação e à compreensão dos diferentes aspectos do desenvolvimento no país e nos estados. Esses aspectos são de vital importância para a ação de políticas de recuperação à COVID-19 no país, assim como para o alinhamento com o plano de ação e a retomada do engajamento que salvaguarde o compromisso com a Agenda 2030 e os ODS.

Cada dado que compõe os painéis está classificado por recorte e dimensão temática específica e ordenado por quintil. A intenção não está em apontar limites superiores ou inferiores ótimos, mas permitir uma avaliação relativa do desempenho por estado.

Conjunto	Escala
Q1 - Quintil superior	20%
Q2	20%
Q3	20%
Q4	20%
Q5 - Quintil inferior	20%

O conjunto de dados explorados neste relatório corresponde às seguintes dimensões do desenvolvimento:

Painel 1. Preparo para enfrentar a pandemia

Desenvolvimento:
Desenvolvimento Humano
Desenvolvimento Infantil
Assistência Social

Saúde:
Perfil do Sistema de Saúde
Saúde Materno-Infantil

Educação:
Perfil do Sistema de Ensino
Infraestrutura das Escolas

Conectividade:
Cobertura da Rede no País
Conectividade da Rede de Ensino

https://tinyurl.com/painelcovid191

Painel 2. Vulnerabilidade à pandemia

Pobreza:
Linhas de Pobreza
Pobreza Infantil Multidimensional

Economia:
Perfil do Emprego e Vulnerabilidade Econômica

Infraestrutura:
Vulnerabilidade em Infraestrutura

Educação:
Perfil da Educação
Vulnerabilidade em Educação – Crianças e Adolescentes

Saúde:
Vulnerabilidades na Saúde Materno-Infantil

Violência:
Vulnerabilidade à Violência – Crianças e Adolescentes
Vulnerabilidade de Gênero

https://tinyurl.com/painelcovid192

3.1. Painel 1. Preparo para enfrentar a pandemia

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA				
	DESENVOLVIMENTO				
	Desenvolvimento Humano				
	IDHM (2017)	IDHM - Educação (2017)	IDHM - Renda (2017)	IDHM - Longevidade (2017)	Gini da renda (2017)
Brasil	0,778	0,740	0,750	0,850	0,550
Acre	0,719	0,680	0,660	0,820	0,570
Alagoas	0,683	0,640	0,640	0,780	0,530
Amapá	0,740	0,710	0,700	0,820	0,590
Amazonas	0,733	0,740	0,680	0,790	0,600
Bahia	0,714	0,650	0,690	0,810	0,600
Ceará	0,735	0,720	0,680	0,820	0,560
Distrito Federal	0,850	0,800	0,860	0,890	0,590
Espírito Santo	0,772	0,730	0,740	0,850	0,510
Goiás	0,769	0,740	0,750	0,820	0,490
Maranhão	0,687	0,680	0,620	0,760	0,540
Mato Grosso	0,774	0,760	0,740	0,830	0,470
Mato Grosso do Sul	0,766	0,710	0,750	0,850	0,480
Minas Gerais	0,787	0,750	0,740	0,880	0,500
Pará	0,698	0,660	0,650	0,790	0,530
Paraíba	0,722	0,670	0,690	0,810	0,560
Paraná	0,792	0,760	0,770	0,840	0,490
Pernambuco	0,727	0,690	0,680	0,820	0,560
Piauí	0,697	0,670	0,660	0,770	0,540
Rio de Janeiro	0,796	0,760	0,770	0,860	0,520
Rio Grande do Norte	0,731	0,680	0,680	0,850	0,530
Rio Grande do Sul	0,787	0,730	0,790	0,850	0,490
Rondônia	0,725	0,700	0,700	0,780	0,460
Roraima	0,752	0,770	0,710	0,780	0,550
Santa Catarina	0,808	0,780	0,780	0,870	0,420
São Paulo	0,826	0,830	0,800	0,850	0,530
Sergipe	0,702	0,640	0,680	0,800	0,560
Tocantins	0,743	0,730	0,700	0,810	0,510

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA				
	DESENVOLVIMENTO				
	Desenvolvimento Infantil				Assistência Social
	Cobertura vacinal da Tríplice Viral D1 (2018)	% de partos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal (2018)	% de crianças de 4 a 5 anos matriculadas na escola (2018)	Sífilis Congênita - Casos confirmados notificados por mil nascidos vivos (2018)	Quantidade de famílias acompanhadas pelo PAIF por total de famílias no Cadastro Único por UF (2018)
Brasil	92,6	70,8	92,4	0,12	5,0
Acre	83,1	49,4	78,6	0,12	3,1
Alagoas	107,2	65,2	91,4	0,11	1,6
Amapá	77,1	39,7	63,2	0,09	1,5
Amazonas	89,8	47,2	85,6	0,19	1,7
Bahia	82,3	63,7	96,8	0,09	4,7
Ceará	111,5	73,2	97,4	0,14	3,6
Distrito Federal	86,3	74,5	82,1	0,19	0,4
Espírito Santo	95,5	69,7	95,1	0,14	5,0
Goiás	87,8	69,6	84,7	0,05	3,2
Maranhão	84,0	48,1	97,3	0,10	4,3
Mato Grosso	89,8	71,7	90,2	0,06	4,1
Mato Grosso do Sul	104,5	69,8	88,8	0,12	3,2
Minas Gerais	97,5	77,3	94,1	0,12	8,4
Pará	77,3	48,7	88,1	0,07	4,0
Paraíba	96,7	71,1	92,1	0,10	8,2
Paraná	89,8	85,2	92,0	0,08	7,4
Pernambuco	104,7	70,1	92,2	0,19	4,0
Piauí	87,8	64,1	96,9	0,14	8,6
Rio de Janeiro	99,7	72,6	90,2	0,22	6,5
Rio Grande do Norte	88,7	67,0	96,0	0,16	6,2
Rio Grande do Sul	88,7	78,7	85,6	0,16	7,0
Rondônia	101,6	67,2	89,1	0,06	5,1
Roraima	99,3	42,6	90,6	0,09	3,3
Santa Catarina	92,1	78,1	93,6	0,10	9,5
São Paulo	91,5	79,7	94,7	0,09	3,6
Sergipe	95,5	60,0	93,9	0,12	2,1
Tocantins	91,2	66,6	93,8	0,19	2,1

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	SAÚDE					
	Perfil do Sistema de saúde					
	Percentual da população acima de 60 anos	Número de médicos (por 10.000 habitantes)	Número de enfermeiros (por 10.000 habitantes)	Número de leitos hospitalares (por 10.000 habitantes)*	Número total de leitos complementares (por 10.000 habitantes)**	
					SUS	Não SUS
Brasil	15,7	23,3	106,4	28,3	1,5	1,3
Acre	10,3	10,5	92,9	24,9	1,5	0,7
Alagoas	14,7	14,5	80,2	23,3	1,5	0,7
Amapá	8,5	9,1	156,7	19,4	1,1	0,9
Amazonas	9,2	12,0	112,7	21	1,7	0,6
Bahia	15,3	15,2	87,8	26,3	1,2	0,9
Ceará	15,3	15,6	83,5	26,7	1,4	0,8
Distrito Federal	13,2	43,9	174,3	32,2	1,3	4,0
Espírito Santo	15,6	25,1	104,4	28,4	1,6	1,9
Goiás	14,1	18,9	84,1	32,1	1,4	1,2
Maranhão	12,5	8,1	77,8	25,1	1,1	0,7
Mato Grosso	11,5	24,9	88,2	27,7	1,4	1,9
Mato Grosso do Sul	13,8	19,9	82,0	29,1	1,5	1,0
Minas Gerais	16,7	16,1	84,3	32,1	1,6	0,9
Pará	11,3	9,4	85,9	22,1	1,3	0,8
Paraíba	14,8	17,8	100,4	28,7	1,7	0,7
Paraná	15,9	14,6	112,5	28,2	2,0	1,1
Pernambuco	15,8	24,3	89,6	32,3	1,5	1,2
Piauí	15,6	18,2	111,2	29,5	1,2	0,6
Rio de Janeiro	20,4	39,4	163,7	29,2	1,5	2,9
Rio Grande do Norte	14,8	16,9	104,6	27,6	1,3	0,8
Rio Grande do Sul	19,7	13,7	139,8	26,1	1,9	0,9
Rondônia	12,0	28,4	110,8	34,1	1,6	0,8
Roraima	7,8	15,9	98,0	32,1	1,6	0,2
Santa Catarina	15,8	22,6	85,3	29	1,4	0,8
São Paulo	16,2	17,1	102,3	20,2	1,6	1,8
Sergipe	12,4	30,1	120,6	28,4	1,6	0,7
Tocantins	13,6	15,8	114,7	29,7	1,5	0,8

* Soma dos leitos ambulatoriais de repouso e observação, hospitalares de internação, hospitalares complementares e de urgência.

** Quantitativo de leitos em ambientes hospitalares, nas categorias de leitos complementares (UTI e Unidade Intermediária).

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	SAÚDE					
	Perfil do Sistema de Saúde				Saúde materno-infantil	
	Número de respiradores (a cada 10.000 habitantes)	% da população atendida exclusivamente pelo SUS*	% da população coberta por planos de saúde suplementar	População coberta – Equipes Saúde da Família**	Proporção de óbitos infantis investigados (2017)	Proporção de óbitos maternos investigados (2017)
Brasil	3,1	75,9	24,1	64,5	84,6	92,5
Acre	1,7	94,4	5,6	71,4	95,5	98,3
Alagoas	1,6	88,3	11,7	76,0	91,3	92,4
Amapá	1,1	90,3	9,7	59,0	60,5	98,1
Amazonas	2,2	85,7	14,3	61,2	84,3	86,1
Bahia	2,1	88,8	11,2	75,8	60,3	75,6
Ceará	2,3	85,3	14,7	82,9	96,9	99,8
Distrito Federal	6,7	66,5	33,5	43,1	94,1	92,9
Espírito Santo	3,8	69,3	30,7	63,2	94,2	96,7
Goiás	2,4	82,6	17,4	68,1	91,2	95,9
Maranhão	1,5	93,1	6,9	85,4	85,6	95,3
Mato Grosso	4,1	81,4	18,6	69,9	93,3	97,4
Mato Grosso do Sul	3,3	75,9	24,1	70,7	83	94,4
Minas Gerais	3,0	74,8	25,2	80,8	95,5	97,6
Pará	1,8	89,9	10,1	59,8	74,2	88,1
Paraíba	2,3	89,3	10,7	95,9	90,9	88,2
Paraná	3,3	73,1	26,9	64,6	98,4	99,8
Pernambuco	3,0	85,1	14,9	77,2	94,5	96,8
Piauí	1,4	89,8	10,2	100,0	83,7	95,5
Rio de Janeiro	4,6	67,3	32,7	50,4	79,9	92,4
Rio Grande do Norte	2,2	84,3	15,7	78,3	70,1	74,2
Rio Grande do Sul	3,0	76,6	23,4	59,0	95,2	96,4
Rondônia	2,8	90,6	9,4	70,7	92,8	93,9
Roraima	2,5	93,8	6,2	63,9	97,7	97
Santa Catarina	2,9	76,7	23,3	81,5	97,6	98,3
São Paulo	4,1	59,3	40,7	39,5	77,3	90,6
Sergipe	2,2	84,9	15,1	86,1	92,9	96,1
Tocantins	2,1	92,4	7,6	94,2	96,1	98,9

* Cálculo realizado pelo PNUD com base em fonte da ANS (vide Metadados).

**Estimativa de cobertura da população por equipes de Saúde da Família vinculadas à estratégia da Saúde da Família (ESF), ano de 2019.

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA		
	EDUCAÇÃO		
	Perfil do sistema de ensino		
	Média de alunos por turma		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	16,2	23,0	29,6
Acre	18,6	22,0	26,4
Alagoas	17,0	24,2	33,2
Amapá	17,2	21,6	28,2
Amazonas	18,7	23,2	28,8
Bahia	16,3	21,5	29,2
Ceará	17,0	22,5	35,2
Distrito Federal	17,3	23,4	33,3
Espírito Santo	16,2	23,2	30,7
Goiás	17,8	24,1	28,4
Maranhão	16,9	21,6	31,7
Mato Grosso	19,3	21,6	25,1
Mato Grosso do Sul	18,2	25,1	30,3
Minas Gerais	15,8	22,7	29,8
Pará	17,8	22,9	32,4
Paraíba	17,2	21,4	27,6
Paraná	15,3	23,3	28,1
Pernambuco	16,1	23,2	33,7
Piauí	17,0	21,0	28,2
Rio de Janeiro	16,1	23,6	29,2
Rio Grande do Norte	16,7	22,3	32,7
Rio Grande do Sul	14,0	20,1	24,5
Rondônia	17,5	23,0	26,2
Roraima	18,9	21,3	21,9
Santa Catarina	15,2	22,4	26,5
São Paulo	15,7	25,4	30,2
Sergipe	17,1	22,5	31,0
Tocantins	18,2	22,2	25,3

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	EDUCAÇÃO					
	Perfil do sistema de ensino					
	% de docentes com curso superior					
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação Especial
Brasil	76,9	88,9	97,2	92,2	90,8	92,2
Acre	71,5	78,6	93,1	89,7	80,5	-
Alagoas	59,6	78,6	95,2	95,8	72,2	53,8
Amapá	66,9	84,5	98,7	97,1	96	78
Amazonas	75,9	82,1	98,6	97,9	88,5	88
Bahia	64,3	77,7	92,4	81,8	83,7	66
Ceará	76,8	87,6	96,8	92	82,9	96,4
Distrito Federal	90,1	96,9	99,3	96,2	99,2	97,6
Espírito Santo	96,7	97,9	99,2	95,5	99,1	100
Goiás	85	91,6	92,9	88,6	94,2	95,6
Maranhão	50,1	67,4	94,5	89,3	69,4	65,6
Mato Grosso	89	93	96,2	96	95,1	81,9
Mato Grosso do Sul	93,3	96,2	98,9	92,3	96,9	95,6
Minas Gerais	75,4	95,6	98,2	90,8	97,2	93,9
Pará	76,3	86,1	99	94,8	92,8	93,1
Paraíba	65,7	84,6	95,2	95,5	85,8	71,4
Paraná	82,5	96,3	99,2	98,1	99,1	98,3
Pernambuco	59,8	78,3	96,4	93,2	90,4	79,9
Piauí	70,7	85	91,2	96,4	80,8	76,2
Rio de Janeiro	50	79,1	98	84,8	96,6	79
Rio Grande do Norte	77,9	89,4	97,2	92,9	92,5	100
Rio Grande do Sul	69,2	93,6	97,7	96,9	97,7	82,8
Rondônia	92,1	94,4	99,3	93,4	98,9	96
Roraima	79,7	75,3	81,8	92,9	76,3	-
Santa Catarina	87,2	92,3	92,3	89,2	90	67,1
São Paulo	87,5	96,8	98,9	91,6	99,2	96,2
Sergipe	73,7	91,2	99	97	95,4	90,6
Tocantins	72,8	87,2	96,6	95,7	94,9	72,6

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	EDUCAÇÃO					
	Infraestrutura Educação					
	% de escolas da educação básica que têm acesso a água via rede pública (2018)		% de escolas da educação básica que têm acesso a esgoto via rede pública (2018)		% de escolas da educação básica que têm laboratório de ciências (2018)	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Brasil	68,0	95,0	41,0	85,0	8,0	19,0
Acre	22,0	64,0	9,0	69,0	3,0	36,0
Alagoas	60,0	87,0	17,0	55,0	7,0	12,0
Amapá	30,0	44,0	5,0	32,0	4,0	19,0
Amazonas	19,0	67,0	6,0	55,0	6,0	45,0
Bahia	65,0	96,0	30,0	83,0	3,0	17,0
Ceará	70,0	95,0	26,0	72,0	9,0	19,0
Distrito Federal	92,0	99,0	83,0	95,0	18,0	40,0
Espírito Santo	72,0	95,0	59,0	93,0	12,0	57,0
Goiás	87,0	94,0	39,0	74,0	8,0	23,0
Maranhão	41,0	78,0	5,0	41,0	2,0	9,0
Mato Grosso	69,0	90,0	24,0	59,0	7,0	26,0
Mato Grosso do Sul	88,0	94,0	38,0	74,0	12,0	22,0
Minas Gerais	79,0	98,0	71,0	97,0	11,0	22,0
Pará	26,0	59,0	5,0	40,0	3,0	26,0
Paraíba	53,0	95,0	30,0	72,0	6,0	14,0
Paraná	89,0	98,0	56,0	86,0	20,0	32,0
Pernambuco	55,0	93,0	33,0	74,0	8,0	15,0
Piauí	58,0	95,0	8,0	49,0	4,0	45,0
Rio de Janeiro	87,0	95,0	77,0	95,0	15,0	18,0
Rio Grande do Norte	77,0	97,0	22,0	51,0	8,0	22,0
Rio Grande do Sul	82,0	98,0	47,0	90,0	21,0	18,0
Rondônia	45,0	63,0	6,0	28,0	10,0	25,0
Roraima	39,0	92,0	11,0	78,0	5,0	33,0
Santa Catarina	89,0	98,0	50,0	80,0	8,0	31,0
São Paulo	96,0	99,0	92,0	99,0	7,0	13,0
Sergipe	79,0	98,0	28,0	76,0	4,0	16,0
Tocantins	74,0	95,0	14,0	58,0	4,0	20,0

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA		
	CONECTIVIDADE		
	Cobertura da rede no país		
	Densidade dos acessos na telefonia móvel por 100 habitantes	Densidade dos acessos de banda larga fixa a cada 100 domicílios	Existência de utilização de internet no domicílio
Brasil	96,1	46,9	79,1
Acre	85,4	27,2	66,8
Alagoas	76,6	17,0	67,1
Amapá	84,2	32,5	78,4
Amazonas	84,3	32,0	75,6
Bahia	87,2	22,2	70,0
Ceará	81,5	32,9	68,9
Distrito Federal	117,5	71,8	94,1
Espírito Santo	94,7	42,8	81,4
Goiás	104,4	42,5	81,3
Maranhão	71,4	15,9	61,4
Mato Grosso	104,0	37,6	78,5
Mato Grosso do Sul	101,8	43,1	83,8
Minas Gerais	99,0	49,8	79,3
Pará	79,5	17,2	69,4
Paraíba	79,8	32,7	72,2
Paraná	95,9	59,2	80,5
Pernambuco	91,8	20,7	71,4
Piauí	85,7	21,3	61,4
Rio de Janeiro	105,3	56,6	86,0
Rio Grande do Norte	83,4	37,2	73,5
Rio Grande do Sul	101,7	53,3	80,0
Rondônia	89,5	29,8	75,7
Roraima	84,1	20,3	79,4
Santa Catarina	96,6	66,3	83,6
São Paulo	107,1	67,8	87,1
Sergipe	87,8	32,8	76,7
Tocantins	94,5	23,3	71,5

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	CONECTIVIDADE					
	Conectividade da rede de ensino					
	Ensino Fundamental					
	Pública			Privada		
	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos
Brasil	67,1	37,2	29,1	93,1	57,4	44,0
Acre	23,7	8,9	6,2	100,0	53,6	50,0
Alagoas	65,7	62,3	17,0	95,4	44,9	31,6
Amapá	40,3	14,6	15,3	93,9	57,6	39,4
Amazonas	24,6	11,5	10,0	97,0	48,9	38,3
Bahia	59,6	18,1	10,3	97,2	50,7	33,3
Ceará	85,0	40,3	27,5	97,4	45,8	34,8
Distrito Federal	97,0	42,1	36,1	99,0	69,0	55,0
Espírito Santo	76,6	45,5	36,1	100,0	76,0	75,6
Goiás	96,5	33,2	40,7	98,6	60,5	42,4
Maranhão	27,9	6,3	5,3	87,1	36,0	29,1
Mato Grosso	89,2	63,2	43,1	99,4	64,6	50,3
Mato Grosso do Sul	73,7	67,6	63,9	100,0	75,1	61,9
Minas Gerais	84,8	48,4	45,5	98,5	61,2	50,7
Pará	32,0	6,9	6,6	95,9	50,7	40,2
Paraíba	67,6	24,1	22,0	93,0	32,9	19,0
Paraná	94,5	72,8	59,0	99,5	79,2	67,8
Pernambuco	60,1	27,3	15,6	94,9	45,0	29,3
Piauí	55,5	21,2	17,4	94,6	48,3	37,5
Rio de Janeiro	92,9	39,0	30,8	97,7	51,4	38,0
Rio Grande do Norte	75,2	30,4	28,8	94,0	51,5	37,8
Rio Grande do Sul	96,5	69,0	63,8	100,0	83,3	81,5
Rondônia	73,4	37,6	32,7	75,7	63,5	46,2
Roraima	39,3	15,6	28,0	100,0	45,7	34,3
Santa Catarina	96,1	74,7	60,5	100,0	82,0	70,0
São Paulo	82,3	73,0	51,3	76,4	70,2	54,7
Sergipe	73,7	26,8	25,3	96,6	52,1	32,8
Tocantins	77,7	50,1	33,2	99,2	58,5	39,8

Brasil e estados	GRAU PREPARO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA					
	CONECTIVIDADE					
	Conectividade da rede de ensino					
	Ensino Médio					
	Pública			Privada		
	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos	Escolas com internet	Escolas com internet para ensino e aprendizagem	Escolas com internet para alunos
Brasil	90,4	66,3	61,9	93,6	72,3	63,2
Acre	49,4	15,7	18,6	100,0	61,5	69,2
Alagoas	100,0	72,0	78,0	99,4	59,1	43,3
Amapá	71,9	31,4	34,7	91,7	62,5	62,5
Amazonas	87,2	52,5	34,7	96,8	58,1	69,4
Bahia	95,4	14,7	18,4	99,0	74,8	59,8
Ceará	98,9	94,6	94,3	100,0	68,2	62,8
Distrito Federal	99,0	73,0	55,8	97,9	75,7	65,0
Espírito Santo	100,0	84,7	84,3	100,0	74,8	86,1
Goiás	98,9	86,7	56,9	99,7	72,9	67,5
Maranhão	68,7	28,4	26,9	91,2	50,3	44,0
Mato Grosso	99,7	73,4	71,0	99,5	75,7	69,0
Mato Grosso do Sul	97,5	76,4	78,6	100,0	79,6	59,2
Minas Gerais	94,1	76,7	57,0	99,2	75,8	64,8
Pará	51,0	16,5	21,3	33,3	65,0	56,0
Paraíba	95,5	38,5	53,8	100,0	62,8	41,9
Paraná	91,6	84,6	78,4	100,0	62,7	50,0
Pernambuco	99,7	86,1	89,7	100,0	82,8	81,2
Piauí	97,9	67,6	60,5	100,0	66,4	54,1
Rio de Janeiro	99,7	66,0	61,1	99,4	65,0	54,2
Rio Grande do Norte	92,2	48,7	54,0	99,2	72,9	63,2
Rio Grande do Sul	67,1	29,1	44,3	90,0	60,0	60,0
Rondônia	99,0	81,5	81,1	100,0	86,7	88,9
Roraima	87,2	59,6	68,5	100,0	73,8	76,2
Santa Catarina	99,6	78,7	70,2	100,0	80,8	82,5
São Paulo	100,0	43,9	69,4	100,0	67,3	56,6
Sergipe	80,4	73,9	61,8	79,5	75,1	63,1
Tocantins	90,1	72,9	58,4	100,0	73,0	51,4

3.2. Painel 2. Vulnerabilidade à pandemia

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA		
	POBREZA		
	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza		
	taxa da população vivendo com menos de $1.90 (PPC 2011) 2018	taxa da população vivendo com menos de $5.50 (PPC 2011) 2018	% de famílias atualizadas no Cadastro Único acessando o PBF
Brasil	6,5	25,3	55,2
Acre	14,4	41,4	72,4
Alagoas	17,2	48,4	70,5
Amapá	9,8	45,8	62,9
Amazonas	13,8	45,7	67,6
Bahia	12,9	42,9	66,8
Ceará	12,5	42,6	65,6
Distrito Federal	3,1	13,1	50,7
Espírito Santo	4,0	20,8	42,9
Goiás	3,1	18,4	41,2
Maranhão	19,9	53,0	73,1
Mato Grosso	2,4	15,2	33,6
Mato Grosso do Sul	2,9	16,5	32,8
Minas Gerais	3,5	19,9	44,6
Pará	11,8	44,3	68,1
Paraíba	11,2	40,0	71,6
Paraná	2,7	13,7	31,3
Pernambuco	11,4	41,1	66,4
Piauí	14,1	41,9	73,7
Rio de Janeiro	3,8	18,4	54,9
Rio Grande do Norte	10,3	38,0	62,9
Rio Grande do Sul	1,9	13,1	40,2
Rondônia	4,7	25,5	35,6
Roraima	8,4	32,6	52,4
Santa Catarina	1,4	8,0	31,6
São Paulo	2,7	13,4	40,7
Sergipe	13,9	44,1	68,3
Tocantins	6,6	31,5	45,0

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA						
	POBREZA						
	Pobreza infantil multidimensional e privações estruturais						
	Pobreza Infantil Multidimensional (PIM) (2018)	PIM - Privação Renda (2018)	PIM - Privação em Educação (2018)	PIM - Privação em Informação (2018)	PIM - Privação em Habitação (2018)	PIM - Privação em Água (2018)	PIM - Privação em Saneamento (2018)
Brasil	57,8	31,7	12,7	8,6	13,1	6,5	28,6
Acre	79,4	49,6	16,3	18,9	40,9	27,0	56,4
Alagoas	80,0	57,6	19,8	16,7	11,8	15,5	39,0
Amapá	95,1	50,9	17,2	10,1	37,5	12,9	83,0
Amazonas	88,6	53,7	17,0	16,7	49,4	17,3	62,5
Bahia	70,6	49,5	21,0	13,5	9,9	9,3	24,6
Ceará	74,4	49,0	10,5	14,0	11,8	12,2	41,1
Distrito Federal	34,4	15,4	10,6	2,6	8,9	0,5	10,0
Espírito Santo	44,9	25,3	12,8	5,0	8,7	0,4	11,5
Goiás	58,8	21,1	10,5	4,0	7,1	3,7	40,5
Maranhão	88,6	58,3	18,0	22,0	19,8	25,1	64,4
Mato Grosso	71,1	17,6	8,6	8,1	12,2	3,4	54,8
Mato Grosso do Sul	62,7	21,5	13,4	4,9	9,8	1,0	46,3
Minas Gerais	40,4	24,6	8,5	5,5	5,4	1,6	11,0
Pará	90,4	48,2	23,1	15,6	21,0	16,8	67,6
Paraíba	72,6	48,1	17,4	10,2	9,0	14,5	38,3
Paraná	43,8	16,0	8,2	6,2	8,4	1,7	21,9
Pernambuco	69,6	45,8	14,7	11,1	9,5	14,6	31,8
Piauí	90,3	48,0	17,4	17,7	10,8	15,8	71,4
Rio de Janeiro	45,7	23,6	12,8	3,6	14,9	1,2	11,6
Rio Grande do Norte	83,1	47,6	17,8	10,9	11,1	8,1	57,9
Rio Grande do Sul	50,3	19,2	13,3	5,4	15,1	0,5	20,4
Rondônia	85,0	29,0	11,5	9,5	10,9	5,0	70,0
Roraima	75,9	39,3	11,5	10,6	28,1	7,7	47,8
Santa Catarina	48,6	9,8	7,7	4,4	9,5	1,3	31,5
São Paulo	34,6	18,0	7,2	4,1	13,6	0,6	5,6
Sergipe	69,9	50,6	21,1	10,4	8,8	8,8	31,5
Tocantins	76,9	36,6	10,8	10,3	12,4	4,0	57,8

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA					
	ECONOMIA					
	Vulnerabilidade econômica imediata					
	Percentual da população, com 14 ou mais anos de idade, empregada em trabalhos formais	Percentual da população, com 14 ou mais anos de idade, empregada em trabalhos informais	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor privado (exclusive o trab. dom.)	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor público	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho doméstico	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho autônomo
Brasil	56,4	43,6	48,1	12,3	6,7	26,0
Acre	45,1	54,6	32,2	22,4	6,3	32,2
Alagoas	48,4	51,6	43,7	17,8	6,6	26,9
Amapá	39,8	60,5	28,6	21,7	6,0	37,3
Amazonas	37,0	62,9	35,6	14,5	4,4	32,6
Bahia	41,4	58,6	43,3	12,8	7,2	30,0
Ceará	41,7	58,3	44,4	12,6	7,3	29,1
Distrito Federal	68,2	31,8	45,3	21,6	7,9	19,4
Espírito Santo	55,2	44,8	47,5	12,7	6,6	25,3
Goiás	56,2	43,9	47,6	12,6	8,0	25,6
Maranhão	33,4	66,6	38,2	16,4	6,8	32,7
Mato Grosso	56,0	43,9	49,1	11,5	6,9	26,1
Mato Grosso do Sul	56,7	43,3	47,0	14,5	7,8	22,6
Minas Gerais	56,5	43,5	47,9	11,8	7,5	24,9
Pará	32,5	67,5	33,9	14,6	6,4	35,9
Paraíba	42,4	57,6	38,5	17,4	6,4	31,5
Paraná	65,2	34,8	50,8	10,5	6,1	24,6
Pernambuco	46,4	53,6	45,3	13,8	6,3	29,1
Piauí	34,8	65,0	34,0	16,0	7,5	32,0
Rio de Janeiro	60,3	39,7	46,8	13,9	7,0	28,3
Rio Grande do Norte	47,9	52,1	41,8	17,4	6,6	28,4
Rio Grande do Sul	64,1	35,9	48,8	11,8	5,8	25,2
Rondônia	50,7	49,4	40,5	16,4	4,7	29,7
Roraima	46,3	53,2	33,9	23,9	7,3	27,5
Santa Catarina	70,9	29,1	55,5	10,1	4,8	22,3
São Paulo	67,8	32,2	56,9	8,9	6,7	21,4
Sergipe	43,2	56,8	43,1	14,5	7,3	28,0
Tocantins	44,4	55,9	37,8	21,8	7,4	25,7

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA			
	INFRAESTRUTURA			
	Vulnerabilidade em infraestrutura			
	% de pessoas residindo em domicílios com ausência de abastecimento de água por rede geral (2018)	% de pessoas residindo em domicílios com ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (2018)	% de pessoas residindo em domicílios com ausência de coleta direta ou indireta de lixo (2018)	% de aglomerados subnormais
Brasil	15,1	35,7	9,7	-
Acre	45,9	64,5	23,5	8,5
Alagoas	22,8	58,2	14,6	6,7
Amapá	40,9	85,7	6,4	21,6
Amazonas	28,2	68,6	17,8	34,6
Bahia	16,1	44,5	16,5	10,6
Ceará	21,3	58,2	18,1	9,2
Distrito Federal	5	13,5	2,1	6,6
Espírito Santo	14,4	21,8	8,7	26,1
Goiás	12,3	46	6	1,5
Maranhão	30	78,5	32,6	7,8
Mato Grosso	20	66,3	13,7	2
Mato Grosso do Sul	11,9	52,3	7,7	0,7
Minas Gerais	11,3	18,6	8,4	3,4
Pará	50,4	85,7	25,1	19,7
Paraíba	24	50,8	16,8	5,1
Paraná	9,7	30,8	6,9	3,6
Pernambuco	23,9	45,2	15,1	10,5
Piauí	14,9	93	28	5,5
Rio de Janeiro	11,3	12,1	1,1	12,6
Rio Grande do Norte	14,9	76,8	11,9	4
Rio Grande do Sul	10,2	30,7	5,1	3,5
Rondônia	58	90,6	22,5	4,4
Roraima	13,1	60	15,8	2,1
Santa Catarina	16,5	43,5	4,7	1,5
São Paulo	4,2	7,7	1,3	7,1
Sergipe	13,8	46,8	11	7,4
Tocantins	18,5	70	16,6	2,1

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA				
	EDUCAÇÃO				
	Perfil da educação				
	Taxa de analfabetismo para população de 15 anos ou mais	Número médio de anos de estudo para população com 15 anos ou mais (2018)	% de dependência da educação básica no setor público	% de dependência da educação básica no setor privado	% da população de 15 a 29 anos de idade que não estudam e não estão ocupados (2018)
Brasil	11,7	8,8	95,3	4,7	28,9
Acre	17,1	7,9	82,6	17,4	37,2
Alagoas	5,5	9,9	90,3	9,7	28,6
Amapá	5,4	9,7	92,5	7,5	25,1
Amazonas	12,9	8,3	83,5	16,5	28,2
Bahia	6,6	9,5	80,9	19,1	23,0
Ceará	13,6	8,6	80,6	19,3	28,5
Distrito Federal	2,7	11,4	70,2	29,7	19,0
Espírito Santo	5,3	9,5	87,8	12,2	23,1
Goiás	5,1	9,5	80,8	19,2	18,8
Maranhão	15,6	8,1	88,1	11,9	32,9
Mato Grosso	6,2	9,3	87,4	12,6	20,4
Mato Grosso do Sul	5,1	9,4	86,5	13,5	18,0
Minas Gerais	5,5	9,3	83,9	16,1	18,7
Pará	8,4	8,8	89,7	10,3	25,6
Paraíba	16,1	8,1	79,9	20,1	26,0
Paraná	4,6	9,6	82,3	17,7	17,7
Pernambuco	11,9	8,9	76,5	23,5	29,9
Piauí	16,0	8,0	87,4	12,6	26,4
Rio de Janeiro	2,1	10,5	68,9	31,1	23,5
Rio Grande do Norte	13,4	8,7	79,1	20,9	27,9
Rio Grande do Sul	2,6	9,7	80,8	19,2	16,3
Rondônia	6,4	8,8	89,5	10,4	23,8
Roraima	5,0	10,1	90,5	9,5	24,8
Santa Catarina	2,3	9,9	83,0	17,0	14,1
São Paulo	2,6	10,6	76,0	24,0	20,6
Sergipe	13,5	8,3	77,8	22,2	28,6
Tocantins	9,7	9,0	88,9	11,1	23,5

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA				
	EDUCAÇÃO				
	Vulnerabilidade em educação de crianças e adolescentes				
	IDEB observado anos finais do ensino fundamental da rede pública	% de abandono escolar - anos finais do Ensino Fundamental (2018)	% de abandono escolar no Ensino Médio (2018)	Taxa de distorção idade-série - anos finais do Ensino Fundamental - Rede Pública	Taxa de distorção idade-série - anos no Ensino Médio - Rede Pública
Brasil	4,9	2,4	6,1	26,5	28,9
Acre	4,8	3,3	6,3	29,7	29,5
Alagoas	4,5	4,9	8,2	35,3	36,4
Amapá	3,8	4,1	10,4	37,9	37,9
Amazonas	4,5	4,2	10,5	30,9	41,4
Bahia	3,8	5,3	9,0	42,3	45,2
Ceará	5,2	1,5	4,6	19,5	25,2
Distrito Federal	4,6	1,4	3,6	26,7	28,6
Espírito Santo	4,7	1,2	2,8	31,6	28,0
Goiás	5,1	1,3	2,5	20,3	21,7
Maranhão	4,0	3,7	6,7	31,8	33,7
Mato Grosso	4,5	1,1	9,4	11,2	25,5
Mato Grosso do Sul	4,6	2,4	7,4	31,7	31,9
Minas Gerais	4,7	2,2	7,8	18,8	24,2
Pará	3,9	5,6	12,8	41,7	49,8
Paraíba	3,9	4,8	9,5	37,5	36,1
Paraná	5,1	1,7	6,3	18,7	20,4
Pernambuco	4,5	2,0	1,2	30,5	25,7
Piauí	4,6	3,0	9,0	34,6	37,7
Rio de Janeiro	4,4	1,8	4,3	37,2	40,8
Rio Grande do Norte	3,6	4,2	8,6	41,9	46,0
Rio Grande do Sul	4,5	1,6	7,4	33,0	33,0
Rondônia	4,8	2,4	6,6	25,1	29,8
Roraima	4,1	3,4	7,8	27,2	28,2
Santa Catarina	4,9	0,8	5,3	21,6	24,1
São Paulo	5,2	1,0	3,2	12,5	13,4
Sergipe	3,6	4,2	8,5	46,6	48,2
Tocantins	4,5	2,0	4,9	27,0	28,4

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA				
	SAÚDE				
	Vulnerabilidades na Saúde Materno-Infantil				
	Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) 2018	Razão da mortalidade materna (2018)	% de nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos de idade	% de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com baixo peso para a idade	% de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com peso elevado para a idade
Brasil	15,2	59,1	14,0	3,5	7,7
Acre	19,5	54,4	22,5	4,6	4,6
Alagoas	16,0	49,5	20,1	3,9	9,0
Amapá	25,7	88,3	20,1	5,4	3,9
Amazonas	21,7	108,4	22,3	7,2	5,8
Bahia	18,9	60,8	16,1	3,8	8,0
Ceará	15,6	68,4	14,5	2,2	9,8
Distrito Federal	11,5	54,3	9,9	3,0	4,4
Espírito Santo	12,4	63,9	12,7	2,1	7,5
Goiás	16,3	64,7	13,3	4,3	7,2
Maranhão	19,2	90,6	21,5	5,4	6,9
Mato Grosso	17,8	58,0	15,1	3,0	6,6
Mato Grosso do Sul	13,5	84,9	15,3	2,7	6,6
Minas Gerais	14,4	51,2	11,7	2,9	6,6
Pará	18,9	81,4	21,3	4,7	4,7
Paraíba	15,8	53,2	15,6	2,9	8,4
Paraná	12,2	38,4	11,8	2,0	7,0
Pernambuco	15,4	59,2	16,4	3,2	9,8
Piauí	20,6	105,8	17,5	3,3	7,1
Rio de Janeiro	14,7	61,7	13,3	4,3	9,3
Rio Grande do Norte	16,1	58,6	14,8	3,1	8,6
Rio Grande do Sul	11,4	40,3	10,7	2,5	8,1
Rondônia	15,6	47,8	16,1	2,8	10,5
Roraima	25,1	100,6	20,6	2,4	9,8
Santa Catarina	10,8	35,1	10,0	2,6	7,3
São Paulo	12,4	50,0	10,1	3,1	8,4
Sergipe	19,4	58,8	16,4	2,2	9,7
Tocantins	18,3	59,1	17,8	3,5	6,8

Brasil e estados	VULNERABILIDADE DA POPULAÇÃO À PANDEMIA						
	VIOLÊNCIA						
	Vulnerabilidade na Proteção de Crianças e Adolescentes				Vulnerabilidade de gênero		
	% de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos de idade	Taxa de homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos (2018)	Taxa de suicídios de crianças e adolescentes (2018)	% de denúncias de violência sexual contra Crianças e Adolescentes (2018)	Taxa de feminicídios por cem mil mulheres	Taxa de estupros por cem mil mulheres	Taxa de lesão corporal dolosa por cem mil pessoas - violência doméstica
Brasil	0,7	29,4	3,1	21,4	1,2	57,1	229,7
Acre	1,5	49,4	7,4	29,2	2,5	35,9	136,1
Alagoas	1,2	47,0	1,9	18,2	2,5	41,7	90,3
Amapá	1,1	56,5	10,3	21,7	1,7	115,3	139,3
Amazonas	1,6	28,4	7,6	22,0	0,6	42,4	134,1
Bahia	0,9	52,4	1,1	23,4	1,3	39,8	154,9
Ceará	0,8	61,2	3,4	20,0	0,7	37,2	
Distrito Federal	0,4	19,7	4,4	15,4	2,0	48,7	201,9
Espírito Santo	0,5	36,8	2,1	18,7	1,7	72,1	120,9
Goiás	0,6	39,7	5,4	23,6	1,2	83,0	252,5
Maranhão	1,2	20,3	2,1	19,6	1,4	34,9	203,5
Mato Grosso	0,8	18,8	3,6	30,1	2,3	113,7	601,4
Mato Grosso do Sul	0,9	15,8	10,4	17,3	2,1	155,2	365,2
Minas Gerais	0,4	16,9	2,7	18,3	1,3	43,0	210,5
Pará	1,3	41,6	3,5	28,0	1,1	73,7	152,2
Paraíba	0,8	29,0	3,1	23,4	1,8	7,8	155,8
Paraná	0,5	17,9	3,9	20,9	1,5	99,6	305,4
Pernambuco	0,8	43,2	1,6	22,3	1,2	43,4	197,3
Piauí	0,9	13,1	4,6	22,0	1,7	43,0	177,1
Rio de Janeiro	0,6	52,6	1,8	18,3	0,9	52,0	284,5
Rio Grande do Norte	0,9	64,4	2,7	15,3	1,2	25,0	232,0
Rio Grande do Sul	0,4	26,5	4,0	24,1	1,7	70,6	360,4
Rondônia	0,7	14,5	6,0	19,5	0,8	127,1	430,1
Roraima	1,3	75,9	7,2	14,4	2,0	106,9	164,1
Santa Catarina	0,3	11,4	4,7	23,8	1,6	95,8	428,3
São Paulo	0,3	6,9	2,5	15,2	0,8	49,7	233,4
Sergipe	1,0	43,6	2,4	12,5	1,8	52,1	70,7
Tocantins	1,0	29,7	5,5	26,9	0,6	86,6	343,8

4. Pilares da Recuperação Socioeconômica

Recuperação resiliente e inclusiva

O Brasil respondeu de forma rápida e contundente ao desafio da crise da COVID-19, com fundos que orientam as políticas de resposta, a fim de implementar programas de alívio sanitário e econômico de emergência. Estima-se que o pacote emergencial do Governo Federal some um gasto de R$ 524 bilhões, em 2020. Essas escolhas, que possibilitaram a construção de políticas sanitárias, sociais e econômicas para atravessar a crise da COVID-19, formaram o alicerce do país para amparar os choques instaurados pela pandemia. Não há dúvidas quanto à legitimidade das ações coordenadas entre os governos federal, estaduais e municipais que precisaram ser materializadas, assim como tantas outras que ainda precisam ser planejadas e realizadas.

Para assegurar uma recuperação resiliente e inclusiva em todos os níveis, o Brasil deve também continuar a enfrentar os desafios do desenvolvimento sistêmico. A ideia está em aproveitar a oportunidade para definir mudanças profundas que aproximem o país da agenda de desenvolvimento sustentável.

Até o lançamento desta publicação, identificaram-se algumas considerações interligadas que podem ajudar a definir melhor, acelerar e reencaminhar os programas de desenvolvimento no nível estadual.

Um novo Brasil, mais justo e sustentável, pode emergir da atual crise.

Pilar 1. Governança

Construir um novo contrato social

À medida que os governos foram pressionados a enfrentar crises e incertezas, fornecer serviços digitais, permitir acesso a informações e proteção social e funcionar de maneira transparente, responsável e eficaz, a governança tornou-se uma das áreas prioritárias. Governos, setor privado e sociedade civil precisarão trabalhar juntos para promover a coesão social e a igualdade de gênero ao mesmo tempo que defendam os direitos humanos e o estado de direito, especialmente em contextos frágeis e afetados por conflitos, nos quais as questões de justiça e segurança podem ser mais sensíveis.

Será importante apoiar parceiros a fazerem escolhas que construam capital social, forneçam serviços inclusivos e abram espaço cívico para estabelecer as bases para o futuro – um novo contrato social que reflita a participação popular, construa confiança nas instituições e feche a lacuna entre as pessoas e o Estado.

Além disso, é impossível considerar qualquer trajetória de desenvolvimento sem incluir as vítimas ocultas da pandemia da COVID-19, as crianças e os adolescentes, para quem os impactos, incluindo os socioeconômicos, já são concretos, mas podem ser ainda piores no médio e no longo prazo. É por isso que o diálogo nacional deve incluí-los.

O foco em governança compreende:

1. Apoiar o estado de direito, os direitos humanos e as instituições governamentais nacionais e locais para alicerçar a governança eletrônica; gerenciar crises e incertezas; desenvolver e implementar políticas de emergência; regulamentar e planejar contingências, garantir a continuidade de serviços essenciais e combater a corrupção e as informações falsas.

2. Romper estereótipos de gênero e propulsores de discriminação, garantindo a continuidade de serviços para apoiar o empoderamento de mulheres e sobreviventes da violência de gênero.

3. Apoiar os governos a criar espaço fiscal, investir em mercados prioritários, fortalecer o engajamento com o setor privado e desenvolver estratégias inclusivas de recuperação econômica verde.

4. Fortalecer o capital social – hábitos, normas e sistemas para expressão, inclusão e solidariedade – e o engajamento com a sociedade civil.

5. Manter o ímpeto de prevenção de conflitos e transições pacíficas como parte de esforços contínuos para promover resultados conjuntos humanitários, de desenvolvimento e de paz em contextos frágeis.

GOVERNANÇA Maximizar a relação entre os entes federativos; fortalecer a cooperação entre os três poderes; fomentar a cooperação entre o setor público e o setor privado; e promover resultados humanitários envolvendo a sociedade civil	
FOCO	**ODS**
Novo contrato social	16 e 17
Busca por um pacto federativo efetivo	8, 16 e 17
Capacidade de informação e monitoramento de temas transversais de interesse da governança	16 e 17
Mecanismos de governança compartilhada entre poderes	16 e 17
Mecanismos de controle à evasão fiscal	16 e 17
Cooperação e parcerias regionais estratégicas	16 e 17
Incentivo à transparência e controle	16 e 17
Mecanismos de debates e consultas públicas	16 e 17
Busca por garantias aos princípios democráticos	16, 17
Parcerias para controle e segurança cibernética (pessoas, processos e tecnologias)	16 e 17

Pilar 2. Proteção social

Eliminar as desigualdades

A proteção social, incluindo transferência de renda, cobertura universal de saúde e acesso a outros serviços básicos, será essencial para desenraizar as desigualdades que permeavam as sociedades antes da COVID-19 e que são hoje duramente visíveis. A busca pela igualdade de gênero está liderando uma onda de mudanças que deve ser apoiada para lidar com a discriminação, inclusive em torno da redistribuição do trabalho não remunerado e da liderança.

A proteção social pode ser uma ferramenta crucial não apenas para ajudar as famílias a se manterem à tona no curto prazo, mas também para combater a desigualdade de forma mais ampla – fornecendo apoio para enviar crianças e adolescentes à escola e centros de saúde, comprar alimentos nutritivos e reduzir o trabalho infantil.

A experiência de crises sanitárias anteriores, como a epidemia de ebola na África Ocidental, revelou que é fundamental priorizar investimentos em setores sociais mesmo em períodos de recessão econômica. Sendo assim, à medida que os governos trabalham para proteger a população da COVID-19, eles devem proteger os investimentos em todos os serviços sociais e garantir o uso eficiente de seus recursos para manter a prestação dos serviços.

Para investirem nessas áreas, os governos precisam de espaço fiscal. O PNUD faz eco ao apelo do Secretário-Geral por uma paralisação da dívida para todos os países vulneráveis e ajudará os países a alavancar essa capacidade fiscal efetivamente. A solidariedade e as parcerias público-privadas serão fundamentais para criar sistemas de proteção social resilientes que possam enfrentar choques, criar estratégias para trabalhadores do setor informal e projetar uma nova geração de empregos verdes que apoiem o empreendedorismo liderado por jovens.

O foco da proteção social inclui:

1. Possibilitar opções de transferência de renda e inclusão financeira, incluindo Renda Básica Temporária e Renda Básica Universal como parte de um contrato social renovado.

2. Focar no futuro do trabalho, incluindo a criação de oportunidades para adolescentes e jovens.

3. Apoiar medidas de proteção social e estímulos fiscais que reflitam a economia da assistência e sejam inclusivas, alcançando trabalhadores domésticos e informais, pessoas com deficiência, mulheres migrantes e outros grupos.

4. Promover a cobertura e o acesso universal de saúde enfrentando as deficiências sistêmicas e estruturais nos sistemas de saúde e apoio aos sistemas e serviços de saúde, inclusive para populações-chave e pessoas vivendo com HIV.

PROTEÇÃO SOCIAL NA INFÂNCIA, VIDA ADULTA E VELHICE	
FOCO	**ODS**
Renda básica universal	1
Acesso universal à saúde	3
Saneamento universal	6
Acesso universal à educação	4
Investimento em creches e pré-escola	5
Oportunidades e combate às desigualdades de gênero	5 e 8
Oportunidades para jovens e adolescentes	4 e 8
Educação e qualificação para o trabalho do século 21	10 e 8
Trabalho formal	10
Benefícios e programas de proteção	1
Inclusão financeira	10
Reforma tributária	8
Taxação de grandes fortunas	10

Pilar 3. Reimaginar o futuro para cada criança e adolescente

Embora devamos ter clareza sobre a escala dos desafios que as crianças e os adolescentes do mundo todo e do Brasil enfrentam, também podemos avançar em parceria e solidariedade, construindo sobre o passado, com ambição e confiança no futuro.

Não se trata de um retorno ao modo como as coisas eram. Para centenas de milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo, "normal" nunca foi bom o suficiente, para começar.

O progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está retrocedendo e as crianças e adolescentes continuam pagando o preço mais alto. Sem uma ação coordenada para prevenir, mitigar e responder aos efeitos da pandemia, as consequências para este segmento agora, e para a sociedade como um todo no futuro, serão graves.

O foco para reimaginar um futuro melhor para as crianças e adolescentes inclui:

1. Priorizar a reabertura das escolas com segurança. Reimaginar a educação para garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente, garantindo o sucesso escolar de cada estudante.

2. Promover diferentes iniciativas e ações para reduzir a exclusão digital, conectando todas as crianças e adolescentes à internet até 2030 e alcançando-as com aprendizagem remota segura, de qualidade, acessível e equitativa.

3. Gerar oportunidades de formação e acesso ao mundo do trabalho para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos em situação de vulnerabilidade para: garantir acesso à educação de qualidade a todos os adolescentes e jovens; oferecer oportunidades de trabalho decente, com foco nos mais vulneráveis; oferecer oportunidades de formação para o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho e protagonismo juvenil; ampliar a inclusão digital de adolescentes e jovens; erradicar o trabalho infantil, o trabalho escravo, o trabalho precário e a discriminação de qualquer natureza.

4. Garantir urgentemente a continuidade dos principais serviços de saúde e nutrição para crianças e adolescentes – especialmente a vacinação de rotina, priorizando os mais difíceis de alcançar.

5. Trabalhar para políticas de apoio e proteção à saúde mental de crianças e adolescentes incluindo fim ao abuso, à violência de gênero e à negligência na infância.

6. Integrar os direitos das crianças nas principais estratégias nacionais de mudanças do clima.

7. Trabalhar com dados e evidências para reverter o aumento da pobreza infantil e garantir uma recuperação inclusiva para todos.

REIMAGINAR O FUTURO PARA CADA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
FOCO	**ODS**
Garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente. Promover o sucesso escolar e o desenvolvimento de competências digitais e para a vida	4
Parcerias para que todas as crianças aprendam e sejam incluídas digitalmente	4
Garantir o acesso a serviços de saúde e nutrição e tornar as vacinas acessíveis e disponíveis para todas as crianças	2 e 3
Políticas e estratégias nacionais de combate às mudanças climáticas	6 e 13
Mecanismos para identificar e aprimorar o investimento público em políticas e programas para crianças e adolescentes	1
Promover a coleta de dados desagregados por gênero, idade e deficiência sobre crianças e adolescentes, inclusive para aqueles que contraíram a COVID-19	1,3,2, 4 e 6
Oportunidades para adolescentes e jovens	8, 10 e 17
Proteção social	1 e 10

Pilar 4. Disrupção digital e inserção do Brasil em uma nova rota de desenvolvimento

Com as escolas fechadas e a forte desigualdade no acesso ao aprendizado remoto, o Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD estima que 86% das crianças da educação primária estão efetivamente fora da escola em países com baixo IDH – em comparação com apenas 20% nos países com alto desenvolvimento humano. Essa é a maior reversão já registrada na educação, levando-nos de volta aos anos 1980.

Com o fechamento de escolas em 2020, o UNICEF estima que cerca de 30% das crianças em idade escolar ao redor do mundo não conseguiam acessar o ensino a distância[10]. No Brasil, 28% das famílias não têm acesso à internet, percentual que aumenta conforme a renda diminui e chega a 48% em áreas rurais[11]. Estas são as mesmas crianças que dificilmente terão acesso a uma educação de qualidade.

O fato de mais de 50% das crianças de 10 anos em países de baixa e média renda não conseguirem ler e entender uma história simples ao final do ensino primário já reflete uma crise global de aprendizagem[12]. E, a menos que a exclusão digital seja eliminada, esse grupo de jovens em rápido crescimento será deixado para trás.

A COVID-19 aumentou essa urgência. Agora enfrentamos uma oportunidade "única em uma geração" de conectar todas as crianças e escolas à internet e fornecer novas ferramentas digitais para ajudá-las a desenvolver as habilidades para realizar seu potencial.

Em primeiro lugar, é preciso priorizar a reabertura de escolas tão logo a situação sanitária permita e tomar todas as medidas possíveis para reabri-las com segurança.

Essa grande pausa no aprendizado também proporcionou um momento para repensar como oferecemos educação. O UNICEF propõe reimaginar a educação, revolucionando o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades para fornecer educação de qualidade para todas as crianças por meio da aprendizagem digital, conectividade com a internet, dispositivos, dados acessíveis e o envolvimento dos jovens.

Até o final de 2021, a meta é alcançar 500 milhões de crianças e jovens e 3,5 bilhões até 2030. Em colaboração com dezenas de parceiros do setor privado e governos, isso inclui desde a entrega de livros em locais remotos, apoio a programas de rádio educacionais e alcance do ensino às crianças onde elas moram, inclusive via SMS, grupos de WhatsApp e podcasts.

Fechar a lacuna do acesso à internet reduziria os impactos e os retrocessos já esperados, ao levar as crianças de volta à escola – ainda que remotamente. Os investimentos em transformação digital simultaneamente impulsionam uma resposta à pandemia e definem o caminho para a aceleração além da recuperação.

[10] UNICEF. https://www.unicef.org/reimagine/five-opportunities-children-open-letter#digital-divide

[11] CETIC. https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/

[12] UNICEF. https://www.unicef.org/reimagine/five-opportunities-children-open-letter#digital-divide

O foco em disrupção digital inclui:

1. Ajudar governos e instituições a manter suas portas abertas, operando remotamente enquanto planejam estratégias mais amplas de transformação digital.

2. Prestar serviços governamentais de forma remota, incluindo assistência médica.

3. Apoiar a integração de dados e percepções para melhorar a tomada de decisões.

4. Estabelecer plataformas de pagamento digital e sistemas de comércio eletrônico com foco em pequenas e médias empresas administradas por mulheres e fechar o fosso digital para populações vulneráveis.

5. Aprimorar as opções de financiamento digital, inclusive para melhorar os fluxos de remessas.

DISRUPÇÃO DIGITAL Universalizar o acesso à internet e diminuir o abismo tecnológico	
FOCO	**ODS**
Políticas de longo prazo para a Indústria 4.0, manufatura aditiva, internet das coisas	9
Metas de universalização da banda larga	9 e 4
Medidas de alfabetização digital	4 e 8
Inserção no currículo escolar de novos paradigmas tecnológicos	4 e 9
Investimento em tecnologias de comunicação e inovações	9
Novas tecnologias para cidades inteligentes	11
Educação e treinamento para combater o desemprego tecnológico	4, 8, 9 e 10
Políticas ativas de P&D	9
Aprimoramento da economia digital	9

Pilar 5. Economia Verde

Reequilibrar natureza, clima e economia

O momento é de restaurar o equilíbrio entre as pessoas e o planeta, projetando e reduzindo o risco de soluções baseadas na natureza como parte de uma nova rede de segurança social para o mundo, incentivando parcerias público-privadas sustentáveis como no ecoturismo, em sistemas de transporte verde e cidades verdes e inteligentes. No setor primário, é necessário transformar a agricultura em aliado do meio ambiente, capaz de ajudar na captura de carbono, assegurando ação integrada com o setor de saúde para combater a poluição do ar – que hoje mata 7 milhões de pessoas por ano.

É preciso vincular a recuperação e a resposta à COVID-19 a ações ousadas e urgentes que abordem as mudanças climáticas e protejam o meio ambiente, e que priorizem crianças, adolescentes e mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e parte de comunidades tradicionais que estão mais expostas aos efeitos da crise climática e de desastres naturais.

São necessários programas de estímulo do governo que priorizem abordagens de baixo carbono e uma atuação global coordenada junto com a ação local. Algumas soluções já são conhecidas: tornar os serviços de água, saneamento e higiene resilientes ao clima e a desastres; promover educação resiliente por meio de escolas verdes, adaptadas e seguras; criar serviços de saúde inteligentes para o clima e desastres; reduzir a poluição do ar, solo e água; engajar os adolescentes e jovens como agentes de mudança; desenvolver sistemas de proteção social capazes de responder ao clima e apoiar as pessoas afetadas por desastres ambientais; e estabelecer sistemas alimentares e dietas inteligentes que levem em conta o impacto ambiental da cadeia de produção e transporte daquilo que se consome. A menos que haja um aumento nos investimentos nesse tipo de solução, a recuperação da crise da COVID-19 será muito mais difícil.

Muitas dessas soluções têm efeitos em cascata, com benefícios para a saúde e a economia, ao mesmo tempo que criam resiliência a desastres futuros. Também atuam contra a desigualdade inerente à crise climática, beneficiando especialmente populações mais vulneráveis aos efeitos mais extremos da poluição e da degradação ambiental.

O investimento em energia renovável deve deixar de ser uma escolha e se tornar uma norma econômica. Levando em consideração os benefícios para a saúde e a educação, a economia obtida com a descarbonização da economia global até 2050 seria oito vezes maior que o custo, de acordo com novas pesquisas da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA)[14], e os ganhos socioeconômicos seriam imensuráveis para o planeta. O PIB global acumulado aumentaria US$ 98 trilhões acima da trajetória normal, entre agora e 2050.

Portanto, à medida que governos determinem como investir o dinheiro dos cidadãos, é preciso que a escolha seja deixar de estimular indústrias de combustíveis fósseis e outros remanescentes do modo como as coisas são – que já causaram e continuarão causando efeitos devastadores ao planeta – e investir em uma economia verde inclusiva.

A resposta do Brasil à crise da COVID-19 terá um impacto direto na vida de milhões de pessoas e um impacto nas gerações futuras. Assim, precisa-se construir um novo futuro por meio de uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade.

[14] https://www.euractiv.com/section/development-policy/opinion/turning-the-page-on-the-age-of-oil/

O foco da economia verde inclui:

1. Impulsionar a recuperação verde e resiliente, ajudando a traduzir as Contribuições Nacionalmente Determinadas e os planos de adaptação dos países em soluções de planejamento urbano, agricultura e uso da terra.

2. Explorar subsídios de recuperação verde para promover e proteger empregos e meios de subsistência baseados na natureza, incluindo o empreendedorismo rural.

3. Promover soluções e abordagens próprias e comunitárias, especialmente em comunidades indígenas.

4. Acelerar uma transição à energia verde como parte da resposta à COVID-19, incluindo apoiar países em suas políticas de reforma de subsídios a combustíveis fósseis.

ECONOMIA VERDE Transição para uma estrutura produtiva e geração de empregos ambientalmente sustentáveis	
FOCO	**ODS**
Linhas de crédito verde atrativas e compatíveis com investimentos de longo prazo	9, 12 e 13
Infraestrutura urbana limpa e eficiente	7, 11 e 13
Transporte público com combustíveis renováveis	7, 11 e 13
Matriz energética limpa	7 e 13
Políticas creditícias e fiscais à geração de empregos verdes	8
Produção e consumo livres de carbono	12 e 13
Estímulo à ESS (Economia Social e Solidária) com produção local	8 e 12
PPPs em agendas voltadas a projetos sustentáveis	9 e 12
Investimentos industriais com externalidades ambientais positivas	9 e 12
Política ativa de fomento à economia circular	12 e 8
Política ativa de ecoturismo	12, 13, 14 e 15
Incentivos à agricultura familiar verde	12 e 15
Investimento em P&D unido às tecnologias limpas	9 e 12
Economia verde em cidades inteligentes	11 e 13
Investimento na regeneração de ecossistemas	14 e 15

ALÉM DA COVID-19: TRANSFORMANDO O BRASIL

A pandemia, sua crise e seus impactos apresentam um enorme potencial e oportunidade para remodelar o mundo para as gerações vindouras. À medida que as consequências da crise se desdobram – incluindo os efeitos das respostas em meio a grandes incertezas – precisa-se articular uma visão que permita uma recuperação após a crise da COVID-19 que seja duradoura e resiliente, impulsionando mudanças estruturais que reduzam a probabilidade de futuras crises e aumentem a resiliência da população face a elas.

A preocupação está se movendo rapidamente para a dimensão econômica, justamente, dada a profundidade da queda na produção e seus efeitos sociais. Neste contexto, é essencial preservar a lente de desenvolvimento humano para se concentrar nas pessoas.

Três elementos são essenciais para uma visão de resposta à recuperação:

- Um olhar para a resposta através de uma lente de equidade.

- Concentrar-se no desenvolvimento das capacidades de longo prazo das pessoas para ajudar a construir resiliência para choques futuros.

- Seguir uma abordagem multidimensional coerente, uma vez que a crise tem múltiplas dimensões interligadas (saúde, aspectos econômicos e vários aspectos sociais).

O Brasil precisa criar uma recuperação que "reconstrua melhor", o que significa não só recuperar de imediato as economias e os meios de subsistência, mas também salvaguardar a prosperidade a longo prazo. Para isso é necessária uma nova geração de políticas públicas e transformações sociais que facilitem a transição para uma sociedade menos desigual, mais resiliente e com impactos controlados sobre a natureza. O futuro começa hoje, não amanhã.

5. Referências

AGÊNCIA IBGE. **Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde. Acesso em: 14 de fev. de 2020.

ANATEL. **Painéis de dados, banda larga fixa.** Disponível em: https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa. Acesso em: 20 de out. de 2020.

ANATEL. **Painéis de dados**, telefonia móvel. Disponível em: https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-movel. Acesso em: 20 de out. de 2020.

ANS; IBGE. **Beneficiários de planos privados de saúde, por cobertura assistencial** (Brasil, 2010-2020). Disponível em: http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais. Acesso em: 12 de out. de 2020.

ANS; IBGE. **Links e arquivos relativos aos dados e indicadores do setor.** Disponível em: http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor. Acesso em: 12 de out. de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil.** Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 5 maio 2020.

CADUNICO; IBGE. **Tabulador do Cadastro Único.** Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php. Acesso em: 22 de set. de 2020.

DATASUS; IBGE. **CNES - Recursos físicos - Equipamentos – Brasil.** Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/equipobr.def. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

DATASUS. **Rede Assistencial.** Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11663. Acesso em: 18 de ago. de 2020.

IBGE, 2017 apud FJP; IPEA; PNUD, 2019. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.** Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/. Acesso em: 6 de out. de 2020.

IBGE, 2018. **Projeções da população.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

IBGE, 2018. **Síntese de Indicadores Sociais - SIS.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

OCHA (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs). **Global Humanitarian Response Plan COVID-19.** United Nations Coordinated Appeal. [s.l.], 2020.

UN (United Nations). **A UN framework for the immediate socio-economic response to COVID-19.** [s.l.], 2020.

UN (United Nations). **Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Latin America and the Caribbean.** [s.l.], 2020.

UN (United Nations). **Shared responsibility, global solidarity:** responding to socio-economic impacts of COVID-19. [s.l.], 2020.

UNDP (United Nations Development Programme). **Beyond Recovery:** Towards 2030. [s.l.], 2020.

UNDP (United Nations Development Programme). **COVID-19 and Human Development:** Assessing the Crisis, Envisioning the Recovery. 2020 Human Development Perspectives. New York, 2020b. http://hdr.undp.org/en/hdp-covid. Accessed 19 December 2020.

UNDP (United Nations Development Programme). **COVID-19 and human development:** exploring global preparedness and vulnerability. [s.l.], 2020.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 2019:** Beyond Income, Beyond Averages, Beyond Today: Inequalities in Human Development in the 21st Century. New York. 2019c.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 2020:** The next frontier - Human development and the Anthropocene. New York, 2020.

WORLD BANK GROUP. **Poverty and Shared Prosperity.** Washington DC, 2018. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity. Acessed 8 October 2020.

6. Anexos

Anexo 1. Metadados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano Educação – IDHM E
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano Renda – IDHM R
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade – IDHM L
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Humano
Indicador	Gini da renda
Ano	2017
Fonte	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP
Link	http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Cobertura vacinal Tríplice Viral D1
Ano	2018
Fonte	Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS)
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpni-br.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Percentual de partos de mães com sete ou mais de consultas de pré-natal
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Percentual de crianças de 4 a 5 anos matriculadas na escola
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Desenvolvimento Infantil
Indicador	Sífilis Congênita - Casos confirmados notificados por 1.000 nascidos vivos
Ano	2018
Fonte	Boletim Epidemiológico da SVS/MS
Link	http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-sifilis-2019

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Desenvolvimento
Área temática	Assistência Social
Indicador	Quantidade de famílias acompanhadas pelo PAIF pelo total de famílias no Cadastro Único por UF
Ano	2018
Fonte	Censo SUAS - RMA CRAS
Link	http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Percentual da população acima de 60 anos
Ano	2019
Fonte	IBGE
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de médicos (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2020. Estatísticas de médicos. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_estatistica. Acesso em: 6 maio 2020.
Link	http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_estatistica. Acesso em: 6 maio 2020.

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de enfermeiros (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Enfermagem em números.
Link	http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros Acesso em: 7 maio 2020.

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de leitos hospitalares e complementares (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	DATASUS
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11663

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde (públicos e privados)
Indicador	Número de leitos complementares
Ano	2019
Fonte	DATASUS
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204&id=11663

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Número de respiradores (por 10.000 habitantes)
Ano	2019
Fonte	DATASUS
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/equipobr.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Percentual da população atendida exclusivamente pelo SUS
Ano	2019
Fonte	ANS
Link	http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	Percentual da população coberta por planos de saúde suplementar
Ano	2019
Fonte	ANS
Link	http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Perfil do sistema de saúde
Indicador	População coberta – Equipes Saúde da Família
Ano	2019
Fonte	Painéis de Indicadores – Atenção Primária à Saúde
Link	https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/saude-familia

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Saúde Materno-Infantil
Indicador	Proporção de óbitos infantis investigados
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf10uf.def

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Saúde Materno-Infantil
Indicador	Proporção de óbitos maternos investigados
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2017
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/mat10uf.de

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil do sistema de ensino
Indicador	Média de alunos por turma
Ano	2019
Fonte	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>
Link	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil do sistema de ensino
Indicador	Percentual de docentes com curso superior
Ano	2019
Fonte	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília, 2020.
Link	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Infraestrutura nas escolas
Indicador	Percentual de escolas da educação básica que têm acesso a água via rede pública
Ano	2018
Fonte	Qedu apud Censo Escolar/INEP
Link	https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Infraestrutura nas escolas
Indicador	Percentual de escolas da educação básica que têm acesso a esgoto via rede pública (pública e privada)
Ano	2018
Fonte	Qedu apud Censo Escolar/INEP
Link	https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Infraestrutura nas escolas
Indicador	Percentual de escolas da educação básica que têm laboratório de ciências (pública e provada)
Ano	2018
Fonte	Qedu apud Censo Escolar/INEP
Link	https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Cobertura da rede no país
Indicador	Densidade dos acessos na telefonia móvel por 100 habitantes
Ano	2019
Fonte	Anatel
Link	https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-movel

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Cobertura da rede no país
Indicador	Densidade dos acessos de banda larga fixa a cada 100 domicílios
Ano	2019
Fonte	Anatel
Link	https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Cobertura da rede no país
Indicador	Existência de utilização de internet no domicílio
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados

Recorte	Preparo para enfrentar a pandemia
Dimensão	Conectividade
Área temática	Conectividade da rede de ensino
Indicador	Recursos tecnológicos disponíveis nas escolas (fundamental e médio)
Ano	2019
Fonte	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>
Link	http://portal.inep.gov.br/web/guest/lista-de-publicacoes

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza
Indicador	Percentual da população vivendo com menos de US$1.90 PPC 2011
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza
Indicador	Percentual da população vivendo com menos de US$5.50 PPC 2011
Ano	2018
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	População vivendo com renda abaixo da linha de pobreza
Indicador	Percentual de famílias cadastradas no Cadastro Único acessando o PBF
Ano	2019
Fonte	MC, Cadastro Único para Programas Sociais (Acessado em 09/07/2020)
Link	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	Pobreza infantil multidimensional
Indicador	Pobreza infantil multidimensional (PIM)
Ano	2018
Fonte	“Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil” - UNICEF 2018
Link	https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-02/br_bem_estar_e_privacoes_multiplas.pdf

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Pobreza
Área temática	Pobreza infantil multidimensional
Indicador	PIM – Privação em Renda (índice geral), Educação, Informação, Habitação, Água e Saneamento
Ano	2018
Fonte	“Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil” - UNICEF 2018
Link	https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-02/br_bem_estar_e_privacoes_multiplas.pdf

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais empregada em trabalhos formais
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais empregada em trabalhos informais
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor público
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda do trabalho o setor privado (exclusive o trabalho doméstico.)
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho doméstico
Ano	2019
Fonte	IBGE, PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Economia
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual da população de 14 anos ou mais ocupada que tem como renda o trabalho autônomo
Ano	2019
Fonte	PNADC
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6464

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual de pessoas residindo em domicílios com ausência de abastecimento de água por rede geral
Ano	2018
Fonte	IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual de pessoas residindo em domicílios com ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial
Ano	2018
Fonte	IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Perfil do emprego e vulnerabilidade econômica
Indicador	Percentual de pessoas residindo em domicílios com ausência de coleta direta ou indireta de lixo
Ano	2018
Fonte	IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018, consolidado de primeiras entrevistas.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Infraestrutura
Área temática	Vulnerabilidade em infraestrutura
Indicador	Percentual de aglomerados subnormais
Ano	2019
Fonte	Estimativa de domicílios ocupados realizada para a operação do Censo Demográfico 2020 conforme descrito em nota metodológica da Malha Territorial 2019 para enfrentamento da pandemia por COVID.
Link	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Taxa de analfabetismo para população de 15 anos ou mais
Ano	2018
Fonte	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Percentual da população de 15 a 29 anos de idade que não estuda e não está ocupada
Ano	2018
Fonte	IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre
Link	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7163

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Percentual de dependência da educação básica no setor público
Ano	2019
Fonte	Censo Escolar
Link	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Perfil da educação
Indicador	Percentual de dependência da educação básica no setor privado
Ano	2019
Fonte	Censo Escolar
Link	INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2019. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	IDEB observado anos finais do Ensino Fundamental da rede pública
Ano	2019
Fonte	Inep IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Link	http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?-cid=4234656

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de abandono escolar - anos finais do Ensino Fundamental (2018)
Ano	2018
Fonte	Inep IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de abandono escolar no Ensino Médio (2018)
Ano	2018
Fonte	Inep IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de distorção idade-série - anos finais do Ensino Fundamental - Rede Pública
Ano	2019
Fonte	Censo da Educação Básica 2019/INEP
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Educação
Área temática	Vulnerabilidade em educação - crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de distorção idade-série - anos no Ensino Médio - Rede Pública
Ano	2019
Fonte	Censo da Educação Básica 2019/INEP
Link	https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos)
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Busca Ativa
Link	http://svs.aids.gov.br/dantps/acesso-a-informacao/acoes--e-programas/busca-ativa/indicadores-de-saude/mortalidade/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Razão da mortalidade materna
Ano	2018
Fonte	MS/SVS/CGIAE - Busca Ativa
Link	http://svs.aids.gov.br/dantps/acesso-a-informacao/acoes--e-programas/busca-ativa/indicadores-de-saude/mortalidade/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Percentual de nascidos vivos de mães de 15 a 19 anos de idade
Ano	2019
Fonte	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com baixo peso para a idade
Ano	2019
Fonte	Relatórios SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
Link	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Saúde
Área temática	Vulnerabilidades na saúde Materno-infantil
Indicador	Percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade usuárias do SUS com peso elevado para a idade
Ano	2019
Fonte	Relatórios SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
Link	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos de idade
Ano	2019
Fonte	MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
Link	http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de homicídios de adolescentes de 10 a 19 anos
Ano	2018
Fonte	SIM-TabNET DataSUS. Dados referentes aos CIDs X85 a Y09 e Y35 a Y36. IBGE Projeção da população para o período 2000-2030 (Tabelas 2013).
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937 e https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=resultados

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Taxa de suicídios de crianças e adolescentes
Ano	2018
Fonte	SIM-TabNET DataSUS. IBGE Projeção da população para o período 2000-2030
Link	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937 e https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=9116&t=resultados

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidade à violência – crianças e adolescentes
Indicador	Percentual de denúncias de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Ano	2018
Fonte	MDH - Balanço Geral Disque 100
Link	https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidades de gênero
Indicador	Taxa de feminicídios por cem mil mulheres
Ano	2019
Fonte	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019
Link	https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidades de gênero
Indicador	Taxa de estupros por cem mil mulheres
Ano	2019
Fonte	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019
Link	https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/

Recorte	Vulnerabilidade à pandemia
Dimensão	Violência
Área temática	Vulnerabilidades de gênero
Indicador	Taxa de lesão corporal dolosa por cem mil pessoas - violência doméstica
Ano	2019
Fonte	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019
Link	https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/